

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E SOCIOLOGIA

Daniel Araújo de Azevedo

O Mercado de Trabalho para Egressos do Sistema Prisional

Belo Horizonte

2023

Daniel Araújo de Azevedo

O Mercado de Trabalho para Egressos do Sistema Prisional

Tese de Doutorado apresentado ao programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Alexandre Barbosa Neves

Belo Horizonte

2023

301	Azevedo, Daniel Araújo de.
A994m	O mercado de trabalho para egressos do sistema
2023	prisional [manuscrito] / Daniel Araújo de Azevedo. - 2023. 175 f. : il. Orientador: Jorge Alexandre Barbosa Neves.
	Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Inclui bibliografia.
	1. Sociologia – Teses. 2. Mercado de trabalho - Teses. 3. Trabalho – Teses. 4. Prisões - Teses. I. Neves, Jorge Alexandre Barbosa. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada por Vilma Carvalho de Souza - Bibliotecária - CRB-6/1390



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ATA DE DEFESA DE TESE

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de fevereiro de 2023 (dois mil e vinte e três), reuniu-se a Banca Examinadora de Defesa de Tese de Doutorado do discente **Daniel Araújo de Azevedo**, intitulada: "**O Mercado de Trabalho para Egressos do Sistema Prisional.**" A banca foi composta pelos (as) professores (as) doutores (as): **Jorge Alexandre Barbosa Neves** - Orientador (DSO/UFMG), **Valeria Cristina de Oliveira** (UFMG), **Andrea Maria Silveira** (UFMG), **Maria Carolina Tomas** (PUC Minas) e **Gustavo Melo Silva** (UFSJ). Procedeu-se a arguição, finda a qual os membros da Banca Examinadora reuniram-se para deliberar, decidindo por unanimidade pela:

Aprovação da Defesa (X)

Reprovação da Defesa ()

Belo Horizonte, 24 de fevereiro de 2023.

Assinatura dos membros da banca examinadora:



Documento assinado eletronicamente por **Andrea Maria Silveira, Professora do Magistério Superior**, em 24/02/2023, às 18:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Melo Silva, Usuário Externo**, em 25/02/2023, às 06:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Valeria Cristina de Oliveira, Membro de comissão**, em 27/02/2023, às 09:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Alexandre Barbosa Neves, Professor do Magistério Superior**, em 01/03/2023, às 10:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Carolina Tomás, Usuário Externo**, em 02/03/2023, às 22:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Ao meu gato Gordon (*in memoriam*) que
deixou minha vida mais leve mesmo que por
pouco tempo.

Ao meu filho Martin que nascerá neste ano.
Que você seja feliz, filho!

Agradecimentos

Concluir um curso de doutorado não é uma tarefa simples para qualquer estudante, especialmente em um país que muitas vezes subvaloriza seus mestres, doutores e pesquisadores. Ainda mais desafiador é realizar todo o processo de doutoramento em meio a uma epidemia mundial que afastou as pessoas do convívio social e tirou a vida de tantos brasileiros. Esse cenário tornou a execução desta tese de doutorado ainda mais difícil, tanto fisicamente quanto mentalmente. Felizmente, estamos vivos e o presente trabalho foi concluído, e não posso deixar de expressar minha gratidão às seguintes pessoas:

Primeiramente, agradeço aos meus pais, que desde a minha infância me incentivaram nos estudos e me apoiaram de diversas formas. Espero que estejam orgulhosos por terem o primeiro doutor da família.

Agradeço a todos os meus familiares que de alguma forma cuidaram de mim e me incentivaram ao longo do caminho.

Agradeço também à minha irmã, pela amizade e carinho de sempre.

À minha esposa Rafaella, agradeço pelo amor, amizade e parceria nesta vida.

Ao meu orientador Professor Jorge Alexandre, agradeço por apoiar este trabalho e por me guiar ao longo de todo o processo.

À minha amiga Bianca, agradeço pela companhia nos jogos do nosso Cruzeiro em 2022.

Por fim, agradeço aos meus amigos e colegas de pós-graduação, especialmente Nayara e Alexandre, por todas as parcerias e por aguentarem minhas reclamações ao longo do caminho. Vocês foram essenciais para o sucesso deste trabalho.

Resumo

A proposta desta tese é compreender a relação entre o mercado de trabalho e os egressos do sistema prisional. Para isso, a pesquisa seguiu por três frentes de ação: pesquisa bibliográfica da literatura nacional e internacional sobre o tema; análise sociométrica e da história profissional de egressos do sistema prisional que foram entrevistados na pesquisa de campo; e por fim, uma análise estatística de bancos de dados fornecidos pela SEJUSP - Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, com dados de egressos inscritos no PrEsP – Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional. Os resultados da pesquisa de campo sobre a história de vida de indivíduos egressos do sistema prisional, focalizadas em sua trajetória profissional, junto a uma análise das redes sociais de cada entrevistado relacionada com as oportunidades no mercado de trabalho para o público estudado mostraram que o acúmulo de desvantagens desses indivíduos, como a desvantagem educacional, econômica, de moradia, familiar, de experiência profissional, além da situação de preconceito que essas pessoas enfrentam no seu dia-a-dia, fatores que refletem sobre suas redes sociais assim como em suas chances de inserção no mercado de trabalho. Cada uma dessas características dificilmente serão contornadas por esses trabalhadores, como por exemplo, o nível educacional de cada um. Sem um trabalho eficiente e continuado de programas do Estado e ONGs, a maioria desses entrevistados continuará “condenada” a esta mesma situação econômica e profissional. Já os resultados da regressão logística corroboram a primeira hipótese de pesquisa, que afirma existir uma desigualdade nas chances entre homens e mulheres e entre pretos e brancos se inserirem no mercado de trabalho. Em outras palavras, algumas características sociais dos indivíduos, somadas ao fato de serem egressos do sistema prisional, dificultam sua inserção no mercado de trabalho, numa espécie de reforço de acúmulo de desvantagens Sampson e Laub (1997).

Palavras-chave: Mercado de Trabalho; Egressos do Sistema Prisional; Emprego; Análise de Redes Sociais; Sociologia Econômica

Abstract

The purpose of this thesis is to understand the relationship between the labor market and former inmates. To achieve this, the research followed three action fronts: bibliographical research of national and international literature on the subject; sociometric and professional history analysis of former inmates interviewed in the field research; and finally, a statistical analysis of SEJUSP - State Secretariat for Justice and Public Security databases, with data from former inmates enrolled in PrEsP - Program for the Social Inclusion of Former Inmates. The results of the field research on the life history of individuals who left the prison system, focused on their professional trajectory, combined with an analysis of the social networks of each interviewed related to opportunities in the job market for the studied public, showed that the accumulation of disadvantages in these individuals, such as the educational, economic, housing, family and professional experience, in addition to the situation of prejudice that these people have to face in their daily life, reflected on their social networks as well in their chances of entering the job market. Each one of these will hardly be bypassed by these workers, such as their educational level. Without efficient and ongoing work of government programs and ONGs, most of those interviewed will remain "condemned" to the same economic and professional situation. The outcome of the logistic regression corroborates the first research hypothesis, which states that there is an inequality in the chances between men and women and between black and white people to enter the labor market. In other words, some social characteristics of individuals, added to the fact that they have been released from the prison system, make it difficult for them to enter the labor market, in a kind of reinforcement of the accumulation of disadvantages Sampson and Laub (1997).

Keywords: Labor Market; Former Inmates; Employment; Social Network Analysis; Economic Sociology

Lista de Figuras

Figura 1 - Rede pessoal do Entrevistado 1	98
Figura 2 - Rede pessoal do Entrevistado 2	104
Figura 3 - Rede pessoal do Entrevistado 3	109
Figura 4 - Rede pessoal da Entrevistada 4	114
Figura 5 - Rede pessoal do Entrevistado 5	119
Figura 6 - Rede pessoal da Entrevistada 6	123

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Perfil dos alteres da rede pessoal do Entrevistado 1.....	99
Tabela 2 - Perfil dos alteres da rede pessoal do Entrevistado 2.....	105
Tabela 3 - Perfil dos alteres da rede pessoal do Entrevistado 3.....	109
Tabela 4 - Perfil dos alteres na rede pessoal da Entrevistada 4.....	115
Tabela 5 - Perfil dos alteres da rede pessoal do Entrevistado 5.....	119
Tabela 6 - Perfil dos alteres da rede pessoal da Entrevistada 6.....	123
Tabela 7 - Idade, tempo que conhece e escolaridade dos alteres das redes pessoais	126
Tabela 8 - Religião e relação com os alteres das redes pessoais.....	128
Tabela 9 - Resumo das Entrevistas	131
Tabela 10 - Total de inscritos por ano.....	137
Tabela 11 - Sexo	138
Tabela 12 - Resultados do modelo de regressão logística.....	157

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Evolução da população prisional masculina e feminina Brasil, 2008 - 2021	79
Gráfico 2 - Religião	139
Gráfico 3 - Raça/Cor	140
Gráfico 4 - Exerce atividade remunerada?	141
Gráfico 5 - Situação no Mercado de trabalho	142
Gráfico 6 - Situação dos que estão inseridos, de alguma forma, no mercado de trabalho.....	144
Gráfico 7 - Está procurando emprego?	145
Gráfico 8 - Principais ocupações	146
Gráfico 9 - Renda por sexo	148
Gráfico 10 - Renda por raça/cor.....	149
Gráfico 11 - Renda por raça/cor.....	150
Gráfico 12 - Sexo por inserção em atividade remunerada	151
Gráfico 13 - Sexo por formalidade/informalidade	152
Gráfico 14 - Raça/cor por inserção em atividade remunerada	153
Gráfico 15 - Raça/cor por inserção em atividade remunerada	154
Gráfico 16 - Raça/cor por formalidade/informalidade	154

Lista de Abreviaturas e Siglas

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

LEP – Lei de Execução Penal

PrEsP – Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional

SEJUSP - Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública

ONG - Organização Não Governamental

FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública

SEDS - Secretaria de Estado de Defesa Social do Estado de Minas Gerais

IMPP - Instituto Minas Pela Paz

MPT - Ministério Público do Trabalho

PCMG - Polícia Civil de Minas Gerais

CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas

PPP - Parceria Público-Privada

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEC - Instituto Nordeste Cidadania

BNB - Banco do Nordeste

OSCIP - Organização da sociedade civil de interesse público

Sumário

1. Introdução.....	14
2. Mercado, Ação Racional e Empregabilidade	23
2.1.2. Entre três perspectivas sobre o mercado	36
2.2. Empregabilidade e Escolha Racional: da Nova Sociologia Econômica à Sociologia dos Mercados de Trabalho.....	38
2.2.1. Mercado de Trabalho e Desemprego.....	41
2.2.2. Ação Racional na Busca por uma Oportunidade de Trabalho	46
2.2.3. Empregabilidade: discursos e realidades	50
2.2.4. Capital Humano, Capital Cultural e Capital Social como determinantes da empregabilidade	53
3. Mercado de Trabalho para Egressos do Sistema Prisional	59
3.1. A Realidade Social dos Egressos.....	60
3.2. As Credenciais Negativas e a Busca por um Emprego.....	65
3.3. O Processo de Decisão e as Escolhas dos Empregadores	71
3.4. A Intermediação de Egressos na Busca por Emprego e a Luta por Oportunidades de Trabalho no Brasil	78
4. Análise de Trajetórias dos Egressos do Sistema Prisional e suas Redes Sociais ...	86
4.2. Trajetórias de Vida de Egressos do Sistema Prisional	88
4.2.1. ARS e Redes pessoais	90
4.3. As entrevistas com os egressos do sistema prisional	94
4.3.1. Primeira Entrevista.....	94
4.3.2. Segunda Entrevista.....	99
4.3.3. Terceira Entrevista	106
4.3.4. Quarta Entrevista	110
4.3.5. Quinta Entrevista	115
4.3.6. Sexta Entrevista.....	120
4.4. Análises das entrevistas com os egressos do sistema prisional	124
5. Análise Estatística.....	135
5.2. Análise Descritiva : dados gerais.....	137
5.2.2. Inserção no mercado de trabalho.....	140
5.3. Modelagem estatística: o modelo e a hipótese de pesquisa.....	155

5.3.2. Testando o efeito de raça e gênero.....	156
7. Referências Bibliográficas.....	165
8. Apêndice.....	174
8.1. Roteiro com perguntas orientadoras: Pesquisa O Mercado de Trabalho para Egressos do Sistema Prisional em Minas Gerais	174
8.2. Questionário Sociométrico	176

1. Introdução

O encarceramento é uma punição para aqueles que infringem a lei. No entanto, os efeitos da prisão podem ir além da privação de liberdade. O objetivo principal desta tese de doutorado é analisar de forma descritiva as consequências da prisão na vida profissional dos egressos do sistema penitenciário. Ao refletir sobre esse tema específico, surgiram alguns questionamentos iniciais: será que o tempo de aprisionamento afeta as oportunidades no mercado de trabalho? Ou seriam os fatores da vida pregressa do indivíduo que limitam suas oportunidades no mercado de trabalho legal?

Vulnerabilidades sociais relacionadas às condições de moradia, oportunidades limitadas em educação, qualificação e no mercado de trabalho contribuem para o início da atividade criminosa entre os jovens, o que se reflete em sua vida adulta. A experiência com o sistema de justiça criminal em si tem consequências negativas para os indivíduos, principalmente em relação a oportunidades futuras de conseguir um emprego legal formal e/ou informal.

Pensar na temática dos egressos do sistema prisional e do mercado de trabalho requer refletir sobre os efeitos colaterais (KIRK & WAKEFIELD, 2018) produzidos pela experiência prisional que dificultam a trajetória de vida desses sujeitos, aliados à escassa ou quase inexistente iniciativa de apoio às pessoas que passaram pela prisão. Os efeitos colaterais do encarceramento para o indivíduo são numerosos, incluindo o registro de antecedentes criminais, restrições impostas pelo cumprimento da pena (como horários, locais de circulação e a obrigação de apresentar ocupação lícita), bem como efeitos informais decorrentes do contato com o sistema de justiça criminal na vida social, saúde, família, comunidade e desigualdade (KIRK & WAKEFIELD, 2018, p. 9.1), os quais aumentam as fragilidades, desvantagens e desigualdades desse segmento, que, ao mesmo tempo, são fatores preponderantes de (re) encarceramentos (PETTIT e WESTERN, 2004).

Segundo a perspectiva de Wacquant (2013), a prisão contribui para a regulação dos segmentos mais desqualificados do mercado de trabalho. Ao analisar a realidade do país que mais encarcera no mundo, os EUA, Wacquant

destaca como o sistema carcerário desse país atua nessa lógica reguladora, ampliando os aparatos penais que contribuem para controlar minorias (negros, imigrantes e egressos do sistema prisional) a se enquadrarem aos ditames do mercado neoliberal. Além disso, contribui para regular esse mercado de trabalho, encarcerando os desempregados e os menos qualificados, além de inserir esses indivíduos em atividades produtivas no ambiente prisional. Wacquant ainda afirma que o grande impacto do encarceramento é gerar uma massa de sujeitos pertencentes às camadas mais pobres, desprovidos de qualquer qualificação, e que ainda têm o agravante de serem egressos do sistema prisional, predispondo-os a ocupar cargos com pouca demanda, vagas temporárias ou empregos informais, sem nenhuma estabilidade.

Desse modo, o encarceramento em massa resulta em implicações para o mercado de trabalho. O funcionamento do mercado de trabalho, em geral, é afetado por diversos fatores, como a oferta de trabalhadores, oferta de vagas e qualificações dos trabalhadores. Neste sentido, o encarceramento em massa pode afetar duas dessas dimensões: primeiro afeta a quantidade de trabalhadores disponíveis, pois na maioria das prisões, os encarcerados em regime fechado não estão disponíveis para a contratação. Segundo, afeta a qualidade do trabalhador, justamente por privar o indivíduo da convivência com a sociedade. O encarcerado também perde as oportunidades de se qualificar tanto educacionalmente quanto profissionalmente.

No caso do sistema prisional brasileiro, suas prisões possuem uma natureza paradoxal e repleta de dilemas em relação a suas finalidades. Se a prisão tem como principal objetivo a recuperação do preso, de modo que ele possa voltar a viver em sociedade, como não se atentar ao paradoxo que se apresenta? Como uma instituição como a prisão pode ressocializar um criminoso se ela mesma o priva do convívio com a sociedade e, na maior parte das vezes, não oferece meios para que ele se prepare minimamente para isso? Oportunidades de trabalho, por exemplo, nunca foram oferecidas aos presos de forma similar e em todas as prisões brasileiras.

Entretanto, muitos impedimentos são observados para que os detentos do sistema prisional possam pleitear, na obtenção de um emprego, a progressão de sua pena. Um primeiro obstáculo observado é a requisição da

certidão de antecedentes criminais, já que muitas empresas exigem a carta de nada consta como mais um documento a ser apresentado a todos os pretendentes a vagas de trabalho.

Kirk e Wakefield (2018) dividem as consequências para os egressos do sistema prisional entre efeitos colaterais formais e informais. Os efeitos formais são as sanções legais e regulamentares de restrições que proíbem ou limitam pessoas com antecedentes criminais de acessar empregos, ter direitos políticos, conseguir educação e outros direitos e oportunidades (p. 9.2). Já os efeitos informais resultam do contato com o sistema de justiça criminal que afeta a vida social, a saúde, as famílias e comunidades do egresso (p. 9.1). Tanto os efeitos colaterais informais quanto os formais são aqueles que ultrapassam a pessoa do egresso e resultam, na maioria das vezes, em seu empobrecimento. Por falta de uma educação formal adequada, treinamento profissional, apoio familiar e comunitário (capital social), inexperiência em um emprego fixo, podem minar suas oportunidades de conseguir uma posição e bons salários no mercado de trabalho.

Além disso, as prisões também podem causar efeitos intergeracionais na vida do egresso, uma vez que "aumentam as chances de que filhos de pais encarcerados vivam na pobreza e se envolvam em comportamentos delinquentes" (STEMEN, 2017, p. 5).

O fluxo contínuo de indivíduos que passam pelas prisões e voltam para a sociedade impacta o mercado de trabalho, pois anteriormente esses indivíduos não eram contabilizados nos dados oficiais de empregados/desempregados. No entanto, quais hipóteses podem ser levantadas para explicar o resultado negativo da inserção de egressos no mercado de trabalho?

Diante do exposto, esta tese de doutorado tem como tema central os egressos do sistema prisional e suas relações com o mercado de trabalho. O interesse por esse tema surgiu principalmente pela leitura do livro da pesquisadora norte-americana Devah Pager, publicado em 2007, "*MARKED: Race, Crime, and Finding Work in an Era of Mass Incarceration*". Segundo a própria autora, o livro tenta resolver questões substantivas e metodológicas que cercam as consequências do encarceramento no mercado de trabalho. Ou

seja, seu trabalho fornece uma abordagem experimental e observação das barreiras ao emprego para indivíduos com antecedentes criminais. Dessa forma, a leitura deste livro inicialmente me fez refletir sobre as seguintes questões: o que é necessário para um indivíduo conseguir um emprego? Quais são as barreiras que impedem o êxito de quem procura por um trabalho remunerado? São as características do próprio indivíduo, as formas que ele usa para conseguir um trabalho ou as motivações do empregador para escolher um candidato a emprego em vez de outro?

A partir dessas perguntas iniciais surgiram duas perguntas centrais para esse trabalho:

- 1. Quais fatores socioeconômicos são fundamentais para o (in) sucesso dos egressos do sistema prisional na busca por um trabalho?**
- 2. Como estão estruturadas as redes sociais desses egressos de modo a contribuir para a compreensão acerca do (in) sucesso da busca por emprego e reinserção no mercado de trabalho?**

Dois pontos importantes sobre esta questão: primeiro, o termo sucesso no mercado de trabalho se refere ao fato de o indivíduo conseguir um trabalho remunerado (ser selecionado por um empregador para uma vaga de trabalho remunerado formal, ou seja, com registro em sua carteira de trabalho) e conseguir se manter nele por um período igual ou superior a um (1) ano. O critério de um ano de permanência no emprego foi adotado nesta pesquisa com base em observações do banco de dados utilizados, considerando que os trabalhos conquistados pelos egressos do sistema prisional geralmente são temporários e sujeitos a demissões frequentes. Segundo, a escolha por estudar egressos do sistema prisional se deve ao fato de que a literatura sobre o tema afirma que esses indivíduos sofrem por uma constante estigmatização, justamente pelo fato de possuírem antecedentes criminais. Assim, ao analisar os possíveis entraves do mercado de trabalho, ou os acúmulos de desvantagens para esses indivíduos, será uma forma de delimitar o campo de pesquisa para tentar explorar de forma mais eficiente as questões principais que me fizeram elaborar esta introdução.

Por oportuno informo que neste texto usarei o termo emprego para me referir a qualquer atividade remunerada em que o trabalhador e o empregador possuam um acordo de prestação de serviços (amparado legalmente pela Consolidação das Leis Trabalhistas brasileiras - CLT) ou informal (não amparado legalmente pela CLT). Ou seja, o termo emprego aqui poderá se referir a qualquer contrato (formal ou informal) de trabalho entre empregador e empregado, independente do tempo deste contrato e do valor pago ao trabalhador.

A partir dessas perguntas para a pesquisa, foram formuladas algumas hipóteses iniciais relacionadas às possíveis barreiras enfrentadas pelos egressos do sistema prisional no mercado de trabalho. Essas hipóteses foram desenvolvidas com base nas referências bibliográficas e metodologias apresentadas nos capítulos seguintes:

1. Com base na leitura de Devah Pager (2007), sexo e cor/raça também são fatores fundamentais para a compreensão de como ocorre a (re) inserção dos egressos do sistema prisional no mercado de trabalho brasileiro. A hipótese é que indivíduos de cor/raça branca e do sexo masculino terão mais chances de se reinserirem no mercado de trabalho do que indivíduos de cor/raça negra e do sexo feminino.
2. Em relação às redes pessoais dos egressos do sistema prisional, a hipótese é que os chamados laços fortes são mais importantes para que o egresso do sistema prisional consiga uma oportunidade no mercado de trabalho do que os chamados laços fracos, uma vez que as redes sociais na qual esse egresso pode fazer parte (parentes, vizinhos, amigos da comunidade) estão mais interessados na reinserção no mercado de trabalho para esse indivíduo, pois a comunidade também se beneficiará socioeconomicamente. Os laços fracos somente serão mais efetivos se existirem programas governamentais que facilitem o acesso ao emprego a esses indivíduos através da entrada de novos membros nas redes sociais destes egressos.
3. O tipo de mercado de trabalho que se apresenta para os egressos do sistema prisional é, sobretudo, marcado por funcionar de forma

personalista, diferentemente do que ensina Max Weber (1991). Assim, variáveis como fraternidade e amizade são importantes nas redes de relações que formam esses mercados. Em outras palavras, as redes de empregabilidade dos egressos onde circulam informações e recursos que os ajudam a ingressarem no mercado de trabalho não são marcadas pela impessoalidade e racionalidade no sentido weberiano das relações sociais. Desse modo, o que explica a ineficiência dessas redes são as limitações em termos socioeconômicos dos seus integrantes, que por sua vez, influenciam na composição e alcance dessa rede, no tipo de informação e recursos que circulam (no caso do mercado de trabalho serão informações e oportunidades de emprego de baixo status social e remuneração).

4. Com base na teoria da racionalidade limitada de March e Simon (1958), os egressos do sistema prisional tendem a buscar empregos através de decisões já rotinizadas, mesmo que essas decisões não tenham tido sucesso em buscas anteriores por emprego. Além disso, o trabalho encontrado muitas vezes tem baixa remuneração e falta de direitos trabalhistas. Isso ocorre principalmente devido às limitações socioeconômicas que esses indivíduos enfrentam, como a pobreza e a necessidade imediata de encontrar um emprego, o que os impede de dedicar tempo e recursos para elaborar novas soluções que possam resultar em empregos melhores.

Para a realização desta tese, foi realizada uma revisão bibliográfica abrangente, incluindo a base do SCIELO, Portal Capes, bancos de teses nacionais e livros e artigos publicados sobre os temas mercado, mercado de trabalho e egressos do sistema prisional, tanto no Brasil quanto no exterior. Não houve restrição quanto ao período de publicação dos trabalhos analisados, mas foi dada preferência a trabalhos mais recentes, publicados desde 1980.

Durante a etapa bibliográfica da pesquisa, as informações mais relevantes foram coletadas dos trabalhos consultados por meio de fichamentos. Após a coleta de dados, estes, organizados em fichas bibliográficas, foram analisados por meio de uma leitura crítica e interpretativa das fontes, observando os

critérios utilizados pelos autores no que se refere à disposição dos assuntos (ALVES & GEWANDSZNAJDER, 1999).

O resultado desse trabalho de revisão da literatura pertinente foi apresentado e discutido nos capítulos 2 e 3 deste texto.

Assim, o capítulo 2 deste trabalho é dividido em duas seções. A primeira seção apresenta os aspectos sócio-históricos do surgimento e funcionamento dos mercados, enquanto a segunda seção analisa o tema empregabilidade sob o olhar teórico da Nova Sociologia Econômica.

O capítulo 3, por sua vez, é dividido em cinco seções. A primeira seção apresenta uma breve introdução específica ao capítulo. A segunda seção busca apresentar qual é a percepção que os pesquisadores têm sobre a realidade social dos egressos do sistema de justiça criminal. Na terceira seção, são apresentados trabalhos que se concentram nos processos de busca por trabalho por parte desses egressos quando eles possuem antecedentes criminais. Na quarta seção, são apresentados estudos que demonstram como é o processo decisório dos empregadores ao empregarem (ou não) um ex-detento. Por fim, na última seção, são apresentados alguns estudos de caso sobre como ocorre a intermediação entre os egressos e o mercado de trabalho.

O capítulo 4 apresenta o mapeamento da rede de seis trabalhadores egressos e a análise de suas trajetórias profissionais. O objetivo deste capítulo é descobrir como a nova sociologia econômica pode ajudar a explicar os resultados obtidos pelos egressos do sistema prisional em Belo Horizonte na busca e manutenção do emprego. Em termos mais específicos, busca-se entender como as características socioeconômicas e as redes sociais desses indivíduos ajudam a compreender aspectos do fenômeno da (re) inserção no mercado de trabalho. A suposição é de que os empregadores fazem suas escolhas por novos empregados guiados pelas incertezas que surgem no momento da tomada de decisão, e que o risco da tomada de decisão assumido pelos empregadores é amortecido pelos fatores sociais e pela situação de cada caso em si, de forma que eles apenas chegam a soluções ótimas quando escolhem um candidato. Em relação aos trabalhadores, suas estratégias de busca por uma vaga no mercado de trabalho formal ou informal se diversificarão e tornar-se-ão eficazes a partir do momento em que esses

indivíduos passam a ter consciência de suas habilidades profissionais e do que buscam profissionalmente. A passagem por programas que busquem realocar o indivíduo egresso no mercado de trabalho pode fazer grande diferença, além de fortalecer e diversificar suas redes de relacionamento. Entretanto, a trajetória de vida do indivíduo egresso pode limitar essa consciência profissional, de modo que nem mesmo os programas auxiliares podem ajudá-lo a conseguir e se manter em um emprego.

Já em relação aos trabalhadores, suas estratégias de busca por uma vaga no mercado de trabalho formal ou informal se diversificarão e tornar-se-ão eficazes a partir do momento em que esses indivíduos passam a ter consciência de suas habilidades profissionais e do que buscam profissionalmente, ou seja, a passagem por programas que busquem realocar o indivíduo egresso no mercado de trabalho pode fazer grande diferença (além de fortalecerem e diversificarem suas redes de relacionamento). Entretanto, a trajetória de vida do indivíduo egresso pode limitar essa consciência profissional de modo que nem mesmo os programas auxiliares podem ajudá-lo a conseguir e se manter em um emprego.

O capítulo 5 analisa de forma descritiva o impacto de fatores sociodemográficos sobre as oportunidades de (re) inserção dos egressos do sistema prisional no mercado de trabalho formal. Inicialmente realizei uma análise descritiva, a partir dos dados do PrEsP - Programa de Inclusão de Egressos do Sistema Prisional - para os anos 2017, 2018, 2019 e 2020 do governo do estado de Minas Gerais. Posteriormente faço uso de um modelo de regressão logística para testar de maneira mais robusta a primeira hipótese de pesquisa.

Para concluir, o capítulo 6 apresenta as principais conclusões deste trabalho, incluindo um resumo dos resultados obtidos na pesquisa e suas análises.

Em resumo, este estudo foi conduzido através de uma pesquisa exploratória sobre a relação entre o mercado de trabalho e os egressos do sistema prisional. Por isso, essa tese de doutorado não tem qualquer pretensão inferencial.

Os próximos dois capítulos irão apresentar uma revisão da literatura

relevante sobre este assunto, que justifica as perguntas e hipóteses iniciais e orienta a metodologia, interpretações, descrições e análise final dos resultados. Além da revisão da literatura, os capítulos subsequentes detalharão as outras metodologias utilizadas neste trabalho.

2. Mercado, Ação Racional e Empregabilidade

Uma importante conceitualização sociológica sobre as origens do "mercado" é desenvolvida por Max Weber (1991), em seu capítulo inacabado de mesmo nome, presente no volume I de Economia e Sociedade - Fundamentos da Sociologia Compreensiva. Nesse texto, Weber define o mercado como um conjunto de indivíduos que competem por oportunidades de troca. No entanto, essas oportunidades dependem de fatores como o local, a distância e o tempo de ocorrência, resultando em diferentes tipos de mercado, como mercado local, nacional, internacional, feira (dependentes da variável tempo) e bolsa de valores. Apesar dessas diferenças, todos os mercados apresentam um mesmo fenômeno específico: a possibilidade de seus participantes negociarem nas relações que envolvem troca ou compra e venda.

Max Weber (1991) defendia a ideia de que, sociologicamente, o mercado representa a coexistência e sequência de relações sociais racionais efêmeras, devido ao fato de que essas relações tendem a se extinguirem com o processo de troca de bens. Entretanto, em momentos em que já se estabeleceu uma ordem dentro de tal mercado, o que impõe a cada parte da relação, o que Weber chama de a "*garantia de aquisição legítima do bem de troca*", ou "*garantia de evicção*". Isso significa que a garantia de que comercialização ou troca de um bem será sempre legítima, de seu verdadeiro dono para seu novo possuidor, caso contrário, sanções serão impostas pelas regras desse mercado. Assim, Weber percebe as relações dentro do mercado como parte das relações sociais.

Em outras palavras, Weber demonstrou a ideia de que a vida econômica se reduz a atos de intercâmbio realizados por meio de regateio que se materializam no mercado. De modo que os membros do mercado competem por oportunidades de troca e o fenômeno específico do mercado é a barganha (WEBER, 1991, p. 419). Assim, mesmo em diferentes tipos de mercado, a ideia de racionalidade e impessoalidade, atrelada à troca, à barganha e ao dinheiro, é fundamental na sua definição de mercado na perspectiva weberiana. Weber apresenta um conceito de mercado que pode ser definido como algo que representa uma coexistência de relações associativas racionais, todavia, essas

relações são efêmeras por se articularem com as trocas de bens, a não ser que já tenha sido estabelecida uma "ordem imposta a cada parte da relação sobre a garantia da aquisição legítima do bem de troca" (WEBER, 1991, p. 419).

Outro fator importante, segundo Weber (1991), para se entender o mercado, é pensar em como o dinheiro tem um papel fundamental no desenvolvimento da chamada economia monetária, criada dentro de uma comunidade de mercado. O ato de troca em que se emprega o uso do dinheiro orienta todas as ações dentro do mercado entre os potenciais participantes dos atos de troca. De modo que a relação comunitária desenvolve uma ordem racional dentro do mercado, não isolando mais as relações de troca, mas criando uma estrutura comum para que o mercado funcione a partir de relações praticadas impessoalmente entre os indivíduos, extinguindo a luta entre os participantes interessados. Assim, se temos as relações mercadológicas como parte das relações sociais, relações significativas que envolvem troca mútua e confiança entre as partes, o uso do dinheiro também representa uma forma dessa relação social, em que seu emprego define o potencial de compra (ou de barganha) que o indivíduo possui.

Essa relação associativa pela troca no mercado existe quando há, pelo menos, uma diversidade de interessados nessas relações que envolvem troca. Sendo o desenvolvimento do mercado marcado pela existência do regateio, que representa uma relação social, pois os interessados na troca orientam suas ofertas pela ação potencial de outros possíveis interessados. O mesmo ocorre com o uso de "dinheiro (compra) que é também uma relação social em virtude do emprego desse dinheiro, o qual desempenha sua função somente por referir-se à ação potencial de outras pessoas" (p. 219)". Desse modo, Weber percebe as relações mercadológicas como parte das relações sociais, ou seja, relações de troca no mercado são também relações sociais.

Segundo Weber (1991), essa relação comunitária baseada no uso do dinheiro é o oposto de uma relação associativa fundamentada numa ordem contratual, mesmo que seja racionalmente pactuada ou imposta. O dinheiro faz surgir uma relação comunitária devido às relações de interesses reais entre os interessados dentro da comunidade de mercado. Essa comunidade de mercado constitui o tipo de relação prática mais impessoal que pode existir

entre os indivíduos. Isso decorre do fato de que o mercado, quando deixado à sua legalidade essencial, leva apenas em consideração o objeto, inexistindo para ele os deveres impostos pelas relações humanas existentes dentro de comunidades pessoais.

Ao tratar da estruturação das regras em um mercado na perspectiva weberiana, outra característica fundamental dos mercados apresenta-se: sua legalidade. Weber (1991) salienta que a legalidade do mercado não leva em consideração a pessoa e sim a coisa, inexistindo para os participantes deveres sociais comuns nas demais relações humanas (como em relações fraternas ou de amizade). Para Weber, esses referidos deveres sociais constituem obstáculos para o livre desenvolvimento da relação comunitária no mercado. De forma que a legalidade racional, em que interesses racionais são ligados a um fim, determina o grau de rigorosidade em que os processos de compra, venda e troca ocorrem em um mercado.

Todavia, ao referir-se à legalidade, às regras, à rigorosidade nos processos dentro de um mercado, também estamos nos referindo a um tipo específico de mercado, o "livre mercado" que, segundo Weber, não é definido por ser comprometido por normas éticas que impedem o surgimento de algumas situações, como o monopólio. Nos mercados primitivos, por exemplo, a troca livre era somente possível de se realizar com parceiros fora da comunidade de vizinhos e de todas as associações de caráter pessoal. Assim, nas palavras de Weber (1991, p. 421):

o mercado é uma relação que atravessa as fronteiras do povoado, do sangue e da tribo, sendo originalmente a única formalmente pacífica deste tipo. Uma transação com a intenção de obter ganho na troca não pode ser realizada originalmente entre membros da mesma comunidade, e nem é necessária entre eles nos tempos das economias autônomas.

Essa concepção de mercado "livre" representa uma contraposição a todas as demais formas de relações comunitárias, pois estas sempre pressupõem uma relação de confraternização. Dessa forma, o mercado, baseado na livre troca, é inicialmente e somente possível de ser realizado com parceiros de fora da comunidade de vizinhos, ou seja, o mercado é uma relação que atravessa a fronteira da comunidade.

Portanto, o papel da confiança entre os agentes (de diferentes comunidades) em um mercado se dá pela garantia da legalidade entre os processos de compra, venda ou troca. Sua origem se deve ao suposto fato de que as partes na relação mercadológica desejam a continuação dessa relação no futuro. Por isso, as relações em um mercado são marcadas pela boa-fé e pelo cumprimento de promessas dadas, em que a honestidade entre os participantes se torna uma política universalmente aceita do ponto de vista racional, ajudando no entendimento sobre a manutenção de um mercado.

Numa outra perspectiva analítica, Durkheim (1995), em sua obra, não define realmente o que ele entende por mercado. Entretanto, ao utilizar seu conceito de fato social, ele não deixa de considerar esse fenômeno econômico como uma instituição. Deste modo, o autor percebe o mercado como uma das "instituições relativas à troca" (Durkheim, 1995, p. 135). Sobretudo, sua análise dessas instituições está relacionada principalmente à noção de contrato.

De acordo com essa perspectiva, a sociedade moderna é fundamentalmente uma sociedade de mercado, ou seja, contratual. Assim, a maioria das relações entre os indivíduos possui natureza contratual (Durkheim, 1995). Desse modo, apesar de não usar com frequência em sua obra o termo "mercado", Durkheim analisa essa instituição de forma indireta quando se refere à análise do contrato. Portanto, como salienta Raud-Mattedi (2005), a sociologia durkheimiana sobre o mercado pode ser interpretada através de sua análise do contrato na sociedade moderna.

Durkheim (1995) demonstra como os contratos afetam a vida social e econômica. Em seu capítulo VII, "Solidariedade Orgânica e Solidariedade Contratual", do livro "Da Divisão do Trabalho Social", ele trabalha com relações entre o conceito de contrato social, divisão do trabalho e solidariedade social. Inicialmente, seu texto leva a refletir sobre a hipótese de a existência de um contrato social ser inconciliável com a divisão do trabalho numa sociedade. Isso ocorre devido à impossibilidade de um requisito básico para a existência desse contrato: que todas as vontades individuais se entendam sobre as bases comuns da organização social. Mesmo as sociedades superiores não se baseiam num contrato fundamental que regule politicamente toda a organização social. Para Durkheim, essas sociedades teriam ou tenderiam a

ter por base um sistema amplo de contratos particulares que ligam os indivíduos entre si.

Durkheim aponta para as contradições que surgem quando as relações sociais são tomadas como modelo para as relações econômicas de caráter livre e desregulado. Ele argumenta que a iniciativa inteiramente livre dos indivíduos em um mercado resultaria em sociedades instáveis. Essa instabilidade decorreria do fato de que o mercado seria apenas uma relação entre indivíduos, cujo objetivo é trocar os produtos de seus trabalhos, sem que nenhuma relação social especificamente regulasse essa troca. Essas relações estritamente econômicas, de troca de produtos de trabalho dos indivíduos e sem nenhuma relação social, podem ser melhor ilustradas pelas palavras de Durkheim (1995, p. 189):

No fato da troca, os diversos agentes permanecem exteriores uns aos outros e, uma vez terminada a operação, cada um se reencontra e se reapropria de si por inteiro. As consciências são postas apenas superficialmente em contato: nem se penetram, nem aderem fortemente umas às outras. Se olharmos as coisas a fundo, veremos que toda a harmonia de interesses encerra um conflito latente ou simplesmente adiado. Portanto, uma tal causa só pode dar origem a aproximações passageiras e a associação de um dia.

Todavia, em outra perspectiva sobre a estabilidade social, Durkheim salienta que o ator econômico, ao se enquadrar na regulamentação contratual, passa a respeitar as regras sociais formais (leis do direito) ou informais (regras tradicionais, religiosas, morais), "elaboradas coletivamente e inscritas numa dimensão temporal de longo prazo". Assim, o ator econômico participa da criação de uma verdadeira relação social. "Portanto, a relação mercantil gera um laço social mesmo sem passar por relações pessoais íntimas, na medida em que esse laço não se esgota no único ato da troca, mas se enraíza e participa do processo de reprodução das instituições sociais" (Raud-Mattedi, 2005, p. 129).

A análise de Durkheim também é de suma importância para compreender o papel das regras jurídicas como suporte para a estabilidade e a confiança dos indivíduos nas relações econômicas. Segundo Durkheim, na constituição da solidariedade social em sociedades complexas, o direito

repressivo, que tem por efeito impor a todos os indivíduos certas práticas uniformes, perde espaço. Já o direito restitutivo, que não existia originalmente, passa a aumentar, de modo que a intervenção social realizada pelas regras do direito consiste, agora, em definir e regular as relações especiais das diferentes funções sociais. Em outras palavras, o direito restitutivo, na maior parte dos casos, demonstra ao cidadão o objetivo que ele deve perseguir, a fim de obrigá-lo a observar determinado procedimento para chegar a esse objetivo.

Então, embora a divisão do trabalho social seja incompatível com a existência de um contrato social que regule toda a organização social, à medida que o trabalho social se divide, as relações contratuais no âmbito doméstico começam a se desenvolver. Portanto, o direito doméstico, que era simples em seu início, adquiriu cada vez mais complexidade, devido ao crescimento da diversidade numérica que os tipos de relações jurídicas a que dá origem a vida familiar. Em outras palavras, quanto mais as obrigações domésticas crescem em diversidade, mais elas assumem um caráter público, levando os órgãos reguladores da sociedade a necessidade de intervirem, a fim de exercer controle sobre as relações contratuais no âmbito doméstico.

Uma constatação que se apresenta pela análise durkheimiana é que nas relações contratuais, nem tudo é contratual. O que pode ser definido exclusivamente como contratual no contrato são os compromissos que foram desejados pelos indivíduos e que não têm outra origem fora da livre vontade. Ou seja, a existência de regulamentação contratual é obra da sociedade e não de particulares.

Agora, quando os indivíduos se unem por meio de contratos devido à divisão do trabalho, eles precisam uns dos outros. A cooperação em um contrato gera consequências que extrapolam o âmbito do contrato. Inicialmente, os indivíduos cooperam porque querem, mas essa cooperação voluntária cria deveres que os mesmos indivíduos que firmam um contrato desconhecem e não desejavam.

Durkheim demonstra que, desse ponto de vista, o direito dos contratos se torna fundamental para a existência dos contratos entre particulares, tornando-se a base das relações contratuais. Esse direito contratual passa a exercer uma ação reguladora, determinando o que cada indivíduo deve fazer e/ou exigir. Entretanto, o contrato não basta por si só devido à existência de

elementos não contratuais em um contrato, mas ele só é possível pela regulamentação que é de origem social.

Os elementos não contratuais presentes em um contrato podem ser explicados, de acordo com Durkheim, pelo duplo aspecto da vida social: a similitude das consciências e a divisão do trabalho social. A similitude das consciências é determinada pela socialização à qual os indivíduos são submetidos. Segundo o autor, a pessoa não tendo individualidade própria, ela se confunde com seu semelhante de um mesmo tipo coletivo. A divisão do trabalho social remete ao fato de que as atividades pessoais se distinguem entre os indivíduos, mas mesmo com essa distinção, os indivíduos necessitam uns dos outros.

A similitude das consciências origina regras jurídicas que, sob ameaça de medidas repressivas, impõem a todos crenças e práticas uniformes. Já a divisão do trabalho dá origem a regras jurídicas que determinam a natureza e as relações da divisão do trabalho social, mas a violação de suas regras acarreta apenas medidas reparadoras. De acordo com Durkheim (p. 219):

Os homens não podem viver juntos sem se entenderem e, por conseguinte, sem fazerem sacrifícios mútuos, sem se ligarem uns aos outros de maneira forte e duradoura. Toda a sociedade é uma sociedade moral. Sob certos aspectos, esse caráter é até mais pronunciado nas sociedades organizadas. Como o indivíduo não se basta, é da sociedade que ele recebe tudo o que lhe é necessário, com é para ela que ele trabalha.

Em relação à perspectiva de Durkheim, em sociedades complexas onde impera a solidariedade orgânica, a coesão social está baseada nos códigos e regras de conduta que estabelecem direitos e deveres expressos pelo Direito, por meio de normas jurídicas. Assim, Durkheim acreditava que a estabilidade nas trocas em um mercado só seria possível com a regulação jurídica desses mercados, visto que essa regulamentação formal reduziria os riscos de conflito dentro do mercado. Os interessados nas transações de troca, ou compra e venda, seriam regulados por órgãos juridicamente legitimados pelo Direito. No entanto, é importante considerar elementos não contratuais do contrato na análise dos efeitos do contrato em um mercado.

2.1. Os tipos de mercado: o surgimento da confiança

Karl Polanyi (2000), em seus escritos sobre as origens do mercado, define-o como um local de encontro onde a finalidade é a permuta ou a compra e venda. No entanto, a efetivação dessas finalidades depende do padrão desse mercado. Ou seja, o comportamento econômico dos participantes de um mercado dependerá do modo como ele se dispõe em relação aos seus padrões de organização. Esse autor compara princípios econômicos da reciprocidade (como redistribuição e domesticidade) com o princípio da permuta (mercadológico), alegando que todos podem ocupar um lugar na sociedade que não seja primordial, um local subordinado numa sociedade na qual outros princípios estão em ascensão¹.

Em outras palavras, em uma sociedade qualquer, uma economia de mercado só pode funcionar em uma sociedade de mercado, o que significa que o controle do sistema econômico pelo mercado é uma consequência fundamental para toda a organização da sociedade. Assim, a barganha e a permuta, características padrões de um mercado, são capazes de criar o mercado como instituição específica. Polanyi (2000) concluiu: "Em vez de a economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico." Por isso, esse autor contesta a maioria dos especialistas sobre o mercado, afirmando que eles não compreenderam que um mercado num sistema autorregulável não foi um resultado "natural" de qualquer tendência inerente aos mercados, mas foi um efeito de estimulantes artificiais administrados ao corpo social.

Para diferenciar os tipos de mercado, Polanyi (2000) apresenta os mercados externos como um tipo específico de mercado surgido no período da Idade Média Europeia, em que suas instituições funcionaram fora de uma economia competitiva. O comércio exterior, em sua origem, sempre esteve muito mais ligado a aventuras, exploração, caça pirataria e guerra do que a mercados.

¹ Talvez seja a influência da antropologia funcionalista, preocupada com os aspectos integradores da sociedade, que levou Polanyi a acreditar que o homem é "naturalmente" propenso às relações de reciprocidade e redistribuição.

Com o passar dos séculos, o mercado externo institucionalizou-se marcado por processos de transação, em que a ausência de alguns tipos de mercadorias numa região junto com a ausência de algum outro tipo de mercadoria em outra região possibilitaram que esse mercado externo funcionasse. Segundo Polanyi, a troca de lãs inglesas por vinhos portugueses constitui um bom exemplo.

Como instituições, os mercados se tornaram predominantes na organização do comércio exterior. Entretanto, continuaram a ser diferentes dos mercados locais e internos, que, segundo definição de Polanyi (2000), são limitados às mercadorias da região, as quais não compensa transportar por serem pesadas, volumosas e perecíveis. Então, a variável que diferencia ambos os tipos de mercado estão relacionados à distância geográfica. Desse modo, o comércio em um mercado externo pode ser visto como complementar a um mercado interno ou local.

Historicamente, houve uma separação constante entre o comércio local e de longa distância dentro da organização das cidades, o que, para Polanyi (2000), constitui a chave da história social da vida urbana na Europa Ocidental. Dessa forma, a distinção entre o mercado local e o de longa distância leva à conclusão por parte do autor de que nem o comércio de longa distância nem o comércio local foram os pais do comércio interno dos tempos modernos. Desse modo, a hipótese para este ponto da história da origem dos mercados passa a ser a intervenção estatal. Para explicar essa hipótese, o autor salienta que a separação entre mercado local e de longa distância foi uma reação da vida urbana que se iniciava à ameaça do capital móvel de desintegrar as instituições da cidade. Nas palavras de Polanyi (2000, p.86):

A cidade medieval típica não tentou evitar o perigo diminuindo o abismo entre o mercado local controlável e as incertezas do um comércio de longa distância incontrolável, mas, ao contrário, enfrentou o perigo reforçando com o máximo rigor aquela política de exclusão e proteção que era o racional da sua existência.

Em resumo, as cidades, com seus monopólios estamentais, fizeram de tudo para colocar obstáculos à formação de um mercado nacional ou interno.

Mantendo o comércio local e de longa distância igualmente não competitivo, os burgueses trabalhavam contra a ampliação do comércio em escala nacional. Desse modo, foi esse tipo de desenvolvimento que forçou o Estado a se projetar como instrumento da "nacionalização" do mercado e criador do comércio interno. Entre os séculos XV e XVI, o mercantilismo conseguiu eliminar as barreiras que separavam esses dois tipos de comércio não competitivo, abrindo caminho para um mercado nacional que passou a ignorar cada vez mais a distinção entre cidade e campo, bem como as que existiam entre as várias cidades e províncias (POLANYI, 2000).

O conjunto de práticas econômicas historicamente conhecido como mercantilismo, observado do ponto de vista político, era a representação de um Estado centralizado que agiu para modificar as instituições do mercado defendidas pelos burgueses. Por meio de técnicas administrativas, a política econômica do governo central foi útil para ampliar o mercado para todo o território nacional. Do ponto de vista econômico, o instrumento de unificação foi o capital, ou seja, o dinheiro acumulado representou uma força que gerou o desenvolvimento do comércio.

Portanto, é dessa forma que ocorre a origem da política comercial interna do mercantilismo. A hipótese de que a intervenção estatal junto ao desenvolvimento de um mercado interno ou nacional representa o fato de que o Estado passou a enfrentar dois problemas: o monopólio e a competição. Desde aquela época, compreendia-se que a competição levaria ao monopólio, que era bastante temido, pois na maioria das vezes, a percepção era que poderia tornar-se um perigo para a comunidade.

A solução encontrada foi a total regulamentação da vida econômica, mas agora em escala nacional e não apenas provincial ou municipal, como realizado pelos burgueses. Essa exclusão da competição foi um modo de salvaguardar o funcionamento dos mercados nessas circunstâncias. Qualquer ato que pudesse desequilibrar as garantias de preço e as relações entre os participantes do mercado eram suficientes para este se tornar uma presa do monopólio. Nas palavras de Polanyi (2000, p. 87):

Cada passo que o estado tomava para livrar o mercado de restrições particularistas, tributos e proibições, punha em perigo o sistema organizado de produção e distribuição, o qual se via agora ameaçado por uma competição não regulada e pela intrusão de aventureiros que 'esvaziavam' o mercado, mas não ofereciam nenhuma garantia de permanência.

Em uma perspectiva diferente, Weber (1991) analisa que em sociedades primitivas, os mercados eram gerados por tabus sagrados ou relações associativas estamentais monopolistas que impossibilitavam a troca de bens com o exterior. Quando essas comunidades monopolistas se fechavam para o exterior e todas as oportunidades lucrativas se limitavam a um determinado estamento social e à hereditariedade dentro do mesmo, surgia a necessidade da expansão da economia monetária, ou seja, o uso do dinheiro como principal ferramenta de regulação entre os desejos dos participantes do mercado.

Em outras palavras, as relações fora dos limites de uma mesma comunidade podiam ser perigosas, pois os indivíduos que não eram comprometidos com os deveres da consanguinidade ou confraternidade podiam de modo estritamente racional, não cumprir o que a outra parte da relação de troca na comunidade de mercado exigia ou esperava. Então, como ocorria a garantia da legalidade do parceiro em uma relação de troca?

Para Weber, as relações de troca no mercado não eram únicas e, quando finalizadas, deixavam de existir para sempre. Na maioria das relações de troca em uma comunidade de mercado, pelo menos uma das partes geralmente estava interessada no futuro continuado das relações de troca, seja com o mesmo parceiro, seja com outro. O que fazia com que o interessado cumprisse as promessas dadas, evitando violações graves da boa-fé. Nas palavras de Weber (1991, p. 420), "desde que haja semelhante interesse, vale a máxima: honesty is the best policy, que naturalmente não está universalmente correta do ponto de vista racional, tendo, por isso, validade empírica variável, claro que a máxima, em empreendimentos racionais com clientela permanente."

Assim, outro valor importante na definição das origens do mercado na perspectiva weberiana é a regulação do preço fixo igual para todos os participantes do mercado. Junto à honestidade, ambas constituem, segundo

Weber (1991), um “pressuposto e, mais tarde, um produto de determinada fase da economia capitalista, isto é, do capitalismo primitivo.”

Retornando a Polanyi (2000), ao tratar dos mercados internos ou nacionais, inicialmente, este autor acreditava que os atos individuais de permuta em mercados locais se desenvolveriam no decorrer do tempo e que, conseqüentemente, esses mercados levariam naturalmente ao estabelecimento de mercados internos ou nacionais. Entretanto, em regra, isso não ocorreu. Esses atos individuais de permuta ou troca estavam presentes em várias sociedades primitivas, mas eram considerados práticas de caráter subordinado, pois o sistema econômico valorizava outros atos que "preenchem as necessidades da vida", como a redistribuição e a reciprocidade. No caso em que a reciprocidade é regra, os atos de permuta e troca devem obedecer a princípios de aceitação e confiança, geralmente inseridos em relações de longo alcance.

Desse modo, o surgimento de mercados locais pode parecer algo vago e impreciso, mas desde seu princípio, essa instituição foi cercada por uma série de mecanismos de prevenção destinados a proteger a organização econômica vigente na sociedade de interferência por parte das práticas de mercado. Assim, a paz no mercado era garantida ao preço de rituais e cerimônias que restringiam seu objetivo, enquanto asseguravam sua capacidade de funcionar dentro dos estreitos limites dados. Ou seja, havia um monopólio estatal que impedia a expansão desses mercados locais. O resultado disso foi o nascimento de cidades e a civilização urbana. As cidades, originárias dos mercados, não eram apenas suas protetoras, mas também um meio de impedir a expansão pelo campo e, assim, se incrustar na organização econômica da sociedade.

De acordo com Weber (1991), a comunidade de mercado também enfrenta situações em que os "interessados em sentido capitalista", ao continuarem desejando a crescente ampliação do livre mercado, podem acabar comprando privilégios do poder político ou usando a força de seu próprio capital para conquistar monopólios na venda de seus produtos ou na obtenção de meios de produção materiais, resultando no fechamento do mercado. Na visão weberiana, os monopólios estatais, que são detidos por um mesmo

grupo social, são rompidos quando alguns interessados capitalistas se apropriam de todos os meios de produção materiais, o que gera condições para a maior influência desses interesses na comunidade, regulando a propriedade de bens e a forma de sua valorização.

A livre concorrência de uma comunidade de mercado dura apenas até o momento em que outros monopólios, que não sejam os estamentais, surgem em seu lugar. Os monopólios capitalistas conquistam o mercado graças ao poder da propriedade. Esses monopólios capitalistas se distinguem dos estamentais por estarem racionalmente condicionados sob aspectos puramente econômicos. Nas palavras de Weber (1991, p. 422):

Dentro de sua esfera de poder, os monopólios estamentais impossibilitam, pela limitação das possibilidades de venda como tais ou das condições de venda admissíveis, o mecanismo de mercado com seu regateio e, sobretudo, com seu racional. Já os monopólios exclusivamente condicionados pelo poder da propriedade, ao contrário, baseiam-se numa política monopolista racional, isto é, na dominação, orientada pelo cálculo racional, dos processos de que podem até ficar inteiramente livres no aspecto formal.

Assim, os monopolistas estamentais defendem seu poder no mercado restringindo-o através de vínculos sagrados e tradicionais que impedem a racionalização dos preços. Já o monopolista econômico-racional tenta dominar o mercado através dos interesses da liberdade formal do mercado. Para se entender melhor, por uma inferência sobre a análise weberiana, é importante retornar à perspectiva contratual sobre os limites do mercado. Nessa perspectiva, deve-se entender que uma comunidade de mercado está sujeita a uma ordem acordada pelos seus participantes ou imposta por outras comunidades diversas, como associações políticas ou religiosas. Essa ordem está mais relacionada aos interesses entre os participantes desse mercado em continuarem as relações de troca no futuro do que por uma regulação feita pelo Direito. Desse modo, a "paz do mercado" é garantida quando não há restrição da liberdade do regateio e da concorrência, por garantias para a observação da legalidade do mercado, principalmente nas formas como ocorre o pagamento. Em outras palavras, o surgimento de monopólios acarreta o fim do mercado e do contrato entre particulares baseado em interesses de continuação das

transações mercadológicas, dando lugar ao poder econômico dos monopolistas.

Em suma, os interessados na expansão da economia monetária rompem os monopólios estamentais de sua comunidade local com o uso de privilégios do poder político adquiridos através da compra ou graças ao poder de seu próprio capital, desenvolvendo, portanto, o livre mercado como caracterizado anteriormente. Assim, com o desenvolvimento do mercado racional-legal e baseado na confiança mútua entre os participantes, surge o que se chama de livre concorrência. Todavia, sua duração ocorre apenas até o momento em que aparece em seu lugar outro tipo de monopólio, que se caracteriza por ser capitalista conquistado no mercado em razão do poder da propriedade. A diferença entre o monopólio capitalista e o estamental é a condição de racionalidade, quase exclusivamente econômica, de suas propriedades. De modo que o monopólio estamental se configura pela limitação da possibilidade de venda ou troca definida pela existência de diversos tipos de tabus que impedem o desenvolvimento de racionalidade baseada na concorrência das relações mercadológicas. Já o monopólio de tipo capitalista é condicionado pelo poder da propriedade e baseia-se numa racionalidade monopolística, ou seja, o cálculo racional orienta os processos, afastando qualquer vínculo sagrado, estamental ou tradicional, pois esses são considerados obstáculos que impedem a racionalização dos preços no mercado. Assim, Weber e Polanyi devem concordar com a assertiva de que os monopolistas estamentais defendem seu poder contra o mercado, restringindo-o dentro das cidades; já o monopolista econômico-racional, que ultrapassa as barreiras das cidades, defende seu poder por meio da expansão do próprio mercado.

2.2. Entre três perspectivas sobre o mercado

As reflexões de Max Weber, Émile Durkheim e Karl Polanyi sobre os mercados possuem semelhanças, principalmente pelo aspecto "institucionalista" de suas abordagens. Contudo, Polanyi se opõe à perspectiva weberiana racionalista, uma vez que Weber fazia parte de uma tradição de

pensamento que acentua a preocupação pela forma racional de fazer as coisas, sejam quais forem os fins últimos. Em outras palavras, para Weber, a ação racional é a principal característica de uma economia de mercado, na qual os mercados são partes correspondentes dessa economia.

Por outro lado, Polanyi defende a ideia de que as escolhas dos indivíduos podem ser determinadas por outros aspectos diferentes da racionalidade, como, por exemplo, as questões éticas. Portanto, a ação racional é puramente operacional e depende dos limites dos meios que o indivíduo leva em consideração. Assim, "o costume e a tradição, geralmente, eliminam a escolha, e se a escolha existir, não necessita ser induzida pelos efeitos limitantes de alguma 'escassez' de meios" (POLANYI, 1977, p. 27).

Polanyi (2000) destaca que o sistema de mercado, mais especificamente os mercados criadores de preço, se refere a uma economia formal que se aplica a uma atividade econômica de um tipo definido. Mas, também existe uma economia "real" na qual as principais formas de integração entre os participantes de um mercado são a reciprocidade, a redistribuição e o intercâmbio. Essa integração, composta de ações humanas, se institucionaliza em um processo que pode estar "imerso" em instituições econômicas e não econômicas.

Em síntese, a existência para Polanyi de uma economia de mercados como instituição separada em uma dada sociedade é uma exceção histórica e não o resultado da tendência de toda sociedade global, como acreditava Weber. Uma vez que a vida econômica faz parte de toda a composição cultural de uma sociedade, onde se encontra imersa em modelos de vida que nem sempre são exclusivamente econômicos, resultando em ações humanas em que predominam a reciprocidade e a redistribuição, estando a permuta e a venda, referente a um sistema de mercado, em um lugar não primordial, ou mesmo completamente ausente da sociedade em questão.

Assim, em uma visão analítica mais próxima à de Durkheim, Polanyi defende a tese de que a interferência estatal foi a principal responsável pelo surgimento dos mercados nacionais, mostrando que os Estados Absolutistas desempenharam um papel fundamental no surgimento e desenvolvimento do Mercantilismo nos recém-nascidos Estados Nações europeus. Nesse sentido, é

importante destacar que os Estados desempenham o papel de proteger os membros participantes do mercado contra qualquer desajuste que possa afetar o equilíbrio das relações mercadológicas. Em outras palavras, se considerarmos as relações mercadológicas como relações contratuais (Durkheim), cabe ao Estado tutelar ambas as partes envolvidas nesse contrato mercadológico.

Na próxima seção, iniciarei a análise sobre o tema central desta tese: empregabilidade. Desse modo, farei uma análise bibliográfica comparativa do mercado de trabalho e da empregabilidade sob o viés teórico da Nova Sociologia Econômica.

2.3. Empregabilidade e Escolha Racional: da Nova Sociologia Econômica à Sociologia dos Mercados de Trabalho

A Nova Sociologia Econômica, nas últimas décadas, tem retomado a questão da divisão do trabalho entre a Sociologia e a Economia, que foi relativamente consensual durante grande parte do século XX. Ela ressurgiu nos anos 1970, com o questionamento da divisão do trabalho por parte de economistas e sociólogos. Essa nova abordagem cresceu enormemente nos anos 1980, principalmente nos Estados Unidos e na Europa, e sua função é analisar sociologicamente o mercado, considerado como uma "estrutura social" (Swedberg, 1994, p. 255). Os teóricos dessa nova abordagem estão dispostos a analisar os fenômenos da economia para fornecer alternativas teóricas diferentes das já produzidas pela ciência econômica neoclássica.

Em outros termos, a Ciência Econômica é definida por Robbins (1932) como a análise da escolha entre meios escassos tendo em vista determinado fim, enquanto a Sociologia é definida por Parsons (1968) como voltada para a análise dos valores que orientam a ação social, ou seja, a análise das instituições. A Sociologia Econômica é, portanto, uma complementação à Ciência Econômica, ao estudar as instituições econômicas (Granovetter, 1990; Velthuis, 1999).

Mark Granovetter, um dos pioneiros dessa nova abordagem, publicou trabalhos importantes que se destacam por identificar as formas de inserção

social das ações econômicas e a influência dessas relações sociais nos resultados econômicos. Para Raud-Mattedi (2005), ele é um representante do enfoque estrutural do mercado, visto como constituído de redes interpessoais. Entretanto, como exposto nas primeiras seções deste capítulo, os trabalhos de Weber e Durkheim sobre os mercados contribuíram diretamente para o renascimento e crescimento desta nova sociologia econômica nas décadas de 1970 e 1980, tratando de questões como regulação do mercado e o papel dessa instituição na orientação do comportamento do ator econômico.

O pensamento econômico neoclássico considera que as condições essenciais para que o mercado se aproxime do seu tipo puro são a liberdade de contratos e a propriedade privada. Todavia, esses não são os únicos fatores de estabilização no espaço mercantil. Por isso, uma questão se apresenta: questão essa em que se desenvolve boa parte do pensamento da nova sociologia econômica. Quais são os outros fatores ou variáveis sociais que garantem a existência de mercados e preços? Há duas proposições sociológicas essenciais que permitem analisar essas questões: a primeira diz que uma ação individual é sempre socialmente localizada e não pode ser explicada baseando-se apenas nos motivos individuais que possam tê-la motivado; a segunda refere-se às instituições sociais que são construídas socialmente, não nascem sozinhas, nem atuam sem a participação de pessoas (Granovetter, 1990).

Como foi discutido, a ausência de interferências e a confiança são elementos essenciais de um mercado, mas o individualismo radical neoclássico permite muitas dúvidas. Granovetter, na tentativa de entender as condições de existência dos mercados, parte da constatação de que a ação humana costuma ser considerada subsocializada ou supersocializada. Na perspectiva supersocializada, concepção que ganhou proeminência a partir dos trabalhos de Parsons (Granovetter, 2007), entende-se que a desconfiança e as incertezas no mundo dos negócios são afastadas por uma moralidade geral vigente que favorece o clima das trocas. Na perspectiva subsocializada, de tipo neo-institucional com viés hobbesiano, percebe-se que as instituições, com seu poder de sanção, desencorajam as práticas desleais, fazendo com que sejam

mais custosas para os oportunistas. Em outras palavras, as instituições seriam um substituto funcional para a falta de confiança (Granovetter, 1990).

Desse modo, a geração de confiança e o controle da deslealdade estão relacionados com as relações pessoais concretas e as redes nas quais os atores estão inseridos. O fato de preferir negociar com pessoas de conhecida reputação não depende apenas de uma moralidade geral ou do controle vertical de uma instituição. A confiança não é uma propriedade inata dos agentes do mercado, mas sim o resultado de suas relações. As relações concretas não podem ser vistas como um substituto funcional da confiança que sustenta a ordem econômica. As relações sociais penetram nos diferentes setores da vida econômica com graus diferentes de intensidade e sempre são condição necessária, mas não suficiente, para o comportamento confiável. Para entender o pensamento de Granovetter, é necessário compreender seu projeto epistemológico para a ação social, uma vez que, para esse autor, as ações sociais e econômicas estão imersas (*embedded*) na rede de relações dos atores. Esse argumento propõe que "os comportamentos e as instituições a serem analisados são tão compelidos pelas contínuas relações sociais que interpretá-los como elementos independentes representa um grave mal-entendido" (Granovetter, 2007).

A preferência dominante em fazer transações com indivíduos de reputação conhecida implica que poucos estão realmente dispostos a confiar na moralidade generalizada ou nos dispositivos institucionais para evitar problemas. Os economistas notaram que um incentivo para não enganar o outro é o custo dos danos infligidos à reputação pessoal; mas essa concepção da reputação como uma commodity generalizada, um cálculo entre as vantagens e as oportunidades de enganar, representa uma concepção subsocializada. Na prática, recorreremos a essas informações generalizadas quando nada melhor está disponível, mas normalmente buscamos melhores informações. Melhor que a armação de que alguém é conhecido pela sua honestidade e a informação de um informante confiável que já lidou com esse indivíduo e o considerou honesto. Ainda melhor é a informação das próprias transações que foram feitas com essa pessoa no passado.(GRANOVETTER, 2007, p. 12).

A abordagem de Granovetter ocupa um espaço teórico intermediário entre a perspectiva super-socializada e a perspectiva sub-socializada da ação e estrutura social. Essa visão não produz previsões generalizáveis de ordem ou

desordem universal, mas sugere que cada situação é moldada pelos detalhes da estrutura social (Granovetter, 2007, p. 15). Nesse sentido, o agente econômico é visto como dependente da estrutura formada pela rede de relações em que está inserido, em contraposição ao conceito do *homo economicus*, que supõe um indivíduo racional que faz cálculos de utilidade para determinar suas ações, mesmo que possua todas as informações necessárias. O sistema econômico é concebido como uma grande rede de relações em que circulam informações, recursos e, a partir do seu funcionamento, emergem crenças, sistemas de status, confiança, sistemas de obrigações e expectativas e sanções sociais que regulam sua dinâmica.

Em resumo, Granovetter seguiu uma tradição teórica iniciada por Weber, na qual busca desenvolver uma teoria sociológica que complemente a Teoria Econômica. Ele afirma que seu objetivo não é criticar a Economia Neoclássica, mas sim fortalecê-la, acrescentando uma perspectiva sociológica. No entanto, ele diferencia a Nova Sociologia Econômica da anterior, porque a nova propõe análises sociológicas de temas econômicos fundamentais, como mercados, contratos, dinheiro, comércio e bancos, oferecendo uma descrição alternativa da atividade econômica diária, enquanto a antiga só se preocupava com os pré-requisitos institucionais da vida econômica (Granovetter, 2000, p. 203). A sociologia econômica de Granovetter diferencia três níveis nos fenômenos econômicos: a ação econômica, os resultados econômicos, como preços e salários, e as instituições econômicas (1990). Ele reafirma em vários de seus textos as três proposições fundamentais que orientam sua reflexão: a ação econômica é uma forma de ação social, a ação econômica é socialmente situada e as instituições econômicas são construções sociais (Granovetter, 1985, 1990; Swedberg e Granovetter, 1992).

2.4. Mercado de Trabalho e Desemprego

É crescente o interesse da sociologia brasileira pelos estudos do mercado de trabalho e dos processos e experiências associadas ao fenômeno do desemprego (Alberto, 2005; Helal e Rocha, 2011; D'Arísbo e Martins, 2016; Helal, 2005; Guimarães, 2008, 2009, 2012; Náder e Oliveira, 2007, Oliveira e Piccinini, 2011). O que leva a um indivíduo sair de uma situação de

desemprego e conseguir um trabalho (ou seu contrário) passou a ser foco de muitos pesquisadores brasileiros. Entre seus trabalhos, se destacam temas, como o risco desigual com que a perda do trabalho atingia certos grupos, diferentes por características como idade, cor, sexo, escolaridade, família, ocupação e setor de atividade. Também se destaca estudos que realizaram análises longitudinais quantitativas sobre as trajetórias de desempregados, outros realizaram pesquisas qualitativas sobre representações subjetivas da vida de indivíduos que passaram pela experiência de perderem ocupações regulares.

O mercado de trabalho como campo de estudo na sociologia se estruturou como uma área de confluência de diferentes linhas de pesquisa e tradições acadêmicas, como as de origem da estratificação social, sociologia industrial, sociologia das organizações, economia do trabalho, sociologia das ocupações e estratificação social.

A legitimidade desse campo de estudos surge nas sociedades capitalistas do pós-guerra, em que o mercado de trabalho representava o meio pelo qual a maioria das pessoas obtinha sua sobrevivência, ganhando não apenas seus respectivos salários, mas também uma variedade de vantagens indiretas, como experiência profissional, amizades e formação de redes de relacionamento. Segundo Guimarães (2009), isso tornava o mercado de trabalho um mecanismo central de distribuição social, tornando impossível não percebê-lo em questões que propõem explicar as desigualdades sociais.

No entanto, as pesquisas sobre o mercado de trabalho se tornaram mais abstratas e relacionais, como sugerem Kalleberg e Sorensen (1979). O mercado de trabalho se tornou mais propriamente "uma arena na qual os trabalhadores trocam sua capacidade de trabalho por salários, status e outras recompensas [...], compreendendo as instituições e as práticas que governam a compra, a venda e a fixação de preço do trabalho" (Kalleberg e Sorensen, p. 351).

Até os anos 1970, as pesquisas sobre a aquisição de status no mercado de trabalho eram destacadas, tanto em estudos europeus (principalmente de origem anglo-saxônica) quanto em estudos latino-americanos (principalmente brasileiros). Segundo Fligstein e Dauter (2007), o interesse sociológico por

esse tema remetia a questões sobre as diferenças sociais entre indivíduos, manifestas na desigual distribuição de poder e prestígio que se poderia obter através do mercado de trabalho. O status social, ou seja, a diferença de posição social entre indivíduos ou grupos sociais manifestava-se no mercado de trabalho e se operacionalizava via situação ocupacional através do prestígio social associado à posição no mercado, o que representava uma das mais importantes medidas de posição nas hierarquias de status social. Desse modo, a mobilidade ocupacional tornou-se um tema de interesse, na medida em que se configurava em um dos caminhos mais eficazes para a aquisição de status. Por outro lado, pode-se dizer que a mobilidade ocupacional e a mobilidade social estão relacionadas.

Contudo, como podemos definir a importância de uma sociologia econômica que tem como foco de estudo o mercado de trabalho? Dito de outra forma, uma sociologia econômica interessada em teorizar sobre os processos e ações mercadológicas relativas à dinâmica da vida econômica. Para isso, é importante definir os aspectos mais relevantes de um olhar sociológico sobre os mercados, como foi anteriormente discutido quando descrevemos os principais aspectos sugeridos por Max Weber, Émile Durkheim e Karl Polanyi. Chegamos, então, a uma questão importante para as pesquisas nessa área: qual ou quais são os motivos da existência de uma pluralidade de possibilidades de troca entre agentes que fazem parte de um mercado, todavia apenas uma se torna efetiva? Há uma infinidade de possibilidades de troca dentro do mercado, mas os agentes tomam decisões que transformam essas possibilidades potenciais em apenas uma troca que realmente ocorre. Essa abordagem mercadológica não está ausente nas relações entre a "força de trabalho" e o mercado de trabalho.

Os analistas econômicos tentaram entender o mercado de trabalho como um problema de racionalidade da conduta dos agentes econômicos, em que o fator principal seria a convergência de interesses em torno do preço pelo qual um trabalhador aceitaria vender o seu trabalho (ou um preço que um empregador estaria disposto a pagar para contratar uma mão de obra) de acordo com sua produtividade (capital humano), que pode ser vista como suposta ou possível de se adquirir. Em outras palavras, os economistas

tentaram resolver o problema analítico entre as condutas dos demandantes de emprego e empregadores através de uma suposta racionalidade desses indivíduos em relação, principalmente, à variável preço/valor da mão de obra. Todavia, essa abordagem ignorava a importância da interpretação, ou seja, não considerava as distintas possibilidades de experiência dos indivíduos no mercado de trabalho.

A economia clássica e sua defesa das ideias sobre condições de concorrência perfeita são questionadas pela moderna sociologia dos mercados, uma vez que outras questões importantes sobem à tona, como a flexibilidade estrutural desses mercados, a falta de regulação formal e a força das relações informais, sobretudo as desiguais. De outra forma, mecanismos não mercantis tornam-se fundamentais para o entendimento da dinâmica de relação entre indivíduos e mercado de trabalho.

No entanto, alguns estudos sobre o tema são desenvolvidos a partir dessa perspectiva. Nadya Guimarães (2008, 2009 e 2012), por exemplo, realizou estudos com o objetivo de entender como as oportunidades ocupacionais se apresentam ao indivíduo por meio dos mecanismos utilizados por ele ao deixar um emprego. Seus trabalhos tiveram como foco o mercado de intermediação de oportunidades ocupacionais no Brasil e buscaram entender como os demandantes de emprego, as empresas contratantes e os intermediadores (agências de emprego ou serviços governamentais) se relacionam. Suas conclusões apontam que a conquista de um emprego, na maioria das vezes, não está relacionada aos mecanismos mercantis de difusão de informações, "mas sim é, em grande medida, um subproduto de outras relações sociais que não têm uma dimensão mercantil. O funcionamento do mercado de trabalho, assim como outros mercados, demanda que estruturas sociais subjacentes sejam examinadas para se compreender as formas de transmissão de oportunidades" (Guimarães, 2009, p. 165).

Em outro trabalho, Guimarães (2012) reflete sobre a procura de trabalho como um "constrangimento social internalizado na forma de um imperativo comportamental". Em outras palavras, o desempregado é visto, do ponto de vista institucional, como alguém que está procurando trabalho, e, portanto, a experiência do desemprego pode ser percebida como repleta de sentido

valorativo na vida desse indivíduo. Como a sociedade tem o trabalho como um valor inquestionável, essa experiência é entendida como uma etapa da vida que o indivíduo deve superar. No entanto, quando ele não consegue superá-la, ela se torna um constrangimento. Nas palavras da autora:

A construção forjada nos fins do século XIX, assentando-a numa norma: o desemprego é uma situação de privação involuntária e temporária de trabalho. Nesse sentido, ele é, por definição, uma situação a superar, transitória; e porque involuntária (seu correlato), o desempregado se distingue do inativo por estar socialmente obrigado a manifestar uma conduta de "procura ativa de trabalho. (p. 124).

No entanto, se assim não fosse, sociedades como a brasileira teriam uma maior aceitação do indivíduo desempregado como digno de proteção pelas políticas do estado. A Europa representa um exemplo melhor dessa situação, onde as políticas públicas de um estado de bem-estar social, em muitos países, foram sendo desenhadas e colocadas em prática pouco a pouco. Embora o tipo de execução, amplitude de cobertura e generosidade de benefícios variem entre os países, todas essas políticas se assentaram no reconhecimento social de que os desempregados são merecedores desse tipo de ajuda..

No entanto, ao perceber a procura de trabalho como um constrangimento social internalizado no comportamento do indivíduo, é possível entender como os indivíduos tomam suas decisões dentro do mercado de trabalho e como as justificam. Isso pode variar de acordo com o contexto social em que o indivíduo está inserido, levando à conclusão de que o mercado de trabalho não é único. Portanto, "os mercados de trabalho" podem variar em relação ao status conferido ao indivíduo, ao sexo, à cor, à origem, à posição familiar, o que pode representar sua inacessibilidade como uma importante variável para seu estudo. Desse modo, os recursos mobilizados pelos indivíduos demandantes de emprego não são equivalentes, pois variam de acordo com o contexto e a configuração do sistema de emprego, das formas de reconhecimento institucional do desemprego e das políticas públicas de suporte à procura de trabalho (Guimarães, 2012, p. 134).

2.5. Ação Racional na Busca por uma Oportunidade de Trabalho

A racionalidade humana na teoria econômica clássica implica que o indivíduo busca escolhas ótimas, ou seja, as melhores possíveis com base nas informações disponíveis. Para que essa perspectiva seja aplicável, são necessários que estejam presentes três fatores: a) as alternativas de escolha devem ser conhecidas; b) as consequências de cada alternativa devem ser avaliadas com base em informações incompletas e imperfeitas; c) o indivíduo racional deve possuir uma classificação por ordem de utilidade das opções que possui para tomar uma decisão. Embora o modelo do racionalismo clássico possa ser aplicável em algumas situações, na prática, a tomada de decisão dos indivíduos é frequentemente afetada por limitações cognitivas e emocionais, bem como por influências externas, como normas sociais e pressões de grupo.

Em contraponto a essa teoria da racionalidade clássica, surgiu ainda em meados do século XX uma nova teoria da racionalidade proposta por March e Simon (1958), que leva em conta essas limitações do conhecimento do homem racional. Segundo essa teoria, o ambiente organizacional e social em que os indivíduos estão inseridos influencia significativamente o processo de tomada de decisão, e as escolhas são frequentemente baseadas em heurísticas (atalhos mentais) e regras práticas. Além disso, a teoria da racionalidade limitada argumenta que, em muitos casos, as decisões são tomadas em condições de incerteza e com informações incompletas, o que torna difícil a busca por escolhas ótimas.

A teoria da escolha racional limitada, formulada por March e Simon, possui outras importantes características que devem sempre estar presentes no momento em que o indivíduo se depara com uma situação que lhe provoca uma ação: a) a escolha sempre é feita em função de um "modelo" de situação real; b) os elementos da definição não são dados; c) conhecimento ou pressupostos de eventos futuros ou das distribuições de probabilidades relativas a eventos futuros; d) conhecimento de alternativas de ação disponíveis; e) conhecimento das consequências dessas alternativas, que

podem ser completas ou incompletas; f) regras ou princípios segundo os quais o indivíduo estabelece uma ordem de preferências para as consequências ou alternativas.

Em síntese, para March e Simon (1958), a racionalidade humana é limitada, pois os indivíduos não conseguem prever todas as possíveis consequências de uma decisão. Essa nova abordagem da ação humana é contrária ao conceito econômico clássico de racionalidade, que sugere a consideração de todos os fatores envolvidos na decisão. Assim, a ação dos indivíduos é limitada: eles selecionam as partes da realidade ou do seu ambiente que consideram relevantes para a tomada de decisão. Desse modo, para o conceito de racionalidade limitada, as decisões humanas são condicionadas pelas experiências no passado e pela seleção de informações que as pessoas fazem ao considerar um objeto qualquer em seu ambiente.

Nesse cenário, os indivíduos buscam alternativas satisfatórias para a tomada de decisões. Isso ocorre porque é quase impossível tomar uma decisão perfeita, já que os indivíduos não têm acesso a todas as informações necessárias e não podem prever todas as consequências de uma decisão. A solução satisfatória pode ser exemplificada pela seguinte frase: "Ele fez o melhor que podia ter feito". Essa frase mostra que quando um indivíduo toma uma decisão com base em seus objetivos, mesmo sem ter todas as informações necessárias, ele faz o melhor que pode nas condições em que a decisão deve ser tomada.

Segundo March e Simon (1958), existem dois tipos de tomada de decisão: a rotinizada, que se caracteriza por um processo simplificado de escolha de decisões e reações fixas; e a não-rotinizada, que é precedida por atividades de formação de um programa de "solução de problemas". Os indivíduos buscam simplificação e estabilidade em seu sistema de ação, o que pode ser entendido como busca por rotinização, previsibilidade e estabilidade. A rotinização é um processo de tomada de decisão que pode ocorrer tanto no cotidiano quanto dentro das organizações, limitado pelo conhecimento disponível sobre as possíveis consequências de cada possibilidade de decisão. No caso organizacional, pode se referir a processos de transformação de matéria-prima em produto ou outras atividades rotineiras. Quando não há

conhecimento disponível, é necessário tomar decisões satisfatórias, o que significa avaliar crenças, ideologias, moral e ética para encontrar as melhores alternativas de ação para o indivíduo. Assim, a rotina é necessária para que os indivíduos simplifiquem seus modelos de ação, de modo que suas decisões possam ser tomadas de forma simplificada e visando resultados satisfatórios.

O processo de tomada de decisão tem origem em estímulos do ambiente, que podem evocar ações rotinizadas ou novas. Os programas de ação são ações rotinizadas presentes no estoque de ação dos indivíduos, que são evocados quase instantaneamente após sofrerem um estímulo. Para estímulos que provocam situações novas, os indivíduos passam pelo processo de solução de problemas. Esse processo consiste em procurar descobrir e desenvolver novas alternativas de ação e prever as consequências dessas alternativas. Esse processo pode ser abandonado assim que o novo programa de ação seja aprendido.

O processo de solução de problemas tem como objetivo inicial definir a situação e, em seguida, elaborar um ou mais programas adequados para lidar com ela. Um estímulo pode exigir mais de uma ação, e essas ações podem ser rotinizadas ou não. Após a conclusão do processo de solução de problemas, os programas de ação selecionados podem ser altamente rotinizados ou discricionários em relação aos meios ou fins, ou ambos.

Uma diferença entre a teoria da racionalidade clássica e a proposta de March e Simon é que a primeira busca resultados ótimos e perfeitos, o que é impossível no mundo real. A segunda mostra que os seres humanos buscam apenas um padrão satisfatório de resultados, pois todo o processo decisório humano ocupa-se da descoberta e seleção de alternativas satisfatórias. Esse padrão satisfatório pode ser explicado pela relação entre melhoria marginal e custo marginal: quanto mais fácil encontrar alternativas para resolver uma situação, maior a melhoria marginal (e menor o custo); quanto mais difícil encontrar alternativas, menor é a melhoria marginal.

Os processos afetivos e cognitivos influenciam a definição da situação pelo agente. O que uma pessoa deseja e aprecia influencia o que ela percebe, e o que ela percebe influencia o que deseja e aprecia. A cognição também entra na definição da situação em relação à realização de objetivos. Além

disso, os objetivos usados como critérios de escolha raramente representam valores "definitivos" ou "últimos".

O comportamento racional compreende a substituição da realidade complexa por um modelo de realidade suficientemente simples para poder ser tratado mediante processos de solução de problemas. Constitui uma técnica fundamental para a simplificação do problema, que pode ser usada por indivíduos, organizações e pequenos grupos. A principal maneira de fatorar um problema é fazer uma análise de meios e fins, na qual os meios especificados tornam-se sub objetivos que podem ser atribuídos a resoluções em separado.

No processo decisório em organizações ou pequenos grupos, quando as pessoas que participam desse processo têm os mesmos objetivos operacionais, as diferenças de opinião a respeito do curso de ação serão solucionadas predominantemente por processos analíticos. Caso contrário, a decisão será tomada por meio de negociação.

A tendência dos indivíduos em avaliar a ação apenas em termos de subobjetivos é fortalecida por meio de três mecanismos cognitivos: a) percepção seletiva e racionalização (no indivíduo); b) conteúdo da comunicação entre subgrupos (presente, sobretudo em organizações); e c) exposição seletiva aos estímulos do ambiente. Assim, por meio desses mecanismos de formação e percepção de subobjetivos, cria-se uma atenção seletiva para determinadas consequências das alternativas propostas e uma desatenção seletiva em relação a outras. Quanto maior o alcance da atenção, mais estreito o foco de atenção se torna. O foco é maior quando há menos tempo disponível. Essa "filtragem" afeta todos os "dados" que entram no processo decisório: pressupostos sobre eventos futuros, conhecimento das alternativas disponíveis, conhecimento das consequências de cada alternativa, objetivos e valores.

O que diferencia a substituição de objetivos mais gerais por sub objetivos, como critérios de escolha, é que os últimos são percebidos como operacionais e os primeiros como não operacionais. Quando um meio de testar a ação é percebido como relacionando determinado objetivo ou padrão com possíveis cursos de ação, o critério será operacional. Caso contrário, será não operacional.

Contudo, o que a teoria da racionalidade limitada pode dizer sobre a empregabilidade dos egressos do sistema prisional? Presumivelmente, a ação desses indivíduos será influenciada pelo ambiente, ou seja, a necessidade de um cidadão em pagar por sua moradia, alimentação e demais gastos de forma lícita; e pela imposição do Estado em seu papel de punir, obrigando o ex-detento a buscar uma ocupação legal como condição para cumprir pena em regime semiaberto ou aberto. Aparentemente, o processo de escolha entre alternativas na busca por uma ocupação legalizada ocorrerá de acordo com o conhecimento disponível a esses indivíduos que, ao tomarem uma decisão sobre onde e como conseguir um trabalho, levarão em conta (mesmo que não conscientemente) seus gostos, aptidões e necessidades específicas.

No capítulo 3 desta tese, apresento, com base na literatura, as principais dimensões da aplicabilidade dessa teoria no mundo real para esses egressos, verificando situações como os modos de ação dos egressos para buscar e conseguir se inserir no mercado de trabalho. Também discuto as formas como os empregadores possivelmente podem pensar e tomar decisões ao contratar um novo empregado.

2.6. Empregabilidade: discursos e realidades

Nas últimas décadas, o mercado de trabalho brasileiro tem passado pelo fenômeno da terceirização e flexibilização, confirmado pela Nova Lei Trabalhista (Lei 13.467/17), também conhecida como Reforma Trabalhista, que alterou profundamente a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)². Essa reforma vem causando fortes impactos para os trabalhadores brasileiros, que enfrentam um momento de perda e alterações de direitos trabalhistas, uma vez que a reforma se caracterizou por precarizar as relações de trabalho, intensificando e flexibilizando as relações contratuais de trabalho (D'Arisbo e Martins, 2016). Além disso, os novos conhecimentos tecnológicos e as exigências empresariais para contratação de novos empregados elevaram a importância do termo empregabilidade no país.

² ver mais detalhes em https://www.trt2.jus.br/geral/tribunal2/LEGIS/Leis/13467_17.html

A preocupação com esse tema resulta, segundo Helal e Rocha (2011), das novas exigências feitas aos trabalhadores por parte das empresas e demais organizações, justificadas pela influência de um novo modo de acumulação capitalista, conhecido como pós-fordismo ou modo de acumulação flexível. Nesse novo modelo, as organizações passaram por um processo de reestruturação, no qual várias ocupações foram extintas e outras surgiram. Nas palavras dos autores:

O emprego industrial foi reduzido em função da alta inserção de tecnologia, enquanto o setor de serviços se expandiu. O mercado de trabalho se flexibilizou e as relações de trabalho se tornaram mais precárias – verificando-se o aumento da ocupação por conta própria e da informalidade, em geral.(p. 140).

Assim, o conceito de empregabilidade adquire uma faceta ideológica neoliberal (Nader e Oliveira, 2007; Machado, 1998; D'Arísbo e Martins, 2016; Silva, Costa e Lemos, 2014), no qual o termo refere-se à capacidade dos candidatos a um trabalho adaptarem-se às novas exigências das organizações e do mercado de trabalho. Em outras palavras, é a capacidade, voluntária ou inconscientemente assumida pelo indivíduo, de competir pelas possibilidades limitadas de conseguir um emprego oferecido pelo mercado de trabalho e de se ajustar a ele. Dessa forma, o emprego não é mais visto como um direito social, uma vez que toda e qualquer responsabilidade pelo êxito ou fracasso nesse novo mercado de trabalho é imposta ao trabalhador. O trabalhador é visto como uma espécie de empreendedor, que deve buscar meios para ser um candidato aceitável no mercado de trabalho. Isso faz com que sociedade, Estado e organizações se isentem de qualquer culpa pelo problema atual do desemprego.

o desemprego não seria consequência da incapacidade do sistema capitalista de absorver os trabalhadores disponíveis, mas sim fruto da inadequação dos postulantes a um emprego às exigências de qualificação do novo paradigma produtivo (SILVA, COSTA e LEMOS, 2014, p. 2).

Outro fator importante a considerar é que a formação individual é uma variável relevante para explicar o ingresso e a manutenção em um emprego.

De acordo com o discurso atual, investimentos em capital humano, conforme destacado por Theodore Schultz (1973), são pré-requisitos que devem ser adquiridos pelo indivíduo que deseja conquistar sua empregabilidade. A qualificação profissional por meio da educação é vista como o principal fator para a empregabilidade e produtividade do trabalhador, estabelecendo uma relação entre a dimensão educacional e o desenvolvimento econômico nacional. No entanto, diferentemente de Schultz, o capital humano é ressignificado, de modo que a responsabilidade por adquiri-lo é exclusivamente do indivíduo, e não mais do Estado. Considerando que o mercado de trabalho não é homogêneo, ou seja, existem mercados de difícil acesso e mercados que valorizam seus participantes de maneira diferente, isso enfatiza as diferenças entre os trabalhadores e hierarquiza-os de acordo com sua preparação para o mercado de trabalho, desde os mais preparados até aqueles que não atingiram os requisitos mínimos para participar dele.

No entanto, afirmar que apenas fatores individuais do trabalhador explicam o acesso ao emprego é uma falácia. Na realidade, há vários determinantes da empregabilidade e suas variantes. No Brasil, de acordo com Freitas (1997), a empregabilidade é fortemente influenciada pelo personalismo, tornando difícil imaginar que o acesso ao emprego seja apenas impessoal e meritocrático. Embora o esforço individual e o investimento em capital humano (educação) sejam importantes em qualquer mercado de trabalho, as relações pessoais representam uma variável significativa para explicar a empregabilidade no país.

Portanto, em relação aos discursos que definem o termo empregabilidade, Helal e Rocha (2011, p. 141) afirmam que há dois significados: o empresarial, que se refere à capacidade de adaptação do indivíduo às novas exigências do mundo do trabalho e das organizações, e o crítico, que trata a empregabilidade como um discurso que transfere a responsabilidade pelo emprego da sociedade e do Estado para o próprio trabalhador.

2.7. Capital Humano, Capital Cultural e Capital Social como determinantes da empregabilidade

As atividades agropecuárias eram as principais empregadoras de mão de obra no Brasil até os anos 1980. A partir dessa década, houve uma diversificação na estrutura ocupacional, ocasionada principalmente pelos processos de urbanização em nosso país. A partir dos anos 1990, percebe-se outra importante mudança nos mercados de trabalho, uma vez que o processo de informalização e precarização do trabalho se iniciou e, até os dias atuais, tem ocasionado uma profunda modificação na qualidade do emprego gerado no país. Isso significa uma grande alteração na geração de trabalho formal, com seus direitos e garantias definidos em lei, para a geração de ocupações informais que não oferecem proteções sociais e trabalhistas, ou mesmo o fim de certas ocupações que não se adequaram ao novo modelo de produção capitalista (HELAL, 2005).

Esse novo modelo de produção capitalista se refere ao processo de reestruturação econômica iniciada a partir dos anos 1970, que se traduz pelo esgotamento do modelo fordista de produção, caracterizado por sua rigidez e processos altamente rotinizados. Em seu lugar, surgiram a flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo. Dessa forma, segundo Helal (2005), a preocupação com a empregabilidade se refere às novas exigências feitas aos trabalhadores, por parte das organizações, sob a égide do novo modo de acumulação capitalista, conhecido como pós-fordismo ou modo de acumulação flexível (pp. 3).

Entre as organizações que participam do mercado de trabalho, houve um processo em que várias ocupações deixaram de existir ou foram substituídas por novas, em decorrência do avanço da ciência e da tecnologia, mudanças nas leis trabalhistas e expansão do setor de serviços. Esse processo de flexibilização resultou na precarização das relações de trabalho, intensificando a ocupação por conta própria e a informalidade em geral. Nesse novo contexto, a empregabilidade passou a adquirir características distintas, tornando-se resultado do esforço individual. Isso leva o indivíduo a se preocupar mais com a questão do emprego e a adquirir habilidades que

aumentem sua capacidade de ser empregado e se manter no emprego, ou seja, aumentem sua empregabilidade.

Uma das abordagens teóricas mais utilizadas em pesquisas nas ciências sociais para explicar a empregabilidade e o mercado de trabalho é a do capital humano, proposta por Becker (1964) e Mincer (1974). Segundo essa abordagem, a produtividade marginal de um indivíduo - ou seja, a produção extra de um trabalhador, mantendo-se o resto constante - pode aumentar devido ao maior estoque de capital humano que esse indivíduo possui. Shultz (1961; 1973) destaca que o investimento em capital humano é o principal responsável pelo crescimento dos rendimentos reais por trabalhador, uma vez que as capacidades adquiridas pelo trabalhador são fatores que explicam os ganhos em produtividade de uma organização.

De acordo com Neves e Fernandes (2002), escolaridade, experiência de trabalho e migração são as variáveis relativas ao capital humano mais utilizadas em pesquisas, sendo a escolaridade o principal representante que os pesquisadores utilizam para mensurar o capital humano. Nesta perspectiva, a experiência de trabalho se refere a uma *proxy* para o treinamento de trabalhadores dentro do próprio mercado de trabalho. Já a variável migração pode, em muitos casos, representar uma *proxy* para o nível de ambição dos indivíduos, logo, se refere ao quanto um indivíduo está disposto a investir para adquirir habilidades necessárias e atraentes para o mercado de trabalho.

Entretanto, os resultados de pesquisas que focam apenas nesse aspecto neoclássico da economia podem ser considerados limitados. Sobretudo, a teoria do capital humano, em pesquisas sobre o mercado de trabalho, ao ignorar aspectos sociais, limita enormemente a pesquisa associada ao acesso ao emprego, sua manutenção e à determinação dos salários dos indivíduos. Mincer (1974) salientava que o salário de um indivíduo era determinado em função de sua escolaridade, experiência de trabalho e migração. Todavia, tal explicação é bastante simplista, pois não leva em conta outros diversos fatores de ordem estrutural, social e cultural que podem influenciar as percepções sobre a empregabilidade e salários. Dessa forma, outras abordagens devem ser consideradas, como a abordagem institucional, que trata de aspectos regulatórios e institucionais do mercado de trabalho, bem

como a abordagem crítica, que leva em consideração as relações de poder e desigualdades estruturais presentes no mercado de trabalho.

Em contraposição ao modelo neoclássico de capital humano, Pierre Bourdieu expande a noção de capital para além de uma concepção econômica que enfatiza trocas materiais, para incluir outras formas de capital, especificamente, o que ele chama de capital cultural e simbólico. Ele explica como os diferentes tipos de capital podem ser adquiridos ou trocados, e convertidos em outras formas. Porque a estrutura e distribuição de capital também representa a estrutura inerente ao mundo social (BOURDIEU e PASSERON, 1977; BOURDIEU, 1979; BOURDIEU, 1987).

Nessa perspectiva, o conceito de capital cultural representa fatores não econômicos, tais como histórico, cultural, classe social, origem geográfica, investimento e compromisso familiar com a educação. Esses recursos podem influenciar no sucesso acadêmico, ser institucionalizados em certificações acadêmicas e, por fim, podem ser convertidos em capital econômico.

No que cabe dizer aqui, é que o capital cultural funciona como um diferencial, não só acadêmico, mas também no mundo do trabalho. Numa situação em que o acesso à educação seja universal e a educação formal em um determinado país seja relativamente igual, mesmo respeitando as diferenças entre todos os indivíduos, isso não levaria a uma maior equalização de oportunidades. Isso porque, segundo Bourdieu (1987), as famílias vindas de estratos sociais superiores continuariam garantindo vantagens para seus descendentes através da transmissão de capital cultural.

Isso tudo ocorreria pelo seguinte argumento: estudantes oriundos de famílias da cultura dominante seriam mais capazes de decodificar as "regras do jogo" no ambiente acadêmico e profissional, uma vez que estariam melhor preparados para a adaptação e o desenvolvimento de habilidades culturais e preferências recompensadas nas escolas e no mercado de trabalho. Assim, de acordo com essa perspectiva teórica, o estoque de capital cultural individual desenvolvido na família e aperfeiçoado no ambiente escolar, além de garantir a manutenção do *status quo* da sociedade e classes sociais, contribui para o aumento da capacidade de empregabilidade do indivíduo em mercados de trabalho que valorizam o capital cultural.

Em outras palavras, a empregabilidade de um indivíduo pode ser determinada, em grande medida, pelo seu capital cultural. Isso ocorre porque é principalmente na família que alguns códigos de conduta e de relacionamento são transmitidos aos jovens, e são essas características que podem ser extremamente úteis para atividades profissionais de maior destaque. Portanto, quanto mais elevado o nível educacional/cultural e quanto maior for o tempo despendido com seus filhos para a transmissão desse capital, maior será a vantagem que esse indivíduo terá tanto no ambiente acadêmico como no mercado de trabalho em comparação com aqueles que são filhos de pais em que a escolaridade, nível de alta cultura e posição social são inferiores.

Outro importante determinante teórico para se medir a empregabilidade é o capital social. Sua conceituação não é única, existindo duas correntes que o definem. A primeira corrente percebe o capital social como algo que existe e pertence a uma comunidade ou sociedade e que não pode ser internalizado pelo indivíduo. A segunda corrente percebe o capital social como algo pertencente ao indivíduo por meio do que chamamos de redes de relacionamento.

Na primeira perspectiva do conceito de capital social, temos Coleman (1994, p.302), que define o conceito do seguinte modo: "Dentro de uma estrutura social qualquer, o capital social é aquilo que possui aspectos que podem facilitar as ações individuais ou coletivas dentro dessa estrutura". Em outras palavras, o capital social é produtivo, uma vez que por meio dele é possível atingir certos objetivos que, em sua ausência, não seriam possíveis. Outra característica importante desse capital é que ele é próprio e pertencente unicamente à estrutura de relações pessoais.

Numa segunda perspectiva sobre o tema, que percebe o capital social como algo de propriedade individual, temos autores como Pierre Bourdieu e Mark Granovetter, sendo as pesquisas produzidas pelo último de maior destaque na atualidade. Para ambos os teóricos, o capital social pode ser convertido em capital econômico, já que pode ser utilizado como uma ferramenta dentro das estruturas de relações humanas para gerar benefícios econômicos, como o acesso a empregos e salários mais altos. Por exemplo, em certa rede de relacionamento, quando utilizada de forma correta, do ponto

de vista da otimização de benefícios profissionais, pode ser um grande diferencial para a empregabilidade de um indivíduo.

Segundo Bourdieu (1986), o capital social é o total de recursos reais ou potenciais que podem ser relacionados à posse de uma rede, institucionalizada ou não, de relações sociais. Em outros termos, refere-se à participação de um indivíduo em um grupo e ao fato de que suas ligações são úteis para um determinado fim, mesmo que esse fim não seja o objetivo principal de um grupo. Em um exemplo simples, pensemos em um indivíduo que faz parte de um grupo religioso e que sua rede de relações dentro desse grupo o ajuda a conseguir um emprego, interferindo positivamente em sua capacidade de conseguir um emprego. Desse modo, o volume de capital social possuído por determinado indivíduo depende do tamanho da rede de conexões que ele consegue efetivamente mobilizar e da capacidade que seu grupo tem em relação a poder econômico, cultural ou simbólico. Outro fator determinante dessa perspectiva de capital social é que ela deve ser sempre "cultivada" pelo indivíduo, que deve sempre se manter ativo dentro de um grupo e buscar uma maior e melhor socialização com outros membros pertencentes a esse grupo.

Os trabalhos de Granovetter (1973, 1995) também se enquadram dentro dessa segunda perspectiva teórica. De acordo com sua análise da ação econômica, esse autor destaca que o processo de busca e seleção por uma vaga de trabalho deve ser estudado como algo que ocorre dentro, e porventura é influenciado, pela estrutura social da qual faz parte. Em outras palavras, a dinâmica dos relacionamentos interpessoais influencia a empregabilidade individual do trabalhador, uma vez que os mercados de trabalho estão "imersos" dentro de estruturas sociais, tornando-se a chave para a discussão sobre o tema.

Granovetter também destaca que, na operacionalização do conceito de capital social, a participação em grupos e associações destaca a importância do que ele chama de "laços fracos", referindo-se ao poder indireto dos relacionamentos fora do círculo da família e dos amigos mais próximos (esses últimos chamados pelo autor de "laços fortes"). Ou seja, as influências dos relacionamentos que temos em grupos de trabalho, grupos religiosos, associações comunitárias, entre outros, conectam os indivíduos a uma maior

gama de informações sobre como conseguir um emprego. Assim, "apesar dos amigos próximos de um indivíduo serem mais motivados a ajudá-lo, os laços fracos estão estruturalmente localizados de modo a serem mais úteis no processo de busca por emprego" (Granovetter, 1995, p.148).

Esta seção abordou o tema da empregabilidade pela ótica da nova sociologia econômica e estudos sobre o mercado de trabalho. Foram destacados estudos que remetem aos limites e possibilidades dessa nova sociologia econômica nos estudos sobre o mercado de trabalho e o desemprego. Também foram apresentados discursos acadêmicos e não acadêmicos sobre a definição do termo empregabilidade. Por fim, foram expostos trabalhos que mostram como variáveis como capital humano, capital cultural e capital social são importantes determinantes na compreensão do tema empregabilidade.

No próximo capítulo, continuarei abordando os mercados de trabalho, mais especificamente, utilizando literatura relativa à (re) inserção de egressos do sistema prisional no mercado de trabalho, que é o foco desta tese.

3. Mercado de Trabalho para Egressos do Sistema Prisional

Escrever sobre o mercado de trabalho para egressos do sistema prisional não se limita a dissertar sobre a instituição como um fenômeno econômico em si. A Sociologia nos leva, como pesquisadores, a analisar os aspectos da desigualdade nas sociedades modernas e contemporâneas. Desse modo, o mercado de trabalho para egressos é um importante objeto de análise para demonstrar como o funcionamento do mercado de trabalho não é baseado apenas em questões econômicas, como querem nos fazer crer os economistas neoliberais. Na nossa contemporaneidade da vida social, o mercado de trabalho não é único, sendo marcado por grande complexidade e desigualdade para os atores que dele fazem parte.

Neste capítulo, pretendo demonstrar, por meio da análise da literatura nacional e internacional correspondente, como é a situação dos egressos do sistema prisional ao tentarem se inserir no mercado de trabalho. Na parte inicial, apresento a percepção que os pesquisadores têm desse tema sobre a realidade social dos egressos do sistema de justiça criminal. Num segundo momento, abordo as pesquisas que mostram como é realizada a busca por trabalho por parte desses egressos quando possuem fichas criminais. Na terceira seção, apresento estudos que demonstram como é o processo decisório dos empregadores ao escolherem contratar ou não uma pessoa que passou pelo sistema prisional. Por fim, apresento alguns estudos sobre casos de intermediação entre os egressos e o mercado de trabalho, geralmente realizados por programas do governo. Além disso, apresento um estudo etnográfico que demonstra como um segmento do mercado de trabalho se aproveita da situação de vulnerabilidade econômica e social dos ex-apanados para contratá-los com baixos salários e péssimas condições de trabalho.

3.1. A Realidade Social dos Egressos

Inicialmente, para alcançar os objetivos deste capítulo, é importante entender a realidade social em que vivem as pessoas que passaram pelo sistema prisional. O padrão das sentenças e as taxas de encarceramento estão relacionados à história e cultura de cada país. O termo "encarceramento em massa" tem raízes culturais que podem ser explicadas pela forma como o medo é manipulado pelo pânico moral (Campbell, 2018). De acordo com pesquisadores norte-americanos, há um ciclo contínuo de encarceramento e libertação. Alguns pesquisadores associam esse ciclo a uma "porta giratória", na qual um número cada vez maior de jovens passa pela prisão. Além disso, essa instituição representa um marco esperado na vida adulta de muitos jovens (Campbell, 2018; Pager, 2007; Pettit & Western, 2004). O encarceramento em massa, portanto, gera consequências que vão muito além dos corpos individuais, afetando, sobretudo as famílias que são separadas e as comunidades que perdem seus membros. Além disso, o sistema de justiça criminal pode reforçar e legitimar estereótipos estigmatizantes profundamente enraizados em sociedades tanto norte-americanas quanto brasileiras.

Em outras palavras, a expressão "porta giratória" refere-se ao ciclo contínuo de encarceramento e libertação que muitas pessoas experimentam no sistema de justiça criminal, o que leva sempre os mesmos indivíduos de volta à prisão. Esse termo é comumente utilizado no Brasil, inclusive por policiais civis e militares em seu vocabulário cotidiano. Segundo essa percepção, a prisão torna-se um marco esperado na vida adulta de muitos jovens, especialmente os pobres e negros, o que evidencia as consequências adversas do encarceramento em massa. Além dos efeitos individuais da restrição de liberdade, esse tipo de política criminal afeta as famílias das pessoas encarceradas e as comunidades que perdem força de trabalho. Ademais, o sistema de justiça criminal pode legitimar e reforçar estereótipos raciais arraigados na sociedade, tanto entre os agentes da linha de frente quanto nos tribunais.

Nos Estados Unidos, onde se concentra a maior produção científica

sobre o tema e a maior população carcerária do mundo, alguns dados apontam para o fato de que as taxas de encarceramento de residentes aumentaram cerca de 700% entre 1970 e 2010. A cada ano, cerca de 650.000 indivíduos nos EUA saem do sistema correcional para tentar voltar ao mercado de trabalho. Muitas dessas liberações só são permitidas se houver uma condição específica denominada supervisão ou correções comunitárias. Segundo o *Council of State Governments* (2005), essa forma de supervisão é ordenada por um tribunal e gerenciada por um oficial de liberdade condicional. Pode incluir toque de recolher obrigatório, teste de drogas e o requisito de procurar, obter e manter um emprego.

O mercado de trabalho é afetado pela lei da oferta e da procura, como em qualquer tipo de mercado. Entretanto, outro fator a ser considerado é a qualidade dos trabalhadores. Assim, dado o crescimento exponencial do setor carcerário, a oferta e a qualidade dos trabalhadores tendem a afetar o mercado de trabalho, gerando desigualdades entre indivíduos e/ou grupos sociais. Em outras palavras, o crescimento do sistema prisional provoca efeitos econômicos e sociais não intencionais e inesperados.

Vernick e Reardon (2001) observaram que a maior parte dos programas de correções comunitárias se concentra no treinamento de habilidades vocacionais e na orientação para que os ex-detentos encontrem um emprego. Isso significa que esses indivíduos podem tomar decisões sobre como conseguir e manter um novo trabalho com uma compreensão limitada de seus interesses, necessidades e habilidades na carreira. Além disso, suas ações em relação à procura de emprego podem desencadear consequências inesperadas. Assim, é comum que um número considerável de ex-detentos, no início de sua liberdade condicional, encontre-se trabalhando em empregos para os quais suas habilidades não são adequadas ou procurando emprego sem sucesso antes de estarem prontos para ocupar uma vaga.

Como qualquer outro trabalhador, os ex-detentos precisam desenvolver suas carreiras. Portanto, o papel dos oficiais de liberdade condicional é fundamental, pois além de aconselhá-los, esses profissionais devem agir como recursos humanos ou relações públicas para os ex-detentos. Esses indivíduos, em geral, têm pouca exposição ao mercado de trabalho legítimo e suas

experiências profissionais podem ter sido marcadas por demissões impulsivas, dificuldades interpessoais e desligamentos iniciados pelo empregador (Lynch e Sabol, 2001; Railey e Peterson, 2000). Como resultado, é comum que o empregador rejeite inicialmente um ex-detento em uma entrevista de emprego se não houver um contato prévio do oficial de liberdade. Assim, a ação desses oficiais pode fazer a diferença entre uma oportunidade no mercado de trabalho ou não, mesmo que os tipos de emprego que os ex-detentos obtenham sejam frequentemente de baixa remuneração e qualificação e que essas oportunidades diminuam durante os períodos de crise econômica (Smith e Woodbury, 1999).

No Brasil, a ênfase na inclusão no mercado de trabalho é observada através da atuação de programas de apoio a egressos, seja de iniciativa da sociedade civil ou do governo, que têm o trabalho como fator de (re) integração (Souza e Silveira, 2015). Shivy et al. (2007) reconhecem em seu trabalho o problema das inter-relações que existem quando os egressos do sistema prisional entram novamente no mercado de trabalho. Sua pesquisa evidencia a questão de que os egressos possuem diferentes necessidades de orientação profissional para gerir suas carreiras, pelo menos no período em que estão recentemente gozando de liberdade e buscando reinserção no mercado de trabalho. Suas conclusões remetem à importância do papel das redes sociais como suporte para egressos que buscam ingressar novamente no mercado de trabalho legal. Para esses egressos, muitos ainda enfrentam problemas de abuso de drogas e possuem um conjunto urgente de necessidades básicas, como moradia, alimentação, transporte e saúde. Encontrar e manter uma rede social de apoio profissional pode significar a diferença entre conseguir ou não um novo emprego. Uma vez que estão empregados, o próprio ambiente profissional pode funcionar como uma rede social temporária que auxilia o trabalhador egresso a se reintegrar socialmente.

É importante considerar a questão da socialização. Nesse caso, é fundamental questionar se os egressos foram preparados para o trabalho legalizado, ou seja, se a prisão ofereceu uma preparação minimamente adequada para o mercado de trabalho aqui fora. Essa problematização é essencial.

Mas quais são as principais explicações para os péssimos resultados de empregabilidade de egressos do sistema prisional? Segundo Devah Pager (2007), no contexto dos Estados Unidos, existem três hipóteses que podem ser analisadas. Primeiro, “efeitos de seleção”, ou seja, os tipos de pessoas que passam pela prisão não desejam trabalhar no mercado formal ou não possuem habilidades suficientes para encontrar um emprego. Essa ideia vem do argumento de que as prisões “selecionam” alguns grupos, principalmente aqueles que não estão dispostos ou são capazes de conseguir e se manter em um emprego. Para essa perspectiva, mesmo que se eliminasse todo o sistema de justiça criminal, o resultado de empregabilidade para esse grupo permaneceria inalterado. Há várias razões para se acreditar nessa hipótese, uma vez que indivíduos que acabam presos têm, em média, baixos níveis educacionais, famílias desestruturadas, histórico de não continuidade num emprego fixo e pouca habilidade interpessoal.

A segunda hipótese refere-se à experiência na prisão que afeta negativamente a capacidade dos internos e torna-os menos adequados para o mercado de trabalho formal. Esta perspectiva está em oposição aos argumentos de seleção, ou seja, é o fato de um indivíduo frequentar a prisão que afeta seu desempenho no mercado de trabalho e não características anteriores que levam o indivíduo à prisão. Os efeitos do tempo na prisão podem deixar os presos despreparados para uma atividade econômica estável. Além disso, o tempo na prisão prejudica os laços familiares e sociais do indivíduo, que na maioria das vezes são de suma importância para encontrar um emprego.

A terceira hipótese está relacionada ao "credenciamento". No Brasil, o atestado de antecedentes criminais funciona como um marcador oficial negativo para aqueles que o possuem. Além de restringir o acesso e as oportunidades no mercado de trabalho, o atestado de antecedentes criminais é exigido em diversas situações além do mercado de trabalho, como em concursos públicos, obtenção de empréstimos e aluguel de imóveis, conferindo aos indivíduos estigma social e suposições generalizadas de falta de confiança e tornando-os candidatos indesejáveis a um trabalho.

Enquanto estão encarcerados, Pager (2007) lembra que os indivíduos

nessa situação não são representados em indicadores sociais, como o desemprego, o que leva à percepção de que a prisão também funciona como uma "máquina" que remove os indivíduos, que provavelmente (na maior parte dos casos) seriam contados entre os desempregados. Após saírem da prisão, os egressos tentam voltar ao mercado de trabalho, mas acabam contribuindo (de forma não prevista) para o aumento da desigualdade no mercado de trabalho. Ou seja, as prisões não são instituições inertes. A rotatividade de indivíduos que passam pela prisão e retornam à vida em sociedade funciona como um mecanismo que torna esse indivíduo "invisível" para o mercado de trabalho, pois ele está quase sempre em um processo de retorno à prisão.

Portanto, um dos principais efeitos do encarceramento nessa perspectiva sobre empregabilidade e mercado de trabalho é um substancial decréscimo no capital humano, além de um declínio no bem-estar físico e psicológico dos egressos do sistema prisional, que são expostos a um ambiente institucional prejudicial e passam longos períodos fora do mercado de trabalho legal. Embora algumas prisões possibilitem que os apenados participem de programas educacionais ou de treinamento profissional, esses casos são extremamente minoritários nas instituições correcionais. Como resultado, a grande maioria dos detentos passa a maior parte do tempo ocioso ou envolvido em atividades que possuem pouca ou nenhuma relevância para o desenvolvimento de habilidades profissionais. Além disso, a cultura de violência que existe no local enfraquece os vínculos com os membros da família e da comunidade, resultando no enfraquecimento de suas redes de relações sociais, que são essenciais para a (re) integração no mercado de trabalho legal. Assim, o tempo na prisão afeta negativamente o capital cultural e social do indivíduo. Também é importante considerar o ambiente propício à disseminação de doenças como a hepatite e o HIV. Por fim, as credenciais de antecedentes criminais representam um obstáculo à reintegração ao emprego formal. Contudo, os efeitos do encarceramento na vida do egresso representam um importante impacto em suas perspectivas de retorno ao mercado de trabalho formal.

3.2. As Credenciais Negativas e a Busca por um Emprego

A pena de reclusão em regime fechado ou semiaberto destina-se a punir somente indivíduos que cometeram atos considerados criminosos. Assim, de acordo com o princípio da personalidade no Direito, também previsto no artigo 5º, XLV da Constituição Federal brasileira de 1988, qualquer punição não pode ultrapassar a pessoa do condenado. No entanto, é importante destacar que os efeitos punitivos da prisão não se limitam apenas ao apenado, afetando também sua comunidade, família e redes sociais mais próximas. Mesmo após a libertação do preso, os efeitos punitivos da prisão persistem, uma vez que registros criminais podem ser acessados por empregadores, credores e proprietários, afetando outras áreas da vida do egresso. Isso significa que as oportunidades sociais e econômicas desses indivíduos são desperdiçadas devido a uma punição que ultrapassa o que é definido em lei.

Nos Estados Unidos, as políticas, leis e regulamentações do sistema de justiça criminal dificultam o processo de reintegração dos egressos após a saída da prisão. Essas restrições são uma forma de "punições invisíveis" que têm se tornado instrumentos de exclusão social naquele país, dificultando ainda mais a reintegração social desses indivíduos. De acordo com Petersilia (2003), a expansão dessas barreiras legais é acompanhada pelo aumento da facilidade de acesso aos registros criminais por meio da internet em muitos estados norte-americanos, estigmatizando ainda mais quem passou pela experiência prisional e tornando difícil obter emprego, moradia e sucesso nas relações em comunidade. Além disso, há uma maior vigilância por parte da polícia e dos supervisores dos liberados condicionais, o que resulta em inúmeras reentradas no sistema prisional devido a violações das condições impostas à pena em liberdade, bem como novas acusações criminais.

Seguindo os estudos de casos norte-americanos sobre os registros criminais, Pager (2007) compara os registros criminais com outros tipos de credenciais como diplomas, carteira de trabalho e carteira profissional. A principal diferença entre essas credenciais se refere ao fato de que os registros criminais são credenciais oficiais que determinam a exclusão da elegibilidade no mercado de trabalho, ou seja, diminuem a empregabilidade do trabalhador egresso do sistema prisional. Portanto, segundo a autora, o estado funciona

como uma instituição credenciadora e o registro criminal é a "credencial formal e duradoura" que, de certa forma, regula o acesso a oportunidades sociais, econômicas e políticas.

Assim, dentro do mercado de trabalho, a marca de um registro criminal representa uma barreira poderosa para o emprego. De forma que os antecedentes criminais funcionam como um filtro que impede a contratação de candidatos tidos como indesejáveis. Em outras palavras, essa credencial funciona como um indicador de empregabilidade ou confiabilidade geral. Para Pager (2007), o impacto dessa credencial negativa costuma ser altamente correlacionado com outros indicadores de status social ou estigma, como raça, gênero ou classe social. Desse modo, esse marcador de criminalidade tende a aumentar o efeito negativo desses outros indicadores sociais mencionados, afetando grupos sociais de forma diferenciada.

As credenciais negativas podem ser definidas como:

(...) marcadores oficiais que restringem o acesso e as oportunidades, em vez de ativá-los. Um registro criminal é a credencial negativa arquetípica (outros com credenciais negativas incluem os beneficiários da previdência social, os que são desonrosamente dispensados dos serviços militares, os doentes mentais e os deportados). Com um registro criminal, vem a certificação oficial do estado das transgressões criminais de um indivíduo; uma ampla gama de privilégios sociais, econômicos e políticos ficam fora dos limites. Além disso, assim como credenciais positivas oferecem recompensas informais do status social e pressupostos generalizados de competência, credenciais negativas conferem o inverso: estigma social e suposições generalizadas de falta de confiança (PAGER, 2007, pp. 32, tradução minha).

Cada vez mais, indivíduos são classificados por instituições formais e pelas credenciais que lhes são concedidas. Socialmente, isso cria uma legitimidade que promove um sistema de estratificação, no qual oportunidades e recursos econômicos são alocados de acordo com as posições de status socialmente atribuídas. No caso da credencial criminal, ela funciona como uma fonte de estigma formal, imposta por meio de um sistema de justiça criminal que pode ser seletivo em suas decisões (Kant de Lima, 2009).

Estereótipos funcionam como guias para avaliações individuais. Sempre que nos deparamos com um desconhecido, simplesmente ao olharmos sua aparência, tomamos nota de sua idade, sexo e cor/raça, antes mesmo de

trocarmos qualquer palavra com essa pessoa ou que algum terceiro nos diga algo sobre ela. Estereótipos, portanto, nos ajudam a formar uma avaliação imediata de uma pessoa desconhecida, antes de buscarmos informações sobre ela. Desse modo, quando uma pessoa parece se encaixar perfeitamente em uma categoria, uma gama de inferências sobre essa pessoa torna-se automaticamente disponível. O estereótipo fornece uma estrutura sob a qual filtramos as informações subsequentes sobre a pessoa desconhecida.

Hoje em dia, preconceitos explícitos baseados em raça, gênero, origem, entre outros, têm se tornado cada vez mais difíceis de serem manifestados explicitamente, especialmente no mercado de trabalho. Obviamente, a discriminação ainda persiste nessa dimensão, mas a manifestação pública do preconceito está sujeita a desaprovação social de forma geral, além de casos em que o tratamento desigual é proibido por lei. No entanto, o mesmo não acontece com as credenciais, principalmente as criminais, que funcionam como marcadores de status e acesso a oportunidades de moradia, empréstimos bancários, educação, benefícios sociais, participação política e empregos.

O termo "discriminação" é comumente associado a uma tomada de decisão irracional e preconceituosa. No entanto, no caso de empregadores que decidem não contratar um trabalhador, essa associação pode estar equivocada, pois decisões discriminatórias também podem ser tomadas por meio de avaliações econômicas racionais. No caso da contratação de egressos, os empregadores percebem os diversos riscos associados a essa contratação, o que pode motivar a rejeição desses candidatos. Essa percepção pode ser independente das visões éticas e morais do empregador. De maneira geral, a ideia comum é que ex-detentos possuem níveis baixos de educação formal, pouca experiência de trabalho, histórico de uso e abuso de drogas, além de problemas de saúde mental e histórico de violência. Essas características podem ser percebidas pelos empregadores como indicadores da qualidade do trabalhador e, por isso, serem consideradas como fortes preditoras do comportamento futuro desses trabalhadores, o que reforça o comportamento decisório dos empregadores na hora de realizar suas contratações.

De acordo com Pager (2007), é fato que o registro criminal limita a

entrada de trabalhadores no mercado de trabalho, pois muitos empregadores usam essa informação como um mecanismo para facilitar suas decisões de contratação. O estereótipo do criminoso que sempre será criminoso pode ser ainda mais ampliado quando associado a outras características do indivíduo, como raça ou cor. Portanto, as condições de empregabilidade de negros egressos do sistema prisional são ainda mais afetadas devido à associação de dois estereótipos.

As fortes associações entre raça e crime facilitam o processamento e a codificação de informações consistentes com estereótipos, levando os sujeitos a diferentemente atender a toda a gama de evidências. Esse “viés de confirmação”, portanto, sobrecarrega a quantidade ou importância das informações necessárias para superar as associações estereotipadas. Um registro criminal pode, assim, confirmar os estereótipos negativos contra os negros, sobrepondo-se aos muitos indicadores positivos de qualidade do candidato. (PAGER, 2007, pp. 70, tradução minha).

Segundo os resultados demonstrados pela pesquisa de Pager (2007), "quanto mais próximo um indivíduo corresponde a um estereótipo ao longo de várias dimensões, mais poderosamente esse estereótipo será ativado" (p. 101, tradução minha). Assim, quando um jovem negro (estereótipo de cor/raça, idade, sexo, perfil de gênero) aparece em busca de um emprego, esses estereótipos referentes à sua aparência são intensificados negativamente pela revelação de seu passado criminoso. Em outras palavras, o benefício da dúvida é negado a esses jovens, uma vez que o passado criminoso afeta mais negativamente jovens negros do que jovens brancos. Isso sugere que empregadores podem estar mais dispostos a ignorar registros criminais de jovens brancos do que de jovens negros, uma vez que estes últimos já se encaixam em um perfil estereotipado de criminoso devido à sua cor/raça, idade, sexo e perfil de gênero.

Um jovem branco com antecedentes criminais pode explicar de maneira mais convincente que cometeu um erro lamentável e aprendeu a lição. Seu envolvimento criminal anterior é então interpretado como um incidente isolado e não como uma disposição interna. Claro que, como vimos, os brancos também pagam uma penalidade significativa por terem antecedentes criminais; mas (...) uma condenação criminal por um homem branco não gera o mesmo nível de intensidade que quando apresentado por um jovem negro. (PAGER, 2007, pp.102, tradução minha).

Smith e Broege (2012) investigaram até que ponto os registros criminais moldam as estratégias de busca de emprego e como os efeitos das credenciais criminais são atenuados ou amplificados. Eles examinaram se o registro criminal de um indivíduo influencia a forma como ele procura emprego e até que ponto o sucesso em encontrar emprego pode ser atribuído às estratégias de busca de emprego a egressos do sistema prisional.

Vários estudos indicam que os indivíduos que foram encarcerados enfrentam dificuldades em encontrar emprego. Isso significa que a prisão, a condenação e o encarceramento reduzem as chances de uma pessoa encontrar um emprego, e quanto mais tempo um indivíduo passa dentro do sistema de justiça criminal, menos semanas ele trabalha anualmente (Grogger, 1995 e Western, 2006). Alguns pesquisadores explicam essa situação problemática enfrentada por candidatos a emprego com antecedentes criminais como resultante de atributos de nível individual adquiridos antes de o indivíduo entrar no sistema prisional, o que significa que as características individuais predizem o comportamento criminoso e também explicam os maus resultados de emprego dos egressos do sistema prisional (Grogger, 1995). Outros pesquisadores sugerem que essa desvantagem no emprego para ex-detentos ocorre porque quanto mais tempo passam no sistema prisional, maior a perda de capital humano e social, que eles lutam para recuperar (Western, Lopoo & McLanahan, 2004; Lopoo & Western, 2005). No entanto, outros pesquisadores destacam os mecanismos pelos quais o estigma de um registro criminal diminui as chances de egressos do sistema prisional encontrarem emprego formal. Nos Estados Unidos, existem barreiras legais para a contratação de egressos, e os empregadores também têm medo de serem responsabilizados por contratação negligente se os egressos se envolverem em atividades criminosas no trabalho (Bushway, 1998 e Connerley et al., 2001).

Smith e Broege (2012) argumentam que a maneira como os candidatos a emprego se apresenta aos empregadores por meio dos métodos de busca de emprego pode moldar a forma como são percebidos e afetar suas chances de serem contratados. Os autores identificam três categorias principais de métodos de busca de emprego comumente utilizados pelos candidatos. O

primeiro método é a "busca em rede" (p. 5), em que os candidatos utilizam suas redes sociais para encontrar oportunidades de emprego. Estudos, como o de Granovetter (1995), mostram que esse método é eficaz em comparação com outros e tem a vantagem de ser relativamente de baixo custo. O segundo método é a "intermediação do mercado de trabalho" (p. 6), em que os candidatos utilizam organizações que atuam como intermediários entre o empregador e o empregado, oferecendo suporte profissional e treinamento. Esse método tem um impacto positivo nos resultados de emprego de egressos a curto prazo (Sabol, 2007; Pettit e Lyons, 2007). O terceiro método refere-se aos candidatos que buscam um novo emprego por conta própria, usando principalmente anúncios em jornais ou na internet. Esse método é menos eficaz devido à elevada concorrência gerada, levando vários desempregados a tentarem o mesmo emprego. Embora seja um método de baixo custo, sua eficácia é limitada.

Os resultados da investigação de Smith e Broege demonstram que os ex-detentos investem excessivamente em métodos ineficientes de busca de emprego e pouco em métodos que provavelmente produziriam melhores resultados na busca por emprego. Os egressos do sistema prisional enfrentam mais dificuldades do que aqueles que nunca estiveram no sistema de justiça criminal, tanto pelas estratégias diferenciais de busca de emprego que possuem e utilizam quanto pelo impacto das diferenças na forma como aplicam essas estratégias.

No entanto, esses resultados não são conclusivos quanto aos motivos do insucesso dos egressos do sistema prisional em reintegrar ao mercado formal de trabalho, pois diversas outras variáveis podem ter um peso muito maior na explicação desse fracasso. Por exemplo, a relutância dos empregadores em contratar esse tipo de trabalhador, principalmente devido às expectativas negativas que o ex-detento carrega consigo. No entanto, esse trabalho foi importante para refletir sobre como a forma como um trabalhador utiliza para conseguir um emprego pode ter um nível considerável de eficácia e eficiência para o sucesso do egresso do sistema prisional.

Dessa forma, o encarceramento é uma experiência que traz sérias consequências para os indivíduos em vários domínios sociais, o que inclui,

além da perda de liberdades civis, a ruptura de laços familiares e comunitários, perda de trabalho e moradia, além dos impactos econômicos e sociais que afetam bairros e comunidades. A relevância desses efeitos para o indivíduo e para toda a população em vários domínios da vida social demonstra a importância do entendimento sobre os impactos da credencial criminal, uma vez que os indivíduos passam a ser identificados por essa marca em suas identidades, suas oportunidades e os resultados que alcançam são extremamente influenciados.

3.3. O Processo de Decisão e as Escolhas dos Empregadores

Os custos sociais da alta taxa de desemprego entre os egressos são motivo de séria preocupação pública. No entanto, é irrealista esperar que os empregadores ofereçam vagas de trabalho para os egressos do sistema prisional apenas por interesse público. É importante considerar que esses empregadores devem tomar decisões complexas e difíceis ao decidir quem contratar como trabalhador. Muitas vezes, o grande número de candidatos e a falta de tempo para refletir sobre suas escolhas limitam uma melhor decisão por parte do empregador. Além disso, os possíveis custos que os empregadores podem enfrentar caso seus empregados ofereçam algum risco ao estabelecimento, aos outros funcionários e aos clientes são considerações que todo empregador leva em conta (mesmo que sejam riscos remotos) ao tomar uma decisão sobre a contratação. Isso aponta para uma racionalidade de relutância dos empregadores em contratar candidatos com registro criminal, o que cria um impasse entre o interesse público e os custos privados. Esse impasse representa um grande dilema para as políticas públicas que objetivam realocar os egressos no mercado de trabalho. Embora muitos sociólogos, economistas, legisladores e até o público em geral possam ver benefícios no emprego de egressos, no final, é sempre a avaliação econômica, de riscos, custos e benefícios do empregador que definirá a contratação.

Os empregadores parecem ver uma história criminal como um sinal de maus hábitos de trabalho e um indicador de “falta de honestidade e confiabilidade”, fechando as portas para ex-detentos, independentemente de suas qualificações ou circunstâncias

específicas. Paralelamente (mas inversamente) às credenciais positivas de um diploma universitário ou de uma associação profissional, a credencial criminal transmite informações generalizadas aos empregadores sobre as habilidades e a disposição de apresentar candidatos a emprego. (PAGER, 2007, pp. 34, tradução minha).

Segundo Blumstein e Nakamura (2009), quando os empregadores se deparam com a oportunidade de contratar pessoas com antecedentes criminais, eles tendem a querer garantias de que o candidato a emprego não causará danos ao bem-estar físico, financeiro, recursos humanos e reputação do local de trabalho. Muitas vezes, essa garantia vem de programas governamentais que financeiramente diminuem os encargos desse tipo de contrato e, às vezes, até oferecem alguma espécie de gratificação monetária para empresas que praticam esse tipo de contratação (Azevedo e Souza, 2019).

Pager e Quillian (2005) também produziram um interessante trabalho sobre discriminação nos mercados de trabalho contemporâneos. No contexto norte-americano, os autores compararam as atitudes autorrelatadas e exibidas por uma amostra de empregadores de Milwaukee com seu comportamento real em situações de emprego. Nesse sentido, a pesquisa se interessou em avaliar o grau de preferências ou vieses do empregador que influenciam em sua avaliação de candidatos estigmatizados a uma vaga de trabalho. Ou seja, a pesquisa avaliou a atitude/comportamento dos empregadores em relação às suas escolhas por novos empregados e em que medida esse comportamento se manifesta quando estão diante de grupos de trabalhadores estigmatizados socialmente.

Em pesquisas sobre comportamento, o método de avaliar as atitudes individuais através de perguntas esclarece um ou outro tipo de comportamento de interesse. Esse tipo de pesquisa é comum como ferramenta para medir níveis de preconceito e discriminação, portanto, é importante auxiliar na compreensão de como funciona a discriminação no emprego (Bobo, Johnson e Suh, 1996). Entretanto, a literatura sobre o tema mostra que nenhuma fórmula metodológica simples pode descrever a relação entre atitude e comportamento. Wicker (1969) e Schuman e Johnson (1976) revisaram uma série de estudos

sobre o tema e encontraram uma correlação positiva entre atitudes e comportamentos em cerca de 50% dos casos.

No entanto, esse tipo de pesquisa que investiga a relação entre atitude e comportamento, utilizando apenas expressões verbais como medidas atitudinais ou proxies para o comportamento real, principalmente em questões polêmicas como a discriminação de grupos estigmatizados, apresenta resultados não totalmente confiáveis. Isso ocorre porque em questões polêmicas, como a discriminação de egressos do sistema prisional, as respostas podem ser influenciadas pelo viés da desejabilidade social. Ou seja, os pesquisados tendem a dar respostas socialmente aceitáveis às perguntas, mesmo que isso represente uma distorção da verdade. Isso enfraquece as medidas que as pesquisas se propõem a fazer sobre atitudes e comportamentos (Bradburn, 1983).

Por outro lado, mensurar a discriminação por meio de contextos de interação ao vivo, mesmo que as atitudes externadas não sejam claramente preconceituosas, mas discriminatórias, é uma opção considerável para a análise da discriminação no mercado de trabalho. Em outras palavras, a ação discriminatória é normalmente influenciada por fatores situacionais, o que aumenta a correspondência entre atitude e comportamento. Em decisões complexas sobre onde a discriminação pode ser expressa, são influenciadas por uma combinação de normas sociais vigentes e considerações específicas do contexto (Merton, 1949). Por exemplo, na contratação de trabalhadores, os empregadores devem equilibrar sua necessidade de funcionários com sua preferência por candidatos, observando vários fatores sociais e situacionais. No entanto, esses fatores situacionais às vezes podem sobrecarregar a influência do preconceito na ação discriminatória, resultando em uma baixa correspondência entre atitude e comportamento (Pager e Quillian, 2005, pp. 360. Tradução minha). Em outras palavras, os fatores situacionais e sociais presentes num contexto de escolha racional levam a uma baixa correspondência entre o que é dito e o que é realmente feito.

Assim, no trabalho de Pager e Quillian (2005), os autores investigam esses processos entre atitude e comportamento no contexto contemporâneo, reunindo dados combinados da comparação direta de atitudes autorrelatadas e

do comportamento correspondente no contexto de um cenário real, com importantes implicações para a desigualdade. O foco principal do estudo foi a disposição dos empregadores em contratar negros e/ou egressos do sistema prisional para um cargo de nível inicial em sua empresa. Em outras palavras, os autores compararam as intenções comportamentais expressas pelos empregadores como um indicador de suas atitudes em relação aos negros e ex-detentos com o que é observado em uma situação real de contratação.

Os resultados desta investigação indicam que há uma fraca correspondência entre os resultados da pesquisa e os resultados reais de contratação. Em outras palavras, é difícil obter uma noção precisa dos resultados reais de contratação com base nas respostas verbais do empregador em pesquisas deste tipo. Segundo Pager e Quillian (2005), os empregadores geralmente expressam uma maior probabilidade de contratar candidatos com registros criminais e uma probabilidade muito maior no caso de candidatos negros do que o que é observado na realidade.

Por que as respostas dadas em pesquisas podem ser tão diferentes quando comparadas às atitudes em contextos reais? De acordo com Pager e Quillian, talvez um dos principais motivos seja a existência de um viés da desejabilidade social em relação à resposta, em que os entrevistados ocultam seus verdadeiros sentimentos quando indagados sobre uma questão que envolve discriminação e preconceito. Um segundo motivo importante talvez seja o fato de que os empregadores não observam apenas os antecedentes criminais de um candidato - obviamente, ser um egresso é um fator importante - mas em um mercado de trabalho em que candidatos possuem currículos supostamente melhores, eles, por sua vez, terão maiores oportunidades do que ex-detentos. De outra forma, em certos mercados de trabalho, a concorrência é desvantajosa para egressos, não somente pelo fato do indivíduo em si ter passagem pelo sistema de justiça, mas pelos custos que isso acarretou com o tempo para o desenvolvimento de sua carreira profissional legal, tornando-o menos qualificado em comparação a quem nunca esteve preso ou preso por muito tempo. Assim, em situações reais de emprego, as características do candidato são julgadas também em relação ao conjunto de candidatos disponíveis e às exigências específicas de um trabalho.

Uma terceira explicação sobre a discrepância entre autorrelatos e comportamentos se refere ao modo como o pesquisador busca coletar seus dados. Nesse caso, como a pesquisa foi realizada por meio de conversas telefônicas, é muito diferente do que aparecer pessoalmente em uma empresa em busca de trabalho ou ser recomendado para um trabalho. O modo como uma interação social acontece e seus participantes influenciam no resultado final de uma pesquisa com esse fim.

Lam e Harcourt, em um interessante artigo de 2003, examinam a necessidade de proteção legal de egressos do sistema prisional em países anglo-saxônicos, ao se limitar o acesso de empregadores e o uso de informações sobre antecedentes criminais em contratações de novos empregados. Os autores discutem os direitos e interesses das várias partes envolvidas nessa discussão, principalmente empregadores e ex-detentos. O interesse dessa pesquisa está na discussão sobre os direitos que empregadores e empregados têm ou devem ter nesse tipo de situação, sobretudo porque é também um assunto de interesse social. Os autores destacam questões importantes, como o fato de delitos considerados de menor potencial ofensivo (termo utilizado dentro do sistema de justiça), que se refere a crimes menos graves, ou crimes que não envolvam algum tipo de violência, principalmente violência física grave, devam ser ocultados no registro criminal de trabalhadores para que eles tenham maiores chances no mercado de trabalho. Outra questão importante que os autores tratam é sobre em que medida as leis são sempre justas para que os empregadores possam confiar e utilizá-las para realizar suas contratações.

Países como Austrália, Grã-Bretanha, Canadá e EUA possuem legislação que proíbe a discriminação de trabalhadores com base em antecedentes criminais. São leis que proíbem a divulgação oficial de certos tipos de condenação que ocorreram há um determinado tempo, o que permite que egressos ocultem legalmente sua passagem pelo sistema de justiça. Entretanto, nem sempre essa legislação pró-egressos consegue ser efetiva em combater o estigma que esses trabalhadores sofrem. Por exemplo, no caso brasileiro, o Tribunal Superior do Trabalho prevê que é legítimo que empregadores requeiram a certidão negativa de antecedentes criminais de um

trabalhador em casos em que as atividades laborais se configuram entre: o cuidado com idosos, crianças e incapazes, o manuseio de armas ou substâncias entorpecentes, o acesso a informações sigilosas e transporte de carga.

Na perspectiva dos empregadores, uma visão neoliberal defende que estes devem ter o direito básico de usar sua propriedade como bem entenderem. Desse modo, podem utilizar a informação que possuem para contratar seus empregados da forma que julgarem melhor. Os limites de sua escolha são diferentes de acordo com o nível de informação que possuem e com sua capacidade de prever as consequências de suas escolhas. Em outras palavras, os empregadores devem ser capazes de firmar contratos de trabalho legais com qualquer trabalhador, sem interferência externa, ou seja, sem a interferência do Estado. Essa tese, de acordo com Karl Polanyi (2000), pode ser considerada limitada em relação ao papel do Estado na economia e no bem-estar dos mercados, inclusive no mercado de trabalho.

Contudo, os empregadores também possuem obrigações com seus funcionários e clientes, o que provavelmente também influencia nas decisões sobre contratação. No caso dos funcionários, o empregador deve oferecer um local de trabalho seguro, e para os clientes, os produtos e serviços provenientes desse negócio devem ser seguros. Desse modo, o cálculo individual feito pelo empregador para tomar uma decisão de contratação possivelmente leva em conta os riscos financeiros que a possibilidade de falta de segurança ao contratar um novo empregado pode gerar, como por exemplo, perdas de produtividade, danos materiais e processos judiciais, o que diminui as chances de trabalhadores estigmatizados como as pessoas que passaram pelo sistema prisional.

Assim, a discussão sobre os direitos do empregador de ter conhecimento completo sobre a vida do candidato a emprego não é apenas uma discussão entre essas duas partes da relação, mas interessa a toda a sociedade, uma vez que os empregadores muitas vezes buscam suporte do Estado em situações em que o mercado não favorece suas atividades. Individualmente, grandes empresas ou setores inteiros da economia frequentemente fazem lobby com governantes por ajuda financeira em

períodos de crises (Andrade, 2019). Isso mostra que a ideia de que os empregadores devam ser livres para contratar, tendo acesso ao histórico de antecedentes criminais de um trabalhador, perde muito de seu valor, uma vez que estudos mostram que esse tipo de contratação muitas vezes já é subsidiado pelo próprio Estado (Azevedo e Souza, 2019). Em casos em que isso não ocorre, os egressos são submetidos a trabalhos de baixíssimo status e salário, o que por si só representa um risco reduzido para os empregadores.

Mas qual é o verdadeiro risco de segurança apresentado pelos egressos do sistema prisional? Algumas pesquisas sugerem que os egressos do sistema prisional tendem a reincidir (Sullivan, 1998). Isso pode justificar a aversão dos empregadores em contratar esses profissionais, pois ao realizar esse tipo de contratação, os empregadores podem aumentar desnecessariamente a exposição de funcionários e clientes aos possíveis danos que podem ser causados se um egresso cometer uma nova infração penal. Segundo Rosen (2002), a decisão por uma contratação ruim nos Estados Unidos pode custar mais de US \$100.000 se considerado o tempo e os custos administrativos envolvidos na contratação e treinamento, bem como o custo de um trabalho não feito ou realizado de maneira inadequada. Todavia, outras pesquisas têm demonstrado que a maioria dos infratores cometem crimes durante a adolescência e param de cometê-los entre seus 20 ou 30 anos (Kanazawa e Still, 2000; Piquero et al., 2001). Portanto, essa percepção dos empregadores quanto ao risco possível de se contratar um egresso do sistema prisional está mais relacionada aos estigmas que esses trabalhadores carregam do que aos dados que demonstram o que realmente acontece.

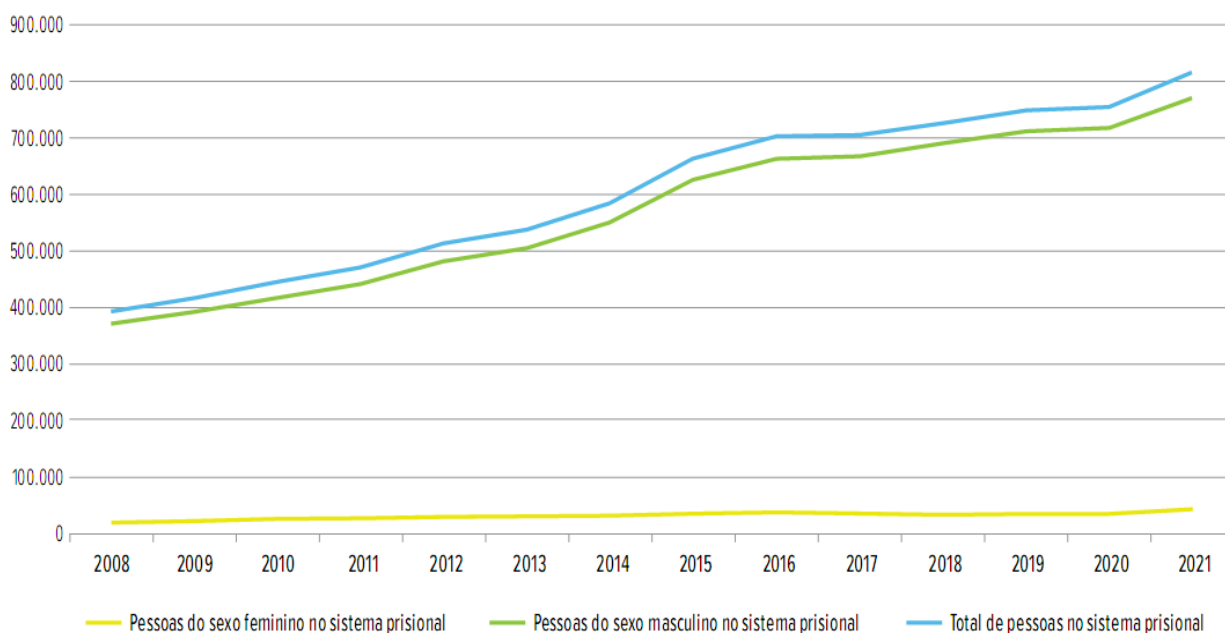
Sobretudo, se os empregadores discriminarem os egressos na hora de contratar trabalhadores, isso aumentará a possibilidade de esses trabalhadores voltarem a cometer crimes, tornando a situação uma "profecia autorrealizável". Isso acontece porque as expectativas se tornam realidade, independentemente de quão imprecisas possam ter sido as avaliações iniciais (Auletta, 1982). Segundo Liker (2002), os empregos oferecem mais do que apenas a renda necessária, mas também benefícios extraeconômicos, como status social, atividades gratificantes e desenvolvimento e manutenção do bem-estar social e mental. De acordo com Minehan (1997), do ponto de vista das políticas

públicas, a empregabilidade de egressos pode significar a redução de gastos do estado com cursos de policiamento, julgamentos, prisões e assistência social. Em outras palavras, a reintegração de egressos pode representar uma diminuição de gastos estatais em políticas públicas de segurança e transformar egressos do sistema prisional em novos contribuintes produtivos para a comunidade e para a economia. A empregabilidade de egressos pode gerar renda, o que contribui para a diminuição da desigualdade social entre regiões e bairros de uma mesma cidade ou metrópole. Portanto, as consequências sociais e econômicas da não contratação de pessoas egressas não deve ser medidas apenas pelo que acontece com o indivíduo em si, mas pelo efeito que afeta toda a comunidade relacionada.

3.4. A Intermediação de Egressos na Busca por Emprego e a Luta por Oportunidades de Trabalho no Brasil

A população carcerária mundial cresceu entre 25% e 30% desde o final da década de 1990 até 2012, percentuais superiores ao crescimento da população mundial, que foi de 20% na mesma época (Walsley, 2013). O Brasil possui a maior população carcerária da América Latina e ocupa o terceiro lugar no ranking mundial. De acordo com dados recentes do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, no final de 2021, havia 820.689 pessoas encarceradas no país, um aumento de 7,3% em relação a 2020. Houve uma diminuição considerável no déficit de vagas, que passou de 242.651 em 2020 para 180.696 em 2021, apesar da criação de mais de 123 mil vagas em um ano. No entanto, essa melhora ainda é insuficiente, uma vez que ainda há um déficit de 60 mil vagas em relação à capacidade.

Gráfico 1 - Evolução da população prisional masculina e feminina Brasil, 2008-2021



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública - FBSP (2022)

As condições degradantes do sistema penitenciário brasileiro não são novidade. Em relação ao perfil da população carcerária brasileira, não houve modificações. De acordo com os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ainda se observa a intensificação do encarceramento de negros e jovens: 46,4% dos presos têm entre 18 e 29 anos e 67,5% são de cor/raça negra. Ao longo dos últimos anos, o percentual da população negra encarcerada tem aumentado. Se em 2011, 60,3% da população encarcerada era negra e 36,6% branca, em 2021, a proporção foi de 67,5% de presos negros para 29,0% de brancos.

Diante deste panorama de super encarceramento, os desafios que se colocam para uma possível ressocialização de quem passa pela prisão tornam-se uma constante. Por isso, desde 2019, o Conselho Nacional de Justiça - CNJ vem realizando o Programa "Fazendo Justiça", um conjunto de 28 ações voltadas para a superação de desafios estruturais e históricos da privação de liberdade no Brasil e para os egressos do sistema prisional.

É importante ressaltar que a implementação e obrigatoriedade do apoio à população carcerária e aos egressos do sistema prisional no Brasil surgiram

a partir da Lei de Execução Penal nº 7.210/84, promulgada em 11 de julho de 1984. Essa LEP desenvolveu-se entre as reformas no Código Penal, em 1940, com o propósito de inserir prescrições que abrangessem a proteção de direitos humanos aos indivíduos privados de liberdade.

O egresso do sistema prisional é definido de acordo com o art. 26 da Lei de Execução Penal, como:

I – Liberado definitivo, pelo prazo de um ano a contar da saída da unidade prisional;

II – O liberado condicional em período de prova.

Essa Lei, ainda, estabelece a assistência ao indivíduo que passou pelo sistema penitenciário por meio de orientações para a integração da vida em sociedade como a concessão de alojamento e alimentação, caso seja necessário, por um período de dois meses. Além disso, é nela prevista a colaboração para obtenção de trabalho via serviço social.

Grande parte das pessoas que passam pelo sistema prisional enfrenta grandes dificuldades de retorno à sociedade. Dentre os entraves percebidos estão: a falta de documentos pessoais; pouca escolaridade e/ou quase nenhuma qualificação profissional; falta de assistência jurídica adequada, desencadeamento ou potencialização de transtornos psíquicos ocasionados pela experiência prisional somado ao tratamento precário das unidades prisionais, o uso e abuso de álcool e outras drogas; pouco apoio comunitário/institucional; falta de moradia (já que alguns egressos vivem em situação de rua) e, por fim, dificuldades de inserção no mercado de trabalho atrelado ao estigma e ao preconceito ilustram o difícil caminho a ser trilhado por aqueles que passaram pela prisão. (Souza e Silveira, 2015, pp. 174).

Diante de tais dificuldades, muitas tentativas de contornar essa situação foram feitas por parte dos governos. Um dos mais importantes refere-se ao papel de intermediários na facilitação do emprego entre egressos. Esses intermediários atuam como conectores entre empregadores e ex-detentos, muitas vezes fazendo o primeiro contato com os empregadores, discutindo as necessidades de pessoal do empregador e avaliando uma possível adequação entre empregador e os candidatos a empregos egressos do sistema prisional. Desse modo, os intermediários podem ajudar a reduzir as preocupações sobre os riscos imaginados pelos empregadores em relação à contratação de

egressos do sistema prisional, fornecendo recursos de supervisão adicionais para aumentar a probabilidade de contratação desses trabalhadores. Nesse processo, os intermediários são importantes por também servirem como agentes de pessoal para os empregadores, especialmente para aqueles que não são grandes o suficiente para terem um setor de recursos humanos em sua empresa e não têm tempo para investigar o currículo de cada candidato.

Segundo Souza e Silveira (2015), no Brasil e nos países da América Latina, esse tipo de apoio ao egresso baseia-se em programas que incluem apoio psicossocial e jurídico, ações de qualificação profissional e inserção laboral, que, em tese, deveriam ser oferecidos ainda durante a permanência no cárcere. Nesse sentido, esses programas assumem a responsabilidade de "reintegrar socialmente" aqueles que passaram pela experiência prisional, mas muitas vezes apresentam ações pontuais, limitadas e fragmentadas.

O trabalho de Wolff e Rosa (2006) apresenta resultados referentes à pesquisa intitulada "Políticas de Atenção ao Egresso do Sistema Penitenciário do Rio Grande do Sul", destacando ações como o Projeto Recomeçar, que surgiu em 2005 no município de Gramado e atende presos no regime semiaberto, liberados condicionais e pessoas que receberam indulto. A cooperativa João de Barro, criada em 2003, integra o Projeto Trabalho para a Vida, da Corregedoria Geral da Justiça. Esta cooperativa garante trabalho e renda para egressos do sistema prisional, adolescentes egressos do cumprimento de medidas com privação de liberdade e familiares de presos, que trabalham na produção de tijolos e telas. A pesquisa também analisou as ações da Fundação de Amparo ao Egresso do Sistema Penitenciário (Faesp), criada em 1997 com grupos como a Sociedade Beneficente aos Internos do Presídio Central, Movimento Renovador Cristão e Pastoral Carcerária, durante a Campanha da Fraternidade e os Encarcerados. A missão da fundação é auxiliar o egresso na sua reintegração à sociedade, ajudando os egressos e suas famílias por meio de oficinas de artesanato e cursos de preparação para o trabalho.

Em outro trabalho analisado, Madeira (2008) indica alguns pontos positivos da atuação deste tipo de programa: a redução de reincidência, a construção da visibilidade destes trabalhadores, o que também possibilita a

implementação de mais ações e atividades por parte de políticas públicas e, por fim, a construção de redes sociais e institucionais para esse público, o que permite o acesso às áreas da saúde, educação, trabalho, entre outras. Essas redes também possibilitam aos usuários desses programas novas formas de sociabilidade e perspectivas de novos projetos de vida, especialmente para uma população que se encontra vulnerabilizada, estigmatizada e sem perspectivas de uma vida melhor.

Entre os pontos negativos, Madeira (2008) acrescenta que há uma insuficiência de vagas para os egressos nesses programas, já que esse segmento está em constante crescimento. Outro ponto negativo é a descontinuidade de algumas iniciativas, sobretudo daquelas que dependem de parcerias e convênios.

De acordo com Pastore (2011), a inserção de egressos no mercado de trabalho requer a consideração de diversos fatores individuais, sociais e econômicos. Por essa razão, o autor defende que os programas de inserção laboral devem visar não apenas a contratação dos egressos do sistema prisional, mas também objetivar os efeitos positivos do trabalho sobre outras dimensões da vida dessas pessoas, como as relações comunitárias e familiares, visando evitar o retorno às situações de risco que possam levar ao crime.

Souza, Silveira e Silva (2017) acrescentam que a contratação de egressos do sistema prisional depende de fatores individuais, como habilidades de comunicação, concentração, compromisso com o trabalho e vontade de aprender. Além disso, a participação em programas de inserção laboral durante o período de aprisionamento ou próximo à liberação também pode ser considerada um ponto positivo por empregadores que buscam contratar egressos através do sistema de contratação de egressos do sistema prisional³.

Desse modo, Souza, Silveira e Silva (2017) estudaram o Projeto Regresso, que foi implantado em parceria entre o Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional (PrEsP)⁴ e o Instituto Minas Pela Paz (IMPP).

³ Segundo dados do INFOPEN, em dezembro de 2019, a população carcerária que participava de algum programa laboral interno ou externo era de 144.211. O que representa apenas 19,28% de toda a população carcerária nacional.

⁴ Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional - PrEsP. Ver mais em <http://www.seguranca.mg.gov.br/2013-07-09-19-17-59/2020-05-12-22-29-51/presp>

O PrEsP tem como objetivo principal propiciar o acesso a direitos e promover condições para a inclusão social de homens e mulheres egressos do sistema prisional, buscando identificar e intervir nas vulnerabilidades e riscos sociais que perpassam a trajetória de vida daqueles que tiveram sua liberdade privada. O programa realiza um acompanhamento qualificado do público atendido, possibilitando o acesso a direitos sociais e aos direitos assegurados na Lei de Execução Penal, para contribuir, a partir disso, para a diminuição da reincidência criminal. O PrEsP faz parte da Coordenadoria de Prevenção à Criminalidade (CEPEC) da Secretaria de Estado de Defesa Social do Estado de Minas Gerais (SEDS). O Instituto Minas Pela Paz concedia subvenção econômica a empresas que contratassem formalmente egressos do sistema prisional atendidos pelo PrEsP.

Entre as conclusões de Souza, Silveira e Silva (2017), o Projeto Regresso apresentou dificuldades em estabelecer objetivos e metas bem definidas, além de não possuir instrumentos de coleta de dados confiáveis e carecer de monitoramento e avaliação.

Em 2019, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) implementou o Programa Fazendo Justiça, em parceria com o Ministério Público do Trabalho (MPT), buscando implantar um sistema de fiscalização e regularização das cotas legais de inserção laboral para permitir futuramente uma maior possibilidade de vagas de trabalho a pessoas presas e egressas do sistema prisional. As ações envolvem a formalização de parcerias nos estados e no Distrito Federal para: i) identificar os contratos públicos abarcados pelo Programa de apoio ao trabalhador e eventuais legislações estaduais ou municipais; ii) identificar as cotas de cada contrato e a situação de descumprimento; iii) sensibilizar empresas contratantes para cumprimento das cotas; iv) estabelecer negociações extrajudiciais; v) instituir procedimentos judiciais para casos de recusas de cumprimento das cotas legais.

Além disso, a parceria mencionada previu a produção de cartilhas de orientação para garantir os direitos das pessoas presas e sua inserção laboral, e, principalmente, a disseminação dos Escritórios Sociais, equipamentos públicos especializados na atenção às pessoas egressas do sistema prisional. O Escritório Social foi regulamentado pela Resolução CNJ nº 307/2019, que

instituiu a Política Nacional de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional no âmbito do Poder Judiciário, definindo suas metodologias e estrutura de gestão. Atualmente, quase 40 Escritórios Sociais encontram-se pactuados com 22 unidades federativas, consolidando uma rede nacional de serviços especializados capaz de, dentre outras ações, realizar a gestão de vagas, a preparação para o trabalho e o acompanhamento das pessoas egressas que vierem a ocupar as cotas legais. Contudo, ainda não há estudos que apresentem e/ou analisem o trabalho executado pelos Escritórios Sociais no país.

Embora existam diversos tipos de programas que tentam apoiar os egressos do sistema prisional a se inserirem socialmente após a experiência prisional, ainda há muitos desafios, como baixo capital humano, baixa ou nenhuma qualificação, baixa escolaridade e escassas redes sociais fora da prisão, além da pobreza, estigmatização social e a necessidade imediata dos trabalhadores de obterem seu sustento. Essa iminência se traduz em uma oportunidade para segmentos do mercado de trabalho que utilizam mão de obra de baixa qualificação e veem entre os egressos, que por desespero ou desesperança de conseguirem algo melhor em termos de salário e proteção, aceitam qualquer tipo de trabalho, mesmo que seja por um dia.

Purser (2012), por sua vez, apresenta um estudo de caso etnográfico que ilustra essa última afirmação sobre os egressos que aceitam qualquer tipo de trabalho, mesmo que por um dia. Seu trabalho de campo foi realizado em agências de trabalho diárias de Oakland e Baltimore nos Estados Unidos, onde trabalhadores pobres, principalmente afro-americanos e egressos do sistema prisional, buscam uma oportunidade diária de trabalho. Seu artigo, portanto, se refere a uma indústria que recruta e faz uso lucrativo dessa força de trabalho estigmatizada, maleável, abundante e facilmente explorável. São as experiências de trabalhadores diaristas vulneráveis, com relações precárias de trabalho, que perduram em um status permanente.

Esse tema da marginalização econômica de alguns segmentos dos trabalhadores, principalmente aqueles envolvidos no sistema de justiça, é parte de uma espécie de "bloqueio socioeconômico", em que esses trabalhadores experimentam um "processo institucionalizado de exclusão quase total da

maioria das áreas de emprego *mainstream*" (Peck e Theodore, 2008, p. 6 e 14, tradução minha). São trabalhadores que se tornam outsiders permanentes do mercado de trabalho e que durante a vida profissional só encontram empregos temporários, sem direitos trabalhistas e com pouca estabilidade econômica. Esse tipo de emprego foi recentemente denominado de "economia sem luvas" (Bernhardt et al., 2008, tradução minha), em que os empregos são precários, as condições são perigosas, as violações das leis trabalhistas são comuns e os salários são baixos.

Desse modo, os resultados obtidos por Purser (2012) corroboram as análises de Wacquant (2008; ver também Wacquant, 2013), que mostram que o sistema penal norte-americano funciona como uma instituição do mercado de trabalho, não apenas por aumentar as taxas de desemprego, mas também por destacar os trabalhadores egressos, marginalizando-os em um segmento de baixo prestígio no mercado de trabalho.

Os primeiros três capítulos desta tese buscam apresentar parte da literatura pertinente ao tema central deste trabalho para guiar a interpretação e análise dos dados obtidos pela pesquisa de campo. Como exposto aqui, a maior parte da literatura é relacionada internacional, já que há poucos trabalhos no Brasil sobre a (re) inserção de egressos do sistema prisional no mercado de trabalho. No próximo capítulo, será apresentada a análise das trajetórias profissionais e das redes sociais dos egressos do sistema prisional investigados nesta pesquisa.

4. Análise de Trajetórias dos Egressos do Sistema Prisional e suas Redes Sociais

O quarto capítulo desta tese de doutorado em Sociologia apresenta as entrevistas realizadas com egressos do sistema prisional residentes em Belo Horizonte - MG, juntamente com suas respectivas descrições analíticas.

Para conduzir as entrevistas, buscamos por indivíduos que haviam passado pelo sistema prisional e estavam dispostos a participar desta pesquisa. Como foi difícil encontrar tais pessoas disponíveis, solicitamos à ONG Rede Cidadã indicações de possíveis candidatos para participarem da pesquisa. A Rede Cidadã é uma organização de assistência social fundada em 2002, que desenvolve programas e projetos para investir no trabalho social, organizando uma rede entre sociedade civil, empresas, órgãos públicos, organizações sociais e voluntários, para trazer soluções em geração de trabalho e renda. Entre os grupos atendidos por essa organização não governamental, estão os egressos do sistema prisional.

Com a ajuda da ONG, conseguimos entrar em contato com sete pessoas. Na conversa inicial, explicamos os objetivos das entrevistas e solicitamos a participação. Das sete pessoas convidadas, apenas uma se recusou a participar por estar muito ocupada no momento do contato. Respeitamos sua decisão e realizamos seis entrevistas, sendo quatro com homens e duas com mulheres.

É importante mencionar que esta pesquisa de campo utilizou todos os métodos necessários para preservar a identidade dos entrevistados e das pessoas por eles mencionadas, aplicando o gerador de nomes. Não foi possível controlar a escolha desses entrevistados por nenhuma variável, como sexo, idade e tempo de prisão. Deste modo, as entrevistas pretendem apenas demonstrar como são as trajetórias de vida dessas pessoas e não permitem conclusões generalizadas sobre este público e suas relações com o mercado de trabalho.

O capítulo quatro desta tese de doutorado em Sociologia apresenta as entrevistas realizadas com egressos do sistema prisional residentes na cidade de Belo Horizonte - MG e suas respectivas análises descritivas. Buscando por indivíduos que haviam passado pelo sistema prisional, foram solicitadas

indicações de possíveis candidatos a participarem da pesquisa para um membro da ONG Rede Cidadã. Com a ajuda da ONG, conseguimos entrar em contato com sete pessoas, das quais seis participaram das entrevistas.

As entrevistas foram semiabertas, com o objetivo principal de relatar a trajetória de vida dos entrevistados, enfocando principalmente nos pontos que abrangem educação, trabalho e passagem pelo sistema prisional. Algumas perguntas-chaves foram utilizadas para conduzir a entrevista e manter o foco no objetivo principal. As histórias dos entrevistados foram muito diferentes, porém apresentaram generalidades, como infância e adolescências conturbadas, problemas familiares, envolvimento com drogas, baixa escolaridade, e preconceito do mercado de trabalho pelo fato de serem egressos do sistema prisional.

Limitamos o número de entrevistas a seis devido à sua extensão, que em alguns casos ultrapassou uma hora de duração, e ao financiamento e tempo limitado para concluir a pesquisa. O material coletado foi bastante extenso em alguns casos, e a seleção do conteúdo para este capítulo se baseou na escolha dos pontos considerados mais importantes de cada entrevista, relacionando-os com as partes que falam explicitamente das trajetórias profissionais dos entrevistados.

Além das entrevistas, foram aplicados questionários sociométricos em cada entrevistado, com o intuito de entender o contexto social em que estão inseridos e também os impactos do cárcere e dos preconceitos a ele associados sobre as redes sociais dos sujeitos. Essa análise também permitirá entender as dificuldades e potenciais de inserção dos entrevistados no mercado de trabalho, já que as redes sociais em que uma pessoa está inserida são fundamentais para determinar seu futuro profissional.

4.1. Trajetórias de Vida de Egressos do Sistema Prisional

Neste capítulo, propomos que a análise de trajetória seja utilizada como uma das ferramentas metodológicas de coleta e análise de dados. Dessa forma, é necessária uma breve definição e diferenciação terminológica sobre esse método de pesquisa e o método de história de vida, também utilizado nas ciências sociais.

Começamos com uma definição importante de termos. Queiroz (1991) define história de vida como o relato feito por um sujeito sobre os eventos e a maneira como sua vida transcorreu (Queiroz, 1991, p. 5). Em outras palavras, a autora salienta que a história de vida "se define como o relato de um narrador sobre sua existência através do tempo, tentando reconstituir os acontecimentos que vivenciou e transmitir a experiência que adquiriu" (Queiroz, 1991, p. 16). Assim, a maneira como o pesquisador conduz a coleta de dados, em particular a entrevista, é que define se o método utilizado corresponde à história de vida.

Queiroz (1987, p. 275) também afirma que o método de histórias de vida é uma técnica de entrevistas empregada pelo cientista social, que obtém um "relato de um narrador sobre sua existência através do tempo". Nessa técnica de entrevista, o pesquisador permite que o narrador escolha o que vai contar, com a mínima interferência do pesquisador, sendo o narrador quem conduz à narrativa.

Em outra definição importante do método de história de vida, Guérios (2011) afirma que o relato oral, em ciências sociais, é o material bruto, no qual o uso do método de história de vida permite reconstruir trajetórias. Ou seja, a lapidação deste material bruto leva às conclusões a que o pesquisador chega a partir dos relatos orais por meio do método de história de vida.

Após esta breve definição sobre o método de pesquisa denominado história de vida, é possível diferenciá-lo do método de análise de trajetória. Primeiramente, a análise de trajetória não é um método separado da história de vida, ela representa uma possibilidade dentro do método de história de vida. Em outras palavras, a análise de trajetória está focada na existência de uma relação direta entre a experiência do narrador e o meio social no qual ele está

inserido. De outro modo, trata-se de uma história de vida interligada aos interesses da pesquisa e à estrutura social. Como salienta Gutierrez (2018), utilizar a análise de trajetória "como método significa analisar o material bruto que constitui o relato oral e que pode ou não ser baseado em história de vida" (Gutierrez, 2018, p. 6).

Nesse sentido, esta pesquisa buscou compreender as relações entre os egressos do sistema prisional mineiro e o mercado de trabalho, utilizando o estudo de trajetórias individuais como principal modo para a compreensão da dinâmica de funcionamento de diferentes configurações sociais vivenciadas pelos indivíduos aqui analisados. No entanto, é importante ressaltar que essa análise ocorre sob a condição de que a pesquisa também se apoie em uma cuidadosa análise das redes de interdependência, ou redes sociais, nas quais as trajetórias desses egressos estão ancoradas, ao mesmo tempo em que se considera a inserção dessas redes sociais em um quadro mais amplo.

Assim, para obtermos informações sobre as trajetórias dos egressos, realizamos entrevistas semiestruturadas com seis entrevistados no início de 2021. Essas entrevistas forneceram informações sobre a trajetória criminal dos egressos e sobre variáveis que podem influenciar o processo de entrada no mercado de trabalho, tais como idade, escolaridade, religião, experiência profissional e tempo na prisão, entre outros fatores. Além disso, as entrevistas nos permitiram entender melhor as relações sociais mantidas pelos entrevistados ao longo de suas vidas. Portanto, os dados qualitativos complementaram os dados relacionais coletados via questionário sociométrico, permitindo-nos interpretar de maneira mais contextualizada os dados sociométricos.

O roteiro de entrevista consistia em perguntas-chave para orientar a conversa, mas os entrevistados tinham liberdade para falar sobre qualquer aspecto de suas histórias de vida. As narrativas apresentaram diferenças marcantes, mas também semelhanças em temas como infância e adolescência conturbadas, problemas familiares, envolvimento com drogas, baixa escolaridade e discriminação no mercado de trabalho devido ao histórico de encarceramento.

Com base nos dados coletados, pudemos reconstruir as trajetórias e o perfil social dos egressos, incluindo informações sobre escolaridade,

escolaridade, religião, entre outros aspectos relevantes. Para analisar essas trajetórias, utilizamos conceitos e técnicas de análise biográfica, a fim de entender a história contada pelos entrevistados de maneira encadeada, como uma biografia de vida. Desse modo, pudemos identificar os principais eventos e experiências que moldaram as trajetórias de vida dos entrevistados.

4.2. ARS e Redes pessoais

Para o mapeamento das redes pessoais dos trabalhadores egressos foi utilizada a metodologia de Análise de Redes Sociais (ARS). A ARS é reconhecida como um recurso central para a operacionalização da abordagem relacional na pesquisa sociológica. No centro dessa abordagem está a noção de rede, que pode ser definida, segundo Steiner (2006), como “um conjunto de atores ligados por uma relação [...]”; uma rede caracteriza, assim, o sistema formado pelos vínculos diretos e indiretos [...] entre os atores”.

Nesse sentido, a ARS é uma abordagem estrutural que funciona através de um instrumento metodológico orientado para a busca, sistematização e análise de informações sobre as relações sociais em um contexto social específico. Essas informações relacionais são constituídas pelos nós da rede em análise e podem ser coletadas a partir de procedimentos tradicionais como questionários, observações participantes, análise de documentos e entrevistas, usados separadamente ou em combinação. (SILVA & ZANATA JR., 2012).

No caso dessa pesquisa, usamos um braço específico da ARS para entender a inserção relacional de egressos do sistema prisional. Trata-se da abordagem de redes pessoais. A Análise de Redes Sociais se divide em duas grandes famílias de métodos. Por um lado existem as abordagens “sociocentradas”. Nesse caso, o objetivo é mapear por inteiro os contextos sociais (organizações, partidos, movimentos sociais, família, etc). Uma vez identificada as fronteiras do contexto social em questão, constrói-se as chamadas “redes completas”, ou seja, a abordagem sociocentrada busca mapear as relações sociais dentro de um contexto social amplo. Nessas, todos os atores do contexto social são entrevistados. Os atores reportam sobre os laços sociais que eles mantêm com os demais membros daquele contexto.

Essa é uma abordagem custosa, mas ela permite a coleta de um dado bastante rico, ao qual pode ser aplicado a maior parte das métricas existentes de Análise de Redes Sociais.

A outra grande família de métodos de ARS é a abordagem de “redes pessoais/egocentradas”. Nesse caso, o objetivo não é mapear todo o contexto social, mas apenas o contorno das relações sociais que envolvem o ator. Toda pessoa possui laços com uma multiplicidade de outras pessoas. Esses laços podem ser de amizade, de cooperação, confiança, etc. Uma *egonetwork* captura essa estrutura de laços que circunda os indivíduos (atores). Ela compreende o ego e os alteres (os atores com quem o ego mantém alguma relação social). Uma *egonetwork* pode conter também as relações existentes entre os alteres. Além disso, podem-se adicionar ao estudo certos atributos do egos e dos alteres.

Normalmente, uma pesquisa usando *egonetworks* é feita a partir de uma amostragem, mas, no caso desta pesquisa, não usaremos amostragem. A abordagem de *egonetworks* não tem a finalidade de construir generalizações sobre o fenômeno em análise, mas sim de aprofundar nosso conhecimento sobre as estruturas relacionais específicas em que os egressos estão inseridos e como elas afetam sua situação profissional. Portanto, essa abordagem servirá para aprofundar uma pesquisa de caráter qualitativo.

O levantamento das redes pessoais dos egressos do sistema prisional pesquisados envolveu quatro etapas. Primeiro, aplicamos uma série de geradores de nomes aos entrevistados. Um gerador de nome é uma questão que busca captar os nomes de pessoas com as quais o ego (entrevistado) mantém certo tipo de relação social. Cada gerador de nome captou um tipo de relação social específico. As perguntas dos geradores pediam, por exemplo, os nomes de pessoas com as quais o ego interagia com muita frequência, com as quais ele buscava conselho e com as quais ele mais interagia nos momentos de lazer.

A segunda etapa envolveu a aplicação de questões que captavam as relações existentes entre os alteres. Isso tornou possível entender a densidade das relações existentes ao redor do ego. Uma terceira etapa na construção da *egonetwork* foi a coleta de informações que qualificavam as relações entre os alteres. Perguntamos sobre a força dos laços existentes entre os alteres. A

quarta etapa constituiu-se da coleta de dados sobre atributos dos alteres. Aqui, perguntamos sobre religião, idade, escolaridade, parentesco e profissão dos alteres. Essas informações foram importantes para entender características sociais mais amplas das redes dos egressos, possibilitando capturar marcadores sociais importantes para explicar a trajetória dos atores.

As informações coletadas para a execução dessa metodologia referem-se às informações sobre as próprias relações entre os indivíduos em uma rede e informações sobre os atributos desses mesmos indivíduos. O que pode possibilitar a análise e identificação de correlações entre as relações e as características do indivíduo. O que é interessante para a abordagem que se pretende nessa tese, uma vez que as categorias sociais dos egressos do sistema prisional (cor/raça, escolaridade, sexo, ser um egresso) promovem desvantagens em suas relações com o mercado de trabalho legal, importam para o tipo de rede que esses indivíduos participam e influenciam na sua possibilidade, ou não, de ampliação da rede de relacionamentos.

Desse modo, as informações coletadas são necessárias para identificar padrões de similaridade, desigualdade e diferenças no interior das redes estudadas. Em outras palavras, a formação de redes de laços sociais entre indivíduos pode significar acesso a recursos, como no caso do acesso ao mercado de trabalho. Tudo é analisado de acordo com a posição que o indivíduo ocupa dentro de sua rede social e as espécies de laços que se formam nessa rede.

Outros tipos de informações coletadas que são importantes para este trabalho referem-se ao conteúdo das relações entre os indivíduos de determinada rede. As redes formadas podem ser de diversos tipos, como profissionais, familiares, fraternas, podendo ter sentido econômico, afetivo ou ambos, com duração permanente ou temporária, e formalização informal ou institucionalizada (por programas e projetos sociais ou governamentais). Os laços entre os indivíduos podem ser fortes ou fracos, entre outros aspectos. Para fins de delimitação, qualquer tipo de rede que permita explicar as relações entre egressos e o mercado de trabalho será considerado relevante para esta pesquisa, não apenas as redes institucionalizadas e de sentido econômico.

Como o objeto empírico, ou seja, as redes pessoais nas quais os

egressos se integram, são delimitadas pelos próprios integrantes da rede, através de suas memórias indicando outros atores que dela participam, progressivamente vai delimitando-se o universo da rede social a ser analisada. Assim, dependendo do tamanho da rede ou da quantidade das redes mapeadas, será possível definir qual forma de análise será mais adequada para utilização. O tratamento qualitativo dos dados tende a ser mais adequado para a pesquisa de pequenos grupos, uma vez que possibilita uma riqueza maior de informações densamente descritivas e dinâmicas. Já o tratamento quantitativo possibilita a transformação das relações na rede em valores numéricos, que podem ser utilizados na geração de matrizes e sociogramas, e no tratamento estatístico das informações através de softwares produzidos especificamente para a Análise de Redes Sociais (ARS) (Silva & Zanata Jr., 2012).

O objeto a ser analisado descritivamente é a rede de integração de egressos do sistema prisional, programas e projetos governamentais ou de ONGs e empregadores na cidade de Belo Horizonte - MG. Dado que essa rede é desconhecida, será utilizada a técnica de *free recall* ou “recordação livre” para coletar dados sobre as conexões e relações existentes entre esses atores. Essa técnica consiste em pedir aos entrevistados que se lembrem de todas as pessoas e organizações que conheçam e que possam estar envolvidas nessa rede. Esses dados serão coletados por meio de entrevistas semiestruturadas e posteriormente analisados descritivamente para se compreender a estrutura e as dinâmicas dessa rede em Belo Horizonte - MG.

Como mencionado anteriormente, a Análise das Redes Sociais (ARS) é uma abordagem estrutural que difere de outras abordagens estruturalistas, pois não concebe a estrutura como algo anterior, sobreposto e impositivo ao indivíduo. Em vez disso, a ARS vê a estrutura como o resultado das relações que são cotidianamente reestruturadas dentro da rede social.

Essa abordagem se opõe às abordagens atomistas, que veem o ator individual de forma isolada como a unidade básica da análise sociológica. A ARS não permite essa visão em que o indivíduo é considerado como uma entidade externa e anterior às relações sociais. Na verdade, para a abordagem da ARS, o indivíduo é o produto das relações sociais formadas em sua rede

social.

Em resumo, a escolha por essa metodologia ocorre na tentativa de analisar o tema proposto de uma maneira que ainda não está presente na literatura revisada. Os resultados desta pesquisa podem ou não corroborar com os resultados já apresentados por pesquisadores brasileiros e estrangeiros. A expectativa é que, independentemente dos resultados encontrados e analisados nesta pesquisa, essa perspectiva metodológica permita abrir caminho para responder questões sobre o funcionamento do mercado de trabalho na perspectiva da sociologia econômica.

Na próxima seção, será apresentada a descrição analítica de cada uma das seis entrevistas realizadas. Em cada entrevista, serão apresentados trechos das entrevistas transcritas na íntegra e corrigidos para a norma culta da língua portuguesa. Ao final de cada entrevista, serão apresentadas as redes egocêntricas de cada entrevistado, compostas pelos seus alters. Cada círculo representa um alter, e o tamanho do círculo representa a centralidade deste alter na rede egocêntrica do entrevistado. Cada linha que liga os alters mostra as relações dentro da rede. Nas redes, não deve aparecer a figura do entrevistado (ego), pois sua visualização dentro da imagem da rede poderia poluir visualmente e atrapalhar as análises das redes. Os números entre colchetes são apenas um indicador de cada alter, e os nomes que aparecem são fictícios. Após a apresentação de cada rede, será demonstrada uma tabela com o perfil de cada alter da rede social do entrevistado.

4.3. As entrevistas com os egressos do sistema prisional

4.3.1. Primeira Entrevista

O primeiro entrevistado é um homem de 42 anos que passou pelo sistema prisional de Minas Gerais em regime fechado, durante mais ou menos 10 anos quando somadas todas as suas passagens, saindo em liberdade condicional em 2018, conforme relatado pelo entrevistado.

O Entrevistado 1 diz ter se formado no ensino médio e ter curso técnico em contabilidade, já que em sua adolescência o ensino público permitia tal tipo de formação. Mas nunca trabalhou na área.

O Entrevistado 1 conta que se envolveu com o crime depois que seus pais se mudaram para Belo Horizonte – MG, ainda em sua adolescência, o que provavelmente gerou um sentimento de revolta em sua pessoa, conforme foi observado em seu comportamento durante a entrevista. Durante a entrevista, disse que sua infância foi ótima e que os pais o educaram bem, mas que nesta mudança de cidade não se acostumou com a capital mineira. Com o passar do tempo, os amigos em Belo Horizonte o influenciaram, no que ele entra para o “mundo das drogas”, inicialmente como usuário.

Conforme relatado pelo entrevistado, é a trajetória de um garoto jovem que acabou de terminar o ensino médio e envolve-se com o uso de drogas ilícitas e perde toda a vontade de continuar os estudos ou mesmo de conseguir um emprego. Sua trajetória pessoal sofreu uma transformação radical quando foi detido e preso por alguns meses em prisões que, na época, estavam localizadas nas próprias Delegacias de Polícia Civil da capital mineira.

Como era réu primário, conseguiu sair rapidamente e relatou que mesmo com esse fato negativo em sua vida, sempre teve o apoio de seus pais em relação aos estudos e ao trabalho. Após sair da cadeia, segundo o entrevistado, começou a trabalhar na área de serviços gerais para uma empresa terceirizada, devido à indicação de seu pai. Infelizmente, segundo ele, a empresa perdeu a concessão do serviço que executava e todos os seus colegas trabalhadores foram demitidos. Entretanto, como ele era considerado um bom trabalhador, recebeu uma proposta para começar a trabalhar na mesma função em outro local. Antes disso, ficou quatro meses recebendo seguro-desemprego e outras quantias devido ao seu desligamento da empresa.

Mais uma vez, as drogas atravessaram sua história e ele não retornou para o emprego prometido. Diz que chegou a uma situação em que pensava em suicídio, todavia, por uma "ação divina", disse que "não colocaria mais aquela droga em sua boca e que todo o dinheiro que perdeu consumindo, conseguiria de volta vendendo", ou seja, tornou-se traficante de drogas. Essa

carreira o levou novamente à prisão, desta vez ficou preso por nove anos. Saiu em 2018 em liberdade condicional.

Antes de passar quase uma década dentro do presídio, o entrevistado relata que sempre teve trabalhos lícitos e ilícitos, ou seja, era um indivíduo economicamente ativo. Em relação aos seus trabalhos legais, trabalhava tanto como empregado regido pela CLT quanto por conta própria como vendedor de roupas.

Após essa longa passagem pela prisão, o entrevistado relata que passou a ter dificuldades em conseguir trabalho, principalmente pela influência negativa da descoberta pelos empregadores de seu atestado de antecedentes criminais. Segundo ele:

E eu comecei a enviar currículo, enviei mais de 40 currículos para tudo quanto é lado. Fui em várias entrevistas. Uma entrevista que eu fui eu praticamente me considerei empregado pela entrevista com o que a psicóloga fez comigo, eu, para mim eu falei não, agora eu consegui. Até falei com a minha mãe e com a minha esposa: agora eu consegui um emprego só que aí ela falou comigo que ele me ligaria e eu esperando com certeza aquela ligação ela não ligou. Aí o que me deu a entender que eles devem ter puxado (o atestado de antecedentes criminais) e viu que eu tinha passagem e não aceitou.

De toda forma, o primeiro entrevistado disse que só conseguiu novamente um novo trabalho por indicação de amigos, no entanto, não era um emprego com carteira assinada, era um trabalho informal. Segundo ele, essa dificuldade em encontrar trabalho para egressos do sistema prisional acontece por:

É de uma cadeia de um sistema carcerário e você vai ao mercado de emprego você só recebe o não. Você não recebe sim. É as pessoas não vê uma oportunidade de você principalmente se você for uma pessoa mais velha, né? Como eu já estava quando eu saí eu já estava com 39 anos. Eles pensam que se eu der uma oportunidade para esse cara que ele vai me roubar aqui ou vai fazer alguma coisa. Infelizmente é a verdade.

O Entrevistado 1 relatou que durante todo o período em que esteve preso teve muita dificuldade para conseguir estudar e trabalhar, pois as oportunidades eram escassas. A única real oportunidade surgiu quando foi transferido para uma prisão de parceria público-privada - PPP, onde passou três anos trabalhando como faxineiro e entregador de refeições para outros detentos. Foi nesse período que ele fez um curso de teologia e hoje pensa em abrir sua própria igreja e se tornar um pastor. Ele não explicou o motivo de ter escolhido o curso de teologia, nem se havia outras opções disponíveis. É possível que a forte influência dos evangélicos dentro da PPP tenha influenciado sua escolha e conversão religiosa.

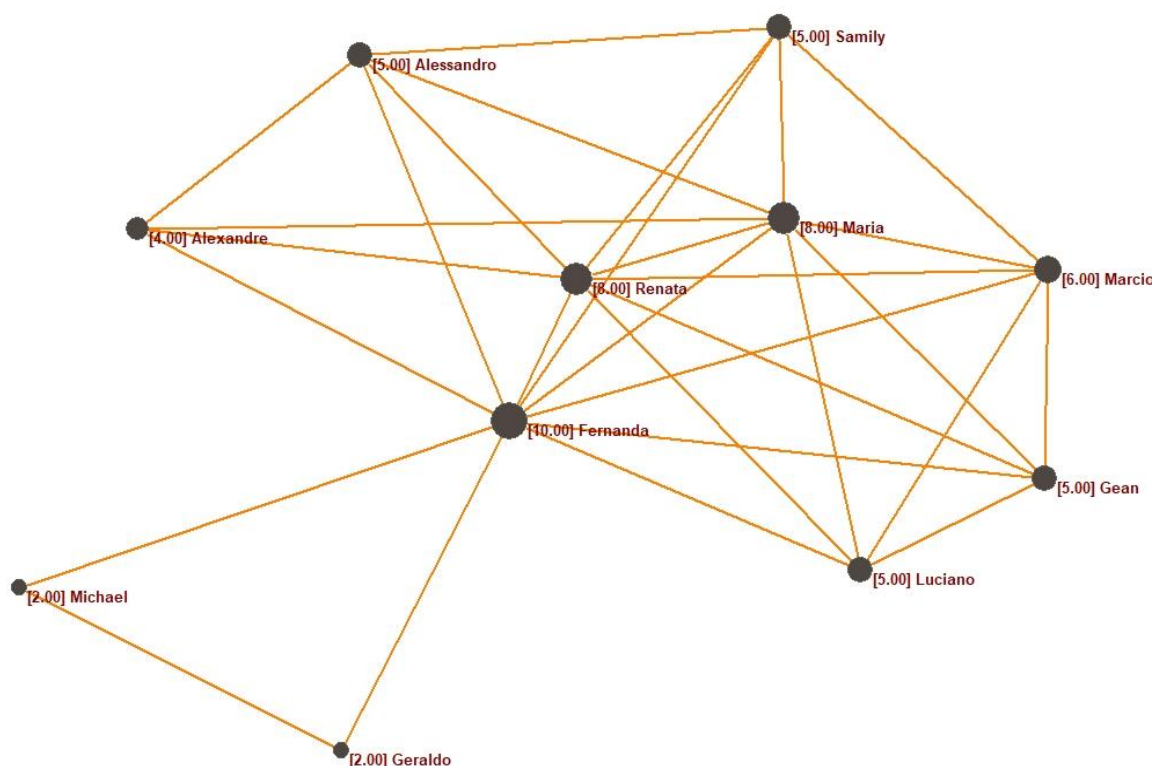
O Entrevistado 1 também destacou a importância da religião em sua trajetória profissional, afirmando que, se um desempregado procura a Igreja Batista da Lagoinha, eles conseguem arrumar algum trabalho, mesmo que seja como faxineiro. Ele também mencionou o programa PrEsP do governo estadual e a organização sem fins lucrativos Rede Cidadã, que ajudaram egressos do sistema prisional a se reintegrarem ao mercado de trabalho. Ele próprio participou de um curso oferecido pela ONG e conseguiu um emprego depois da primeira entrevista.

Atualmente, o Entrevistado 1 mora com sua esposa e três filhos no subúrbio de Belo Horizonte, MG, e trabalha como lavador de carros em um posto de combustíveis próximo de casa. Seu sonho é se tornar um pastor e ajudar outras pessoas que também passaram pelo sistema prisional. Ele afirmou que sua esposa espera um quarto filho.

Podemos acessar melhor o contexto de vida atual do Entrevistado 1 e suas potencialidades de inserção no mercado de trabalho por meio de uma análise de sua rede pessoal, ou seja, a rede de pessoas com quem ele mais interage atualmente. Comparada às redes dos demais entrevistados, sua rede pessoal tem um tamanho intermediário, com 11 contatos. Seu alter ego, ou seja, a pessoa que mais espelha sua posição na rede é sua esposa. A idade média de seus alteres é de 42 anos, portanto, são pessoas de sua faixa etária. A maioria são amigos (63,64%), e boa parte deles entrou há pouco tempo na vida do Entrevistado 1. Isso indica que estes não são laços tão fortes, o que pode ser um indicador de canais por onde informações e oportunidades não redundantes podem circular.

Como mostra a literatura de Análise de Redes, laços mais fracos tendem a ser fontes de informações mais frescas, enquanto nos laços mais fortes circulam informações redundantes (Burt, 2015; Granovetter, 1973). Mesmo que esses amigos do Entrevistado 1 sejam pessoas com quem ele se relaciona diariamente, há aí um certo caráter de “laço fraco”, já que são amigos que ele conheceu recentemente, há dois anos, comparado ao restante de sua rede. Esses amigos recentes parecem ter entrado em sua vida por conta de sua primeira inserção no mercado de trabalho formal, ao trabalhar em um lava-jato. Isso porque o emprego no lava-jato se deu justamente no mesmo período em que ele conheceu esses amigos. Um dos amigos trabalha inclusive neste mesmo lava-jato. Isso mostra como a primeira inserção no mercado de trabalho pode ter um efeito de renovação nas redes pessoais de ex-detentos. Apesar disso, esses novos alteres apresentam escolaridade baixa (assim como os demais alteres da rede) e não parecem, segundo o relato, ter surtido efeito no sentido de ter ajudado o Entrevistado 1 a encontrar um novo emprego.

Figura 1 - Rede pessoal do Entrevistado 1



Fonte: Elaboração própria

Tabela 1 - Perfil dos alteres da rede pessoal do Entrevistado 1

Nome	Idade (anos)	QTSC**	Profissão	Religião	Parentesco	Escolaridade
Renata	46	*	Vendedora	Não tem	Irmã	Ensino Médio Completo
Samily	21	*	Estudante	Não tem	Sobrinha	Superior Incompleto
Alexandre	44	8	Mecânico	Evangélico	Amigo	Ensino Médio Incompleto
Fernanda	28	9	Garçonete (Desempregada)	Evangélico	Esposa	Ensino Médio Completo
Maria	72	*	Aposentada	Católico	Mãe	Ensino Fundamental Incompleto
Marcio	44	28	Técnico Impressão de Jornal	Evangélico	Amigo	Ensino Médio Completo
Gean	45	28	Eletricista	Não tem	Amigo	Ensino Médio Completo
Luciano	43	28	Pedreiro	Não tem	Amigo	Ensino Médio Incompleto
Alessandro	45	2	Pintor / Pastor	Evangélico	Amigo	Ensino Médio Incompleto
Geraldo	35	2	Lava-jato	Evangélico	Amigo	Ensino Médio Incompleto
Michael	42	2	Motorista	Evangélico	Amigo	Ensino Médio Incompleto

**QTSC - Tempo em anos em que o alter e ego se conhecem.

* Conhece desde que nasceu.

Fonte: Elaboração própria

4.3.2. Segunda Entrevista

O Entrevistado 2 tem 38 anos de idade e nasceu na capital mineira. Ao solicitar que o entrevistado relate sobre sua história de vida e tente focar nos principais momentos relacionados à suas atividades profissionais e sua educação escolar, ele inicia seu relato contando sobre sua infância e o que o motivou a entrar no mundo do crime.

O segundo entrevistado começa relatando que era um adolescente trabalhador, que frequentava a escola, mas não sentia motivação para se

dedicar aos estudos. Não soube dizer o motivo, mas disse que a escola "era boa". Ele estudou até a oitava série do Ensino Fundamental.

Disse que teve problemas com seu pai que, segundo ele, era muito bravo e exigente nas questões comportamentais dos filhos. Ele conta que se sentia oprimido com as exigências de seu pai. O Entrevistado 2 alerta que esse não foi o motivo de ter entrado no mundo do crime, que foi uma escolha própria, todavia, sua fala demonstra que as divergências familiares tiveram bastante importância em sua carreira criminosa.

O entrevistado relata que ainda jovem, entre seus 15 e 16 anos, trabalhou como "perueiro", atividade informal e ilegal na qual o indivíduo é motorista de transporte coletivo não vinculado ao sistema de transporte público do município, ou seja, um transporte ilegal de passageiros. Segundo ele, essa atividade era muito comum na década de 1990. Outra atividade remunerada que ele praticava era a venda de lança-perfume, uma droga ilegal que se popularizou nos carnavais brasileiros desde o início do século XX.

Ao completar seus 18 anos de idade, o entrevistado foi preso pela primeira vez, condenado a mais de quatro anos de prisão por tráfico de drogas. Ele ficou em regime fechado por pouco mais de três anos. Três meses após sua liberação, ele soube que sua irmã também havia sido presa por tráfico de drogas. A partir daí, problemas familiares, como o desemprego dele e de seu pai, a falta de renda e a necessidade de cuidar de seus sobrinhos pequenos, somados ao fato de sua irmã estar cumprindo pena em regime fechado, fizeram com que o entrevistado voltasse ao mundo do crime, agora cometendo assaltos e roubos em carros e casas de luxo.

Em sua primeira passagem pela prisão, entre 2002 e 2006, o entrevistado relata que não teve nenhuma oportunidade de trabalho ou estudo dentro do presídio. Ele descreve o ambiente como extremamente violento, onde os presos não podiam demonstrar fraqueza e precisavam se impor fisicamente sobre os outros. Infelizmente, ele relata que a necessidade de assassinar outros colegas de cela era comum e uma forma de demonstrar poder naquele ambiente onde a cultura da violência extrema imperava.

Quando questionado sobre sua relação com alguma religião, o entrevistado disse que havia muita influência de religiosos dentro do presídio, mas que ele não conseguia seguir algo que não acreditava. Isso confirma que

o entrevistado nunca teve apoio de nenhuma comunidade religiosa em sua vida profissional e educacional.

Com sua irmã presa e sua família enfrentando problemas financeiros, o entrevistado decidiu se envolver em assaltos. Ele reuniu amigos de infância que também estavam envolvidos com a criminalidade para formar quadrilhas que assaltavam carros de luxo e mansões. Essa atividade ilegal, apesar de lucrativa, acabou levando o entrevistado a ser preso e condenado pela segunda vez, agora por mais seis anos e cinco meses em regime fechado.

Durante a entrevista, o entrevistado mostrou um vídeo de uma reportagem que saiu em um canal de televisão de Belo Horizonte na época, explicando toda a organização "profissional" por trás dos assaltos.

Segundo o Entrevistado 2, nessa segunda passagem pela prisão, entre 2006 e 2011, ele conseguiu o trabalho de costurador de bolas de futebol, o que provavelmente lhe rendeu redução de sua pena, mas nada que lhe foi útil na sua vida profissional fora da prisão, nem para os trabalhos legais, nem para os ilegais.

Depois dessa segunda passagem pela prisão, após seis meses em liberdade, o entrevistado relata que "rodou" novamente. Agora, o motivo foi uma "má sorte" quando estava com um amigo tentando buscar algumas drogas para serem revendidas em sua boca de fumo. Sua prisão durou entre 2011 e 2017.

Com esse amigo meu... Sempre foi trabalhador, sempre foi certo... Para mim não sujar ele. Muitas pessoas até falam que não era pra ter feito isso... eu saí do carro. No que eu saí do carro o cara que estava atrás com um carro atrás era polícia começou a buzinar apontar que tinha alguém descido do carro. Aí eu rodei de novo com 10 quilos de maconha. Eu chamei a bronca toda.

Indagado sobre ter trabalhado ou estudado dentro da prisão entre 2011 e 2017, responde:

Ô velho, querendo ou não. Eu não posso falar muita coisa assim de trabalho e estudo. Sempre minha mente sempre foi voltada para o crime, certo? Aí que eu tenho que fazer sempre eu tinha família aqui fora eu tinha que arrumar um jeito de colocar um telefone para dentro, vender uma droga lá dentro, entendeu? Fazer alguma coisa para me manter... minha família e para mim também conseguir me manter na cadeia. Eu nunca pensei, assim, em estudar.

Foi somente na terceira passagem pela prisão que ele foi transferido para a PPP de Ribeirão das Neves, na região metropolitana de Belo Horizonte – MG. Na prisão de parceria público-privada, o entrevistado relata ter tido suas primeiras oportunidades reais de se integrar à vida em sociedade. Embora inicialmente não quisesse ser transferido para essa penitenciária, que na época era nova e gerava apreensão entre os presos, pois temiam perder seu modo de vida na prisão em que já cumpriam pena, já que a PPP ganhava fama de ser mais rigorosa e não permitir certos comportamentos entre os presos.

Sua transferência para a PPP ocorreu após uma conversa bastante séria com sua atual esposa e companheira desde 2005, como ele mesmo disse: "ela sempre foi trabalhadora e esperou eu tomar um jeito na vida", o que levou o entrevistado a decidir sair das atividades criminosas e buscar atividades laborais dentro da legalidade.

Em 2019, ele saiu da prisão pela última vez e foi ajudado pelo PrEsP para se inscrever no curso oferecido pela ONG Rede Cidadã, que visa capacitar ex-detentos para se reintegrarem ao mercado de trabalho. O curso inclui ensinamentos sobre comportamento e elaboração de currículos, voltado especialmente para trabalhadores que ficaram muito tempo afastados do mercado de trabalho. Ele acredita que o curso foi fundamental para mudar sua mentalidade e conseguir uma vaga formal em uma empresa como servente de pedreiro e sinaleiro, graças à indicação de uma amiga de sua irmã. Não há informações se a empresa assinava sua carteira de trabalho. Ele trabalhou nessa empresa por um ano, mas agora está desempregado e trabalhando em "bicos" como servente de pedreiro com um amigo da vizinhança.

Perguntado se gostaria de comentar mais alguma coisa sobre sua história de vida profissional, o entrevistado respondeu que "a tendência de quem passa pela cadeia é ficar atrasado e revoltado". Sobre o termo "atrasado", ele se referiu ao tempo que perdeu sem aprender coisas básicas do dia a dia, como usar um *smartphone*. Já sobre o termo "revoltado", ele mencionou que muitos presos ficam revoltados com a situação em que se encontram, sendo tratados sem o mínimo de dignidade, e acabam retornando ao crime, muitas vezes por questões financeiras ou por não saberem fazer outra coisa, e outras vezes por vingança contra a própria sociedade que os

exclui e não oferece oportunidades para sair dessa situação. Em relação à situação dentro da prisão, ele relatou:

O governo não dá, assim, nenhuma assistência. Eles falam que tem escola que tem psicóloga, assistente social é tudo mentira a única coisa que eles pedem do preso é sua assinatura quando o preso chega lá para ser atendida a primeira coisa que ele fala é assina aqui para mim quando eles vêem que a pessoa assinou eles trata a pessoa que nem um lixo. Duas ou três palavras não tem como a pessoa falar nada, aí eles algemam a pessoa e levam de volta para a cela.

Apesar de sua resposta não estar diretamente relacionada com a questão profissional, percebe-se que o tempo vivido dentro da prisão é para o sujeito, como não poderia ser de outro modo, algo que impacta negativamente toda sua vida e que se torna praticamente impossível de se superar. É o que gera e reforça o que é denominado por Sampson e Laub (1997) de processo de “acúmulo de desvantagens” pelo indivíduo egresso do sistema prisional, em que um dos seus efeitos é o enfraquecimento da ligação entre os indivíduos e as instituições convencionais, como a escola, o mercado de trabalho e a família.

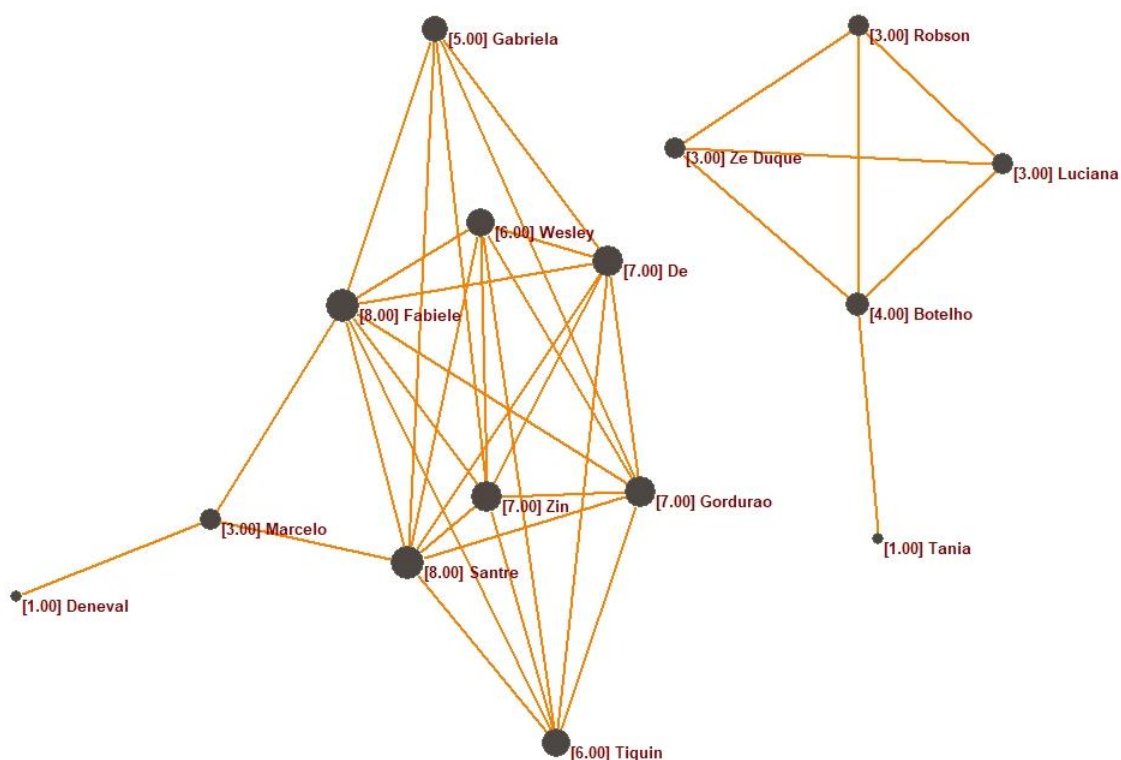
Por último, relatou que as amizades mais próximas foram mais importantes que seus familiares na busca por oportunidades no mercado de trabalho. Que os egressos ao saírem da prisão precisam de “mais amizades” para serem indicados a oportunidades de trabalho, uma vez que o ato de procurar trabalho por si mesmo é bastante limitado. Isto ocorre, pois, segundo o entrevistado, os empregadores pesquisam sobre a vida pregressa do ex-preso. Em outros termos, o entrevistado acredita que a extensão das redes sociais dos egressos contribui positivamente para oportunidades profissionais, de modo que aumentaria suas indicações a novos trabalhos.

Ao observarmos a rede pessoal do Entrevistado 2, percebemos como a primeira oportunidade de emprego modificou seu mundo relacional. Comparada às demais redes pessoais analisadas, sua rede é grande, com 15 alteres. O ponto mais marcante de sua rede é que ela se encontra dividida em dois componentes, ou seja, duas redes completamente separadas umas das outras. Ademais, um dos componentes é formado por pessoas que o Entrevistado 2 conheceu apenas após entrar em seu primeiro emprego. Isso

reforça a importância que o primeiro emprego tem para rejuvenescer as redes pessoais dos ex-detentos. Com os novos alteres, aumentam as chances de circularem informações novas, de surgirem novas oportunidades de inserção no mercado de trabalho. Alguns dos alteres do componente menor da rede do Entrevistado 2 possuem inclusive curso superior (são 20% de alteres com ensino superior em sua rede pessoal), o que é algo difícil de encontrar nas redes pessoais dos demais ex-detentos entrevistados.

O outro componente da rede pessoal do Entrevistado 2 é o maior e é formado por amigos e familiares de longa data, incluindo alguns que ainda estão envolvidos com o tráfico de drogas. Nesse componente, a escolaridade é baixa. Apesar de serem laços mais fortes, formados há muito tempo, essa é uma parte da rede do Entrevistado 2 por onde tendem a circular menos oportunidades. No entanto, o relato do entrevistado sugere que esses laços fortes são os únicos responsáveis por mantê-lo afastado do mundo do crime e fornecer algumas oportunidades de trabalho remunerado, ainda que precárias.

Figura 2 - Rede pessoal do Entrevistado 2



Fonte: Elaboração própria

Tabela 2 - Perfil dos alteres da rede pessoal do Entrevistado 2

Nome	Idade (anos)	QTSC**	Profissão	Religião	Relação	Escolaridade
Fabiele	35	19	Motorista de Van Escolar	Católico	Esposa	Ensino Médio Incompleto
Gabriela	21	*	Desempregada	Evangélico	Sobrinha	Ensino Médio Completo
Santré	20	*	Auxiliar No Posto de saúde	Evangélico	Sobrinho	Ensino Médio Completo
Marcelo	43	11	Pedreiro	Católico	Amigo/Patrão	Ensino Fundamental Completo
Deneval	64	2 meses	Comerciante	Católico	Amigo	Ensino Médio Completo
Wesley	35	25	Motorista Particular	Não Tem	Amigo	Ensino Médio Incompleto
Dé	33	20	Motoboy	Não Tem	Amigo	Ensino Médio Completo
Gordon	28	20	Motorista Particular	Não Tem	Amigo	Ensino Médio Incompleto
Zica	37	30	Motorista Particular	Evangélico	Amigo	Ensino Médio Incompleto
Zé Pequeno	38	35	Trabalho ilegal (Trafico)	Não Tem	Amigo	Ensino Fundamental Incompleto
Botelho	66	1	Engenheiro	Não tem	Amigo Trabalho	Superior Completo
Tânia	44	8 m	Engenheiro	Evangélico	Amigo Trabalho	Superior Completo
Luciana	39	9 m	Engenheiro	-	Amigo Trabalho	Superior Completo
Robson	42	11 m	Fiscal	-	Amigo Trabalho	Ensino Médio Incompleto
Zé Duque	44	1	Encarregado Construção civil	-	Amigo Trabalho	Ensino Fundamental Completo

**QTSC - Tempo em anos em que o alter e ego se conhecem.

* Conhece desde que nasceu.

Fonte: Elaboração própria

4.3.3. Terceira Entrevista

O Entrevistado 3 tem 43 anos e compartilhou em seu relato que sua infância foi marcada pela separação de seus pais e pela falta de recursos financeiros em sua família monoparental. Disse que nasceu em um distrito no interior de Minas Gerais e ainda criança mudou-se com sua família para Belo Horizonte – MG. Sobre este período, relata que seus pais se separaram e que foi criado apenas por sua mãe. Sobre sua educação formal, disse que estudou apenas até a terceira série, ou seja, não completou nem metade do Ensino Fundamental. Disse que a rua lhe atraía muito e que começou a trabalhar com 14 anos de idade, primeiro em uma firma chamada Mercal⁵, depois na empresa pública Minas Gerais Administração e Serviços S.A. - MGS⁶ como servente.

Antes de seus 18 anos de idade, o entrevistado já se envolveu com a criminalidade e chegou a ter algumas passagens pelo sistema de justiça. Já com 18 anos continuou a se envolver em crimes e foi preso diversas vezes. Somando todas as suas passagens pela prisão chegou a ficar em regime fechado por mais de 17 anos. Neste ano de 2021 faz um ano que está em regime domiciliar.

O entrevistado lamenta não ter recebido oportunidades de estudo ou trabalho durante grande parte do tempo em que esteve preso. Essa falta de acesso a recursos educacionais e ocupacionais pode ter contribuído para o ciclo de reincidência criminal que ele vivenciou.

Pena que não tive muita oportunidade não tive mais oportunidade quando eu fui para o PPP. Aí lá eu já tinha uma oportunidade boa de trabalho e tudo, mas na Nelson Hungria... mas nessas outras unidades eu não tive, não tive oportunidade na cadeia. É só maltrato.

Sobre as prisões por onde passou e sobre como Estado trata os detentos, relata:

⁵ Em uma pesquisa rápida na internet encontramos a empresa MERCAL Administração, Empreendimentos e Participação LTDA. Ver mais em <https://www.econodata.com.br/lista-empresas/MINAS-GERAIS/BELO-HORIZONTE/M/01029103000147-MERCAL-ADMINISTRACAO-EMPREENDEMENTOS-E-PARTICIPACAO-LTDA>

⁶ Ver sobre em <https://www.mgs.srv.br/>

Não tem estrutura, não tem nada. Aí pessoal fala que o governo manda o dinheiro, a gente não sabe se o diretor rouba ou o que acontece. O que eles falam que gasta com um preso lá num bate não, entendeu? não bate nada, nada, nada, tudo é comida velha, é os trem velho. Questão do serviço mesmo é essa outras unidades, é praticamente sem chance, entendeu? Tem oportunidade nenhuma.

Continuando sua fala sobre as prisões pelas quais passou, o Entrevistado 3 relatou que as oportunidades de estudo e trabalho eram bastante limitadas, e que algumas vezes, quando conseguia algo, era transferido para outra unidade prisional. Ele explicou que presos com condições financeiras podiam comprar essas oportunidades, mas que aqueles que não tinham dinheiro ficavam em suas celas sem fazer nada. Segundo o entrevistado, as celas eram superlotadas, com mais de 20 homens, e as condições eram muito ruins, com água e tudo mais racionado. Ele enfatizou que sem dinheiro para comprar oportunidades de trabalho e estudo, era muito difícil ter acesso a essas atividades.

O Entrevistado 3 também falou sobre a questão de ter oportunidades para trabalhar e estudar. Segundo ele, a melhor unidade prisional de Minas Gerais é o PPP, onde passou quatro anos em regime fechado. Nessa unidade, ele foi tratado com dignidade e teve oportunidade de trabalhar, fazer artesanato e alguns cursos. No entanto, ele não especificou quais cursos fez.

Depois de sair da prisão em 2020, o Entrevistado 3 foi morar com a família e desde então tem tentado conseguir um trabalho remunerado, sem sucesso. Ele relatou que as oportunidades são escassas para pessoas como ele, mesmo em atividades de menor remuneração e status social. Ele disse que está disposto a fazer qualquer tipo de trabalho, mas mesmo assim não conseguiu nenhuma oportunidade.

O entrevistado também mencionou que quando consegue uma entrevista de emprego, a empresa solicita o seu atestado de antecedentes criminais, e que quando veem a observação de que ele é um egresso do sistema prisional, inventam desculpas e o descartam. Ele concordou que sofre discriminação no mercado de trabalho por causa de sua condição de egresso do sistema prisional.

Outro relato importante a ser destacado foi o comentário do entrevistado sobre a relação entre a falta de oportunidades de trabalho e o sentimento de frustração experimentado pelos egressos do sistema prisional. No caso do nosso entrevistado, ele depende financeiramente de sua mãe, que é uma pessoa idosa, e, por isso, se sente "incapaz", o que o causa uma grande frustração e o fez pensar muitas vezes em voltar às atividades ilícitas.

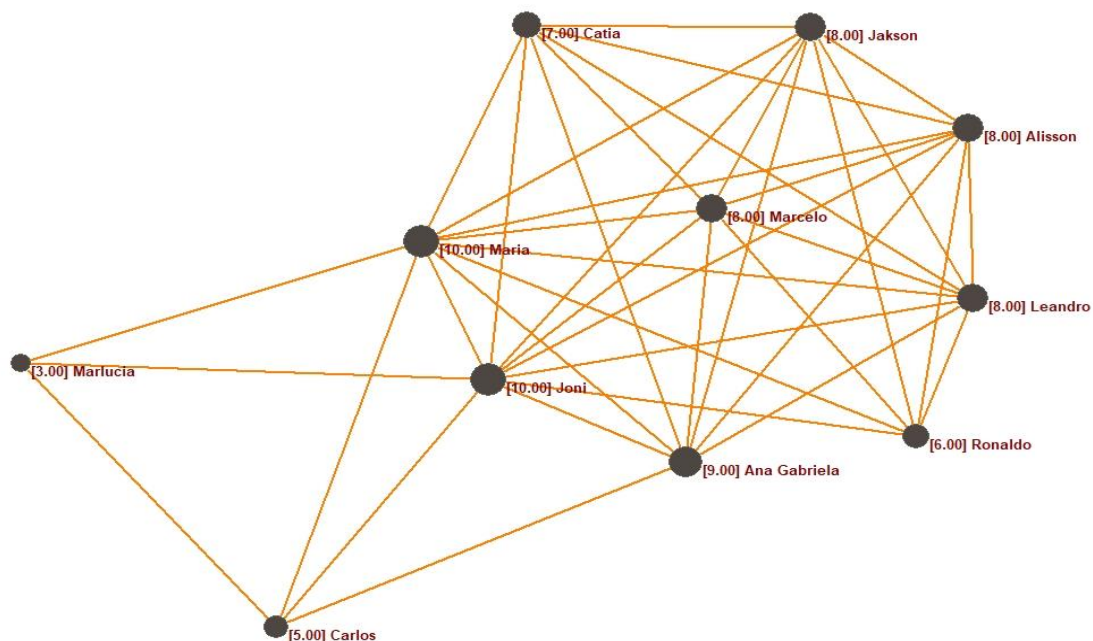
Por fim, quando perguntado sobre o papel do Estado e das ONGs em sua trajetória profissional após a prisão, ele relatou que também foi encaminhado para fazer um curso na ONG Rede Cidadã. Da mesma forma que os outros entrevistados, disse que o curso teve grande importância por ajudar a mudar sua mentalidade e evitar a reincidência criminal. No entanto, ele afirmou que somente com indicações de pessoas próximas é possível que alguém como ele, um egresso do sistema prisional, consiga um trabalho remunerado e legalizado, mesmo que seja um trabalho informal. O entrevistado tem ciência de que sua trajetória profissional possui bastantes obstáculos, entretanto, ele tem que "pelejar" e perseverar, acreditando que um dia terá uma nova e real oportunidade.

A rede pessoal do Entrevistado 3 revela as dificuldades enfrentadas por ele na tentativa de inserção no mercado de trabalho. É uma rede bastante pobre em termos de acesso a novas informações e oportunidades, já que a média de tempo que ele conhece seus amigos é de 32 anos. Apenas um amigo entrou recentemente em sua vida, seu padrasto. É também, no geral, uma rede pessoal bastante fechada, em que todos se conhecem, o que é mais um sinal da falta de canais por onde possam circular informações novas. A maior parte de seus amigos possui escolaridade muito baixa, com a maioria tendo apenas o ensino fundamental ou o fundamental incompleto. Isso demonstra como as chances de Luciano de se inserir no mercado de trabalho são baixas, e sem uma primeira oportunidade, essa situação tende a se reproduzir ao longo do tempo.

O relato do Entrevistado 3, evidencia como o acúmulo de desvantagens associado ao elevado tempo de prisão afetou negativamente sua vida profissional atual, já que durante seu período de detenção não teve acesso à escolarização e profissionalização que deveriam ser oferecidas pelo Estado. Apesar da ajuda de amigos e familiares próximos, que constituem seus laços

fortes, as oportunidades de trabalho são escassas e sua renda mensal é insuficiente para cobrir as despesas básicas, sendo necessário o auxílio financeiro de sua cunhada e irmão.

Figura 3 - Rede pessoal do Entrevistado 3



Fonte: Elaboração própria

Tabela 3 - Perfil dos alteres da rede pessoal do Entrevistado 3

Nome	Idade	QTSC*	Profissão	Religião	Relação	Escolaridade
Maria	63	43	Aposentada	Católica	Mãe	Ensino Fundamental Incompleto
Marcelo	35	35	Servente de Pedreiro	-	Amigo	Ensino Fundamental Incompleto
Catia	28	15	Faxineira	Não tem	Namorada	Ensino Fundamental Completo
Jakson	36	36	Desempregado	Não tem	Amigo	-
Jony	26	36	Montador de Móveis	Evangélico	Irmão	Ensino Fundamental Completo
Alisson	32	32	Porteiro de Escola	Evangélico	Amigo/Co mpadre	Ensino Médio Completo

Nome	Idade	QTSC*	Profissão	Religião	Relação	Escolaridade
Leandro	27	27	Metalúrgico	Evangélico	Amigo/Compadre	Ensino Médio Completo
Ana Gabriele	14	14	Estudante	Não tem	Filha	Ensino Fundamental Incompleto
Ronaldo	52	43	Motorista de Uber	Não tem	Amigo	Ensino Fundamental Incompleto
Carlos	60	1	Pedreiro	Não tem	Padrasto	Ensino Fundamental Incompleto
Marlucia	58	43	Doméstica	Católica	Tia	Ensino Fundamental Incompleto

*QTSC - Tempo em anos em que o alter e ego se conhecem.

Fonte: Elaboração própria

4.3.4. Quarta Entrevista

A quarta entrevistada desta sequência de seis entrevistados é uma mulher de 35 anos de idade que reside com o marido em um bairro de classe baixa de Belo Horizonte - MG. Durante a entrevista, a Entrevistada 4 relatou que teve uma infância difícil, pois seu pai ficou doente e sua mãe, que era manicure, teve que conciliar seu trabalho com os cuidados do marido e de cinco filhos. Infelizmente, seu pai acabou falecendo ainda durante sua adolescência.

Após concluir o ensino médio e se preparar para procurar emprego, a Entrevistada 4 e sua família tiveram problemas com um de seus irmãos que estava envolvido com o tráfico de drogas na região em que residiam e que também pagava propina para policiais. Em um dia em que o irmão não pagou aos policiais, estes entraram na casa da entrevistada e acusaram ela e sua mãe de aliciar o irmão (que era menor de idade) para o tráfico de drogas. A entrevistada afirmou que, apesar de sua mãe e ela morarem no mesmo lote que seu irmão, as casas eram diferentes e ninguém interferia na vida dele, pois sabiam que ele estava envolvido com o tráfico de drogas. Mesmo assim, mãe e filha foram presas e processadas por tráfico de drogas e aliciamento de menor de idade, com pena a ser cumprida em regime fechado. Esse fato aconteceu

quando a entrevistada tinha apenas 19 anos de idade, e, por ser ré primária, ela foi solta aos 20 anos, depois de menos de dois anos de reclusão. Já sua mãe ficou mais de dois anos cumprindo pena em regime fechado.

No período em que cumpriram pena em uma prisão feminina, a entrevistada e sua mãe conseguiram trabalhos remunerados que garantiam a remissão da pena por dias efetivamente trabalhados. A empresa que utilizava o serviço das detentas ensinava os ofícios necessários e permitia que as presas tivessem um contato com o mercado de trabalho, o que possibilitava que a entrevistada e sua mãe pudessem se manter dentro da penitenciária, comprando roupas e objetos de uso diário.

O que chamou a atenção nesta parte do relato foi o que contou sobre sua família. Disse que desde o momento em que ela e sua mãe foram condenadas sua família se distanciou, provavelmente por causa do preconceito devido ao estigma negativo que a própria família do preso adquire que passa do indivíduo condenado para seus familiares e todos aqueles que se mantêm próximos (PAGER, 2007; GOFFMAN, 1961; BECKER, 1977; LEMERT, 2014). Neste caso em específico, a Entrevistada 4 contou com pouca ajuda de familiares para conseguir uma oportunidade no mercado de trabalho depois que se tornou egressa.

Depois de sair da prisão, a entrevistada tentou se colocar no mercado de trabalho, mas não obteve ajuda do Estado e enfrentou muito preconceito em suas tentativas. Até os vizinhos comentavam sobre a possibilidade de ela e sua mãe ainda serem traficantes de drogas.

“E a vizinhança então. Você nunca mais tira o rótulo de bandida. Se entrar uma TV ou você compra com o seu suor um carro, sei lá. As pessoas já olham para você como é do tráfico, é do sequestro, é do roubo, é de tudo menos do suor da gente.”

“Minha mãe tem um topa-tudo. Pessoal fala que meu topa-tudo é de fachada que eu vendo droga. Fora esse rótulo que você fique de bandida sem ser.”

“Sempre você vai ser apontada como aquela lá que já foi presa.”

Entretanto, como uma ironia do destino, foi seu irmão, que quando ainda menor de idade estava envolvido com tráfico de drogas e supostamente com policiais corruptos, quem a indicou para trabalhar em uma pizzaria em que o

dono era seu amigo. A pizzaria a contratou para realizar serviços de caixa que foram evoluindo até que ela se considerava a "gerente do negócio". Essa oportunidade de trabalho ocorreu cerca de 4 ou 5 anos depois que a entrevistada deixou a prisão. Segundo ela:

“Mesmo assim porque foi indicação que após a gente sair da cadeia meu irmão mudou de vida. E graças a Deus mudou de vida, começou a trabalhar e aí ele tinha muito conhecimento ele foi que me indicou numa pizzaria de um amigo dele e aí que eu consegui trabalhar. Porque o rapaz era ciente da situação e resolveu me dar uma oportunidade, porque em outros lugares que pede o atestado de bons antecedentes, porque até você cumprir, porque após sair da cadeia você tem que cumprir um período. Você tem que ir assinando de três em três meses até acabar a sua sentença e dar baixa.”

A citação acima referente à fala da entrevistada é importante, pois é uma situação que se repete nas trajetórias profissionais de todos os seis entrevistados desta pesquisa. Em outros termos, todos os entrevistados relataram que sofreram preconceitos ao tentarem se (re) integrar no mercado de trabalho. E esse preconceito ocorre de forma velada e é percebido por eles após as empresas contratantes pedirem seus atestados de antecedentes criminais e desistirem de contratá-los mesmo quando eles possuem todos os requisitos para a vaga em disputa.

“Tentei demais, demais (mandar currículo), fui em vários lugares, várias dessas empresas que faz é esse processo seletivo né? para várias vagas enviei muito currículo, andei demais, participei de muitas entrevistas, mas nada dava certo, nada.”

Depois de três anos trabalhando na pizzaria, a entrevistada precisou sair. O próximo emprego surgiu após um período em que se sustentou fazendo pequenos trabalhos informais, como faxineira. Por indicação de uma amiga, conseguiu emprego em uma agência de empréstimos, onde trabalhou por dois anos, até que a agência faliu e ela teve que deixar o emprego. Em seguida, trabalhou informalmente vendendo empréstimos consignados, mas, segundo ela, o mercado não estava favorável e ela acabou saindo desse trabalho

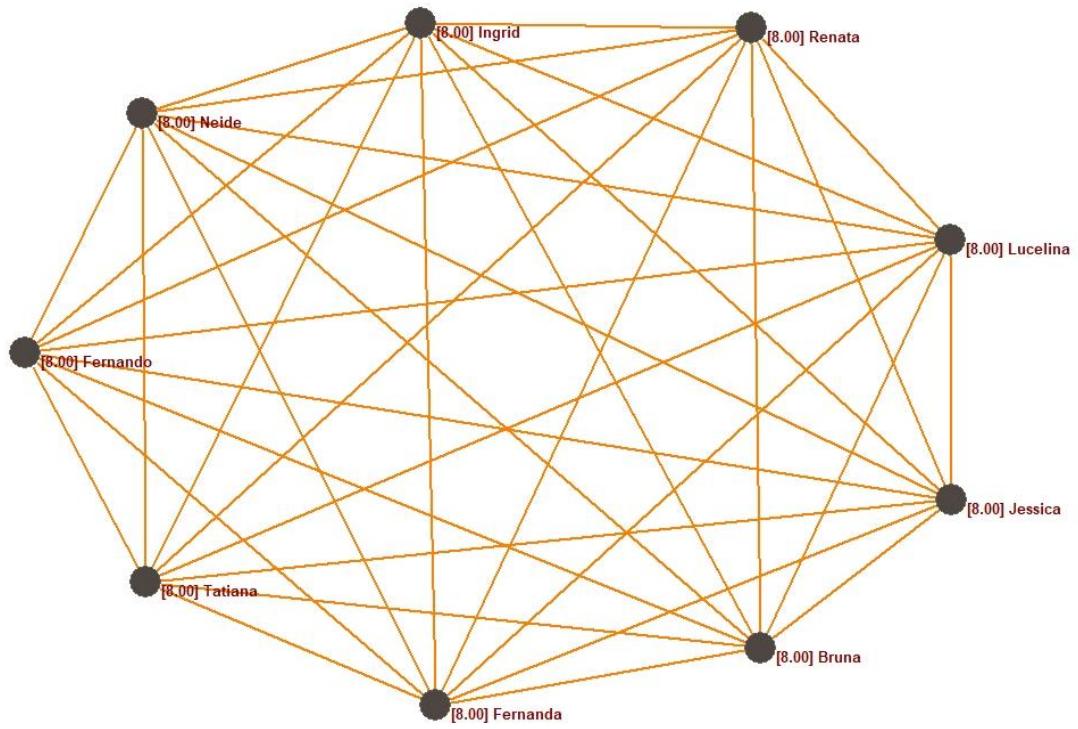
também. Seu último trabalho foi como motorista particular, utilizando aplicativos para celular, como Uber e 99Pop, e ela atuou nessa área por mais três anos, até que teve um problema de saúde e precisou parar.

A entrevistada avalia que sua trajetória profissional foi mais difícil do que a de pessoas que não passaram pelo sistema prisional, devido a preconceitos que enfrentou ao tentar se (re) integrar no mercado de trabalho. Ela relata que as empresas contratantes muitas vezes pediam seus atestados de antecedentes criminais e desistiam de contratá-la, mesmo quando ela possuía todos os requisitos para a vaga em disputa. Além disso, ela enfrentou desvantagens socioeconômicas e culturais, como ser mulher, negra e residir em um bairro de classe baixa.

Em seu último comentário, ela destaca que a situação econômica do país contribui para a falta de oportunidades para egressos do sistema prisional no mercado de trabalho. Quando o mercado de trabalho está mais aquecido, com mais oportunidades em geral, mesmo com todo o preconceito que existe para com os egressos, eles têm mais facilidade para encontrar trabalho e emprego.

As dificuldades apresentadas pela Entrevistada 4 em encontrar um emprego refletem-se em sua rede pessoal que é menor em comparação às dos demais entrevistados. Além disso, essa rede é extremamente fechada, com alta densidade relacional e confiança muito alta entre seus membros. Embora essa rede propicie ajuda mútua e suporte social entre os atores, é mais fechada para novas informações e oportunidades, o que dificulta ainda mais suas tentativas de se inserir no mercado de trabalho. Segundo Burt (2015), esse tipo de rede é um dificultador a mais em relação ao capital social (laços fracos versus laços fortes, ou, *brokerage versus closure*).

Figura 4 - Rede pessoal da Entrevistada 4



Fonte: Elaboração própria

Tabela 4 - Perfil dos alteres na rede pessoal da Entrevistada 4

Nome	Idade	QTSC*	Profissão	Religião	Relação	Escolaridade
Fernando	39	3	Metalúrgico	Evangélico	Marido	Ensino Médio Incompleto
Neide	59	35	Do Lar	Evangélico	Mãe	Ensino Fundamental Incompleto
Ingrid	14	14	Estudante	Evangélico	Sobrinha	Ensino Fundamental Incompleto
Renata	29	10	Motorista Uber	Católico	Amiga	Ensino Médio Completo
Lucelina	36	15	Manicure	Evangélico	Amiga	Ensino Fundamental Completo
Jessica	30	10	Manicure	Evangélico	Amiga	Ensino Médio Completo
Bruna	30	6	Técnico Administrativo Laboratório	Não pratica	Amiga	Ensino Médio Completo
Fernanda	37	35	Administradora	Evangélico	Irmã	Superior Completo
Tatiana	36	35	Do Lar	Evangélico	Irmã	Ensino Médio Completo

*QTSC - Tempo em anos em que o alter e ego se conhecem

Fonte: Elaboração própria

4.3.5. Quinta Entrevista

O quinto e penúltimo entrevistado é um homem de cor parda, com um físico franzino, e afirmou ter 40 anos de idade. Durante a entrevista, ele não revelou sua verdadeira idade e informou que mora de aluguel. Na época da entrevista, o Entrevistado 5 vivia sozinho em um subúrbio de Belo Horizonte - MG. Em relação à sua escolaridade, ele disse que estudou apenas até a primeira série do Ensino Fundamental.

O relato do entrevistado começa abordando os problemas que enfrentou durante a juventude, um tema comum entre a maioria dos entrevistados desta pesquisa, que o levaram a se envolver com a criminalidade e, conseqüentemente, ao sistema prisional. Ele afirma ter sido influenciado pelos amigos da vizinhança que desejavam ter roupas e calçados de marcas

famosas, o que o levou a formar um grupo para iniciar sua jornada na criminalidade.

O entrevistado não relata se conseguiu ou não adquirir as roupas e calçados de marcas famosas desejados, mas afirma que durante esse período, seu pai consumia muita bebida alcoólica. Quando tinha cerca de 16 anos de idade, foi preso pela polícia por acusação de roubo. Depois de sair do sistema prisional com 18 anos, ele afirma ter conseguido sua primeira oportunidade de trabalho como jardineiro. Ele foi indicado por uma servidora pública estadual, embora não soubesse explicar bem quem ela era e em que órgão do Estado atuava na época.

O entrevistado afirma que seus pais ficaram felizes com a notícia de seu primeiro emprego. Um dia, após chegar do trabalho, encontrou várias pessoas em sua casa e descobriu que seu pai havia falecido. Esse fato mudou completamente a trajetória do Entrevistado 5, que abandonou o emprego e voltou a se envolver com o crime.

“E depois minha vida foi só assim: Eu não queria estudar. Não queria trabalhar, não queria fazer nada. Embarquei no crime. Embarquei no crime e tudo.”

“Comecei a usar cocaína. Fumei maconha. Andava na rua trepado. Andei na rua daquele jeito. transtornado, levei dois tiro. Tenho até hoje aqui ó. Foi de polícia. Tentou me pegar, mas não pegou. Corri. Fiquei foragido. Fui preso da primeira vez por tráfico de droga.”

Contou que durante esses anos, o resumo de sua vida foi o envolvimento com o crime, com idas e vindas para a prisão, e uma constante situação de desemprego que o levava de volta à criminalidade. Com uma ficha criminal e uma baixa escolaridade, seu destino de constante desemprego parecia ser uma profecia autorrealizável.

“Eu falei com a minha mãe: Para mim não vai dá não. Eu tô aí. Tô desempregado. O seu dinheiro é seu. Não quero dinheiro de ninguém não. Vou fazer meu corre. Meu corre de vender droga.”

O Entrevistado 5 passou 11 anos em regime fechado após ser condenado a uma pena de 37 anos. Saiu da prisão pela última vez em 2018 e,

no momento da entrevista, encontrava-se em regime aberto. Durante o tempo em que esteve preso, trabalhou como faxineiro, com reciclagem e na cozinha do presídio. No entanto, segundo nosso entrevistado, essas experiências não ajudam muito na busca por emprego atualmente.

Após deixar a prisão, ele usou tornozeleira eletrônica por mais de um ano e enfrentou diversos problemas com seus familiares, que sentiam vergonha de sua situação. Com a ajuda de um irmão e sua esposa, ele alugou um barracão em um bairro que atualmente é elogiado por nosso entrevistado por ser tranquilo e por ninguém se preocupar com sua vida ou conhecer seu passado.

Apesar do suporte da Rede Cidadã e do PrEsP, que o encaminharam para diversas entrevistas de emprego, o entrevistado tem enfrentado dificuldades para se recolocar no mercado formal. Segundo seu relato, as únicas atividades remuneradas que consegue realizar são trabalhos informais, como ajudar algum vizinho com trabalhos braçais.

“Tá pintando um servicinho, um bico. O cara me chama ali pra carregar um entulho. Paga 50 real, eu vou. Tem uma casa para fazer ali, o dia não paga 70 real, eu vou.”

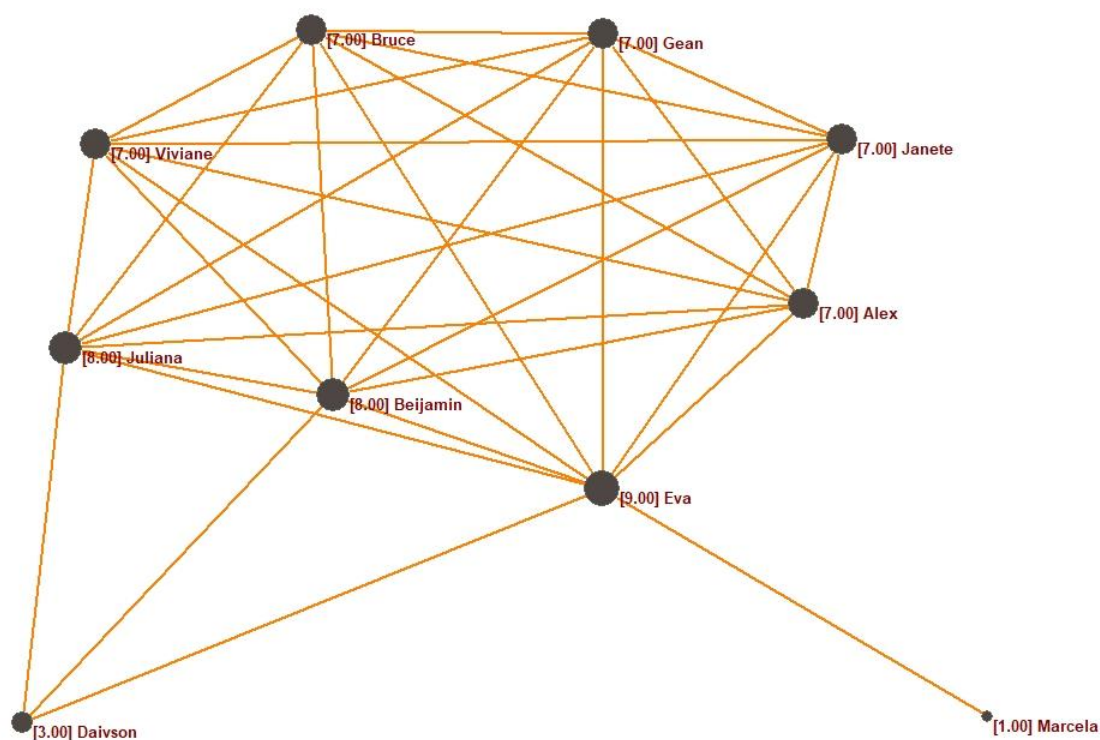
Disse que faz parte de uma comunidade religiosa evangélica em seu bairro e que seu irmão sempre pede ao pastor da igreja que frequentam que, caso surja uma oportunidade de trabalho, ofereça ao Entrevistado 5 e/ou ao seu irmão. Todavia, até agora, isso não aconteceu.

Ele também foi outro entrevistado que participou da ONG Rede Cidadã, elogiando a equipe. No entanto, sua situação parece ser a mais complicada entre todos os entrevistados desta tese devido à sua baixa escolaridade, ficha criminal na qual ainda constam suas condenações e sua dificuldade de comunicação. Durante a entrevista, ele demonstrou ter pouco domínio da língua culta, utilizando uma linguagem coloquial que ele mesmo explicou como sendo "gíria da cadeia". É importante lembrar que ele foi condenado a 37 anos, mas cumpriu apenas 11 em regime fechado. Segundo ele, sua condicional termina somente no ano de 2037. Soma-se a isso sua dificuldade de interação interpessoal e sua fraca rede de relações sociais. Assim, conseguir um emprego formal torna-se praticamente uma tarefa impossível.

“Agora graças a Deus eu tô na rua. Tô assinando. Tô querendo arrumar emprego, mas não tem como. Não tem como arrumar emprego. Eles tá discriminando eu. Eles não dá serviço.”

A análise da rede pessoal do Entrevistado 5 revela os obstáculos que ele enfrenta para acessar um emprego. Sua rede pessoal é bastante densa, mas se concentra principalmente em membros da família. Ele tem poucos amigos - exceto pela cunhada, um amigo e sua assistente social da Rede Cidadã. Laços familiares tendem a ser mais fortes que laços de amizade e, geralmente, ocorrem em redes fechadas, já que familiares se conhecem há muito tempo e interagem muito entre si. Isso, como percebido em outras trajetórias analisadas, é um obstáculo para acessar novas informações e oportunidades. Além disso, o Entrevistado 5 tem dificuldade de interação interpessoal e tenta constantemente esconder seu passado. Essa tentativa reduz ainda mais suas chances de encontrar novos colegas ou amigos que possam ajudá-lo a encontrar um emprego. Isso é um efeito perverso que também foi observado em outras trajetórias: ao tentar esconder o passado, a pessoa fecha ainda mais seu círculo de relações pessoais, aumentando as dificuldades de inserção no mercado de trabalho.

Figura 5 - Rede pessoal do Entrevistado 5



Fonte: Elaboração própria

Tabela 5 - Perfil dos alteres da rede pessoal do Entrevistado 5

Nome	Idade	QTSC**	Profissão	Religião	Relação	Escolaridade
Eva	57	*	Aposentada	Católica	Mãe	Ensino Fundamental Incompleto
Viviane	37	*	Atendente Comércio	Católica	Irmã	Ensino Médio Incompleto
Bruce	27	*	Motoboy	Não tem	Irmão	Ensino Médio Incompleto
Gean	48	*	Encarregado Obra	Evangélico	Irmão	Ensino Fundamental Incompleto
Janete	40	*	Diarista	Evangélico	Irmã	Ensino Fundamental Incompleto
Alex	35	12	Motorista de Uber	Evangélico	Cunhado	Ensino Médio Incompleto
Marcela	-	3	Assistente, Rede Cidadã	-	Amiga	Ensino Superior Completo
Daivson	40	7 meses	Pedreiro	Não tem	Amigo	Ensino Médio Incompleto

Nome	Idade	QTSC**	Profissão	Religião	Relação	Escolaridade
Juliana	41	7 meses	Pastora	Evangélica	Cunhada Amiga	Ensino Médio Completo
Benjamin	1	*				

**QTSC - Tempo em anos em que o alter e ego se conhecem.

* Conhece desde que nasceu.

Fonte: Elaboração própria

4.3.6. Sexta Entrevista

A sexta e última entrevistada é uma mulher de 29 anos que estudou até o primeiro ano do Ensino Fundamental e mora ao lado da comunidade “Favela da Serra” em Belo Horizonte - MG com seu marido e seu filho de três anos de idade. Seu esposo também é egresso do sistema prisional e participou da entrevista como ouvinte.

Seu envolvimento com o mundo do crime aconteceu ainda na adolescência, aos 14 anos de idade, quando entrou em atividades relacionadas ao tráfico de drogas por influência de sua genitora. Aos 18 anos, foi presa e encaminhada para um presídio feminino do Estado, onde ficou em regime fechado por dois anos. Contou que neste período, não teve apoio de sua família por serem todos de baixa renda e não poderem ajudá-la. Entretanto, sua perspectiva sobre o mundo mudou quando teve contato com a religião dentro do presídio.

Diferentemente dos presídios masculinos em que os outros entrevistados passaram, este presídio ofereceu oportunidades profissionais à entrevistada. Ela relatou ter feito um curso de informática básica pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI e conseguiu um trabalho externo, o que a possibilitou ter saídas temporárias que eram aproveitadas para exercer seu trabalho. No entanto, não relatou que tipo de trabalho era.

A professora era muito boa e lá eu comecei a entender um pouco melhor de que eu poderia aproveitar o lugar. E tive muitas visões lá assim de crescimento de vida. Saí de lá depois de um tempo fiquei quase seis meses assim de trabalho externo. Aí eu vim para cá e voltava para lá para dormir.

Aos 21 anos, já egressa do sistema prisional, a Entrevistada 6 conta que começou a trabalhar em um dos maiores centros de exposições de Belo Horizonte - MG, o Expominas. Eram trabalhos esporádicos que também incluíam viagens pelo país. Foi em um desses trabalhos que conheceu seu atual esposo. Durante o namoro entre os dois, ele acabou sendo preso e ela teve que se mudar para o bairro em que mora atualmente.

A Entrevistada 6 relatou que também trabalhou em uma loja de calçados por um período de cinco meses exercendo a função de vendedora, mas que o seu empregador não assinou sua carteira de trabalho, ficando a entrevistada na informalidade.

Como os demais entrevistados, esta também relatou que depois que se tornou egressa do sistema prisional, sempre que procurava por emprego ou algum trabalho remunerado não tinha sucesso. Dizia que sempre trabalhava durante alguns meses e depois era dispensada. Acredita que esse fato ocorreu porque as empresas verificavam sua ficha criminal. Depois de tantas frustrações profissionais, resolveu começar um empreendimento na área de alimentação.

Depois que eu saí era muito difícil conseguir emprego. Não sei se eles realmente puxam o nome da gente. Sei que era muito difícil. Ficava três meses e não sei o que eles já arrumaram que me mandaram embora muito rápido. E aí eu decidi montar meu próprio negócio.

Inicialmente, a entrevistada conta que comprou um carrinho para vender cachorros-quentes em sua vizinhança. Seus objetivos eram, além de se sustentar, ter uma atividade que ajudasse seu esposo que na época ainda cumpria pena em regime fechado. Primeiramente, a ajuda seria para ter recursos para pagar a um advogado que representasse seu marido perante a justiça. O segundo objetivo era para quando o esposo saísse da prisão, existir uma atividade com a qual pudesse trabalhar. Atualmente, o negócio do casal

creceu e eles conseguiram comprar um trailer para substituir o carrinho, aumentando suas produções e vendas. Ela disse que essa atividade está indo muito bem e que até conseguiram construir e mobiliar a casa em que estão vivendo atualmente. Entretanto, a entrevistada mencionou que infelizmente a pandemia da Covid-19 diminuiu a renda da família advinda da venda de cachorro-quente, mas que conseguiram se manter com as poucas vendas neste período.

Em seu relato, a Entrevistada 6 mencionou também o papel do PrEsP e da Rede Cidadã em sua trajetória profissional. Segundo a entrevistada, ela sentia que tinha dificuldades nas interações sociais, pois tinha medo de que as pessoas a julgassem apenas como uma egressa do sistema prisional.

Eu até hoje tenho dificuldade em me relacionar com outras pessoas que a gente acha que sempre vai existir o preconceito. Se eu sento numa mesa num restaurante com outras pessoas falam que eu sou ex-presidiária me olham com outros olhos, então eu não me sinto bem, então o trabalho dela foi muito bom.

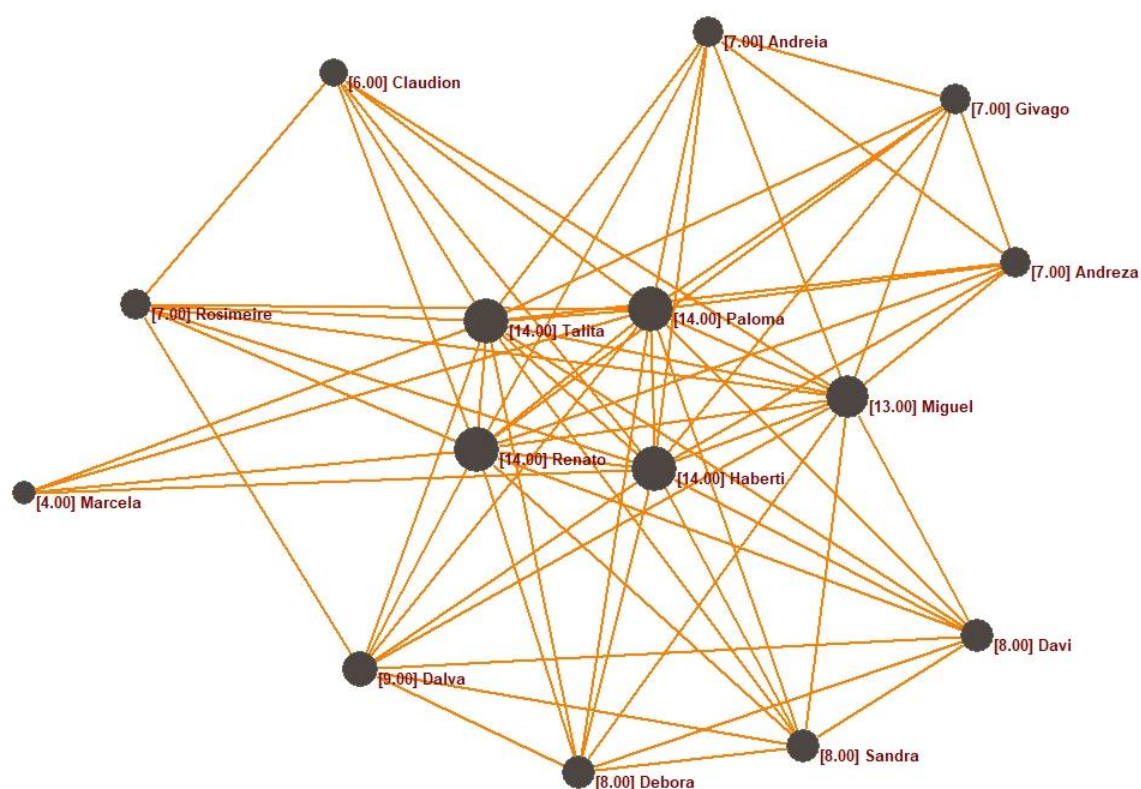
Por fim, a entrevistada relatou que hoje ela e sua família são evangélicos, mas que sua comunidade religiosa não sabe da história de sua vida e de seu marido, nem mesmo os pastores. Ela prefere manter essa informação fora dos assuntos de sua vida pessoal. Desse modo, nunca procurou ajuda na comunidade religiosa em relação a conseguir vantagens no mercado de trabalho.

Esse medo em construir novas relações sociais aparece claramente na rede pessoal da Entrevistada 6. Embora sua rede pessoal seja relativamente grande em comparação com a dos demais entrevistados, ela é praticamente focada em familiares, exceto por dois amigos e dois pastores. Esse medo é mais um obstáculo para que novas oportunidades de trabalho surjam em sua vida. Como ela mesma afirma, prefere não pedir ajuda em assuntos relacionados à inserção no mercado de trabalho, justamente pelo medo de que descubram algo sobre seu passado. Isso mostra um efeito prejudicial do preconceito contra ex-detentos: o medo desse preconceito tem o efeito de

limitar as próprias redes pessoais desses indivíduos, tornando ainda mais difícil suas vidas no mercado de trabalho.

Entretanto, os laços fortes presentes em sua rede, transformados principalmente em apoio familiar após sua saída da prisão, mostram que esse tipo de suporte pode ser crucial para a ressocialização do egresso e sua reintegração ao mercado de trabalho. Neste caso específico, o acesso a cursos profissionalizantes também desempenhou um papel importante para que a entrevistada tomasse a decisão de iniciar um empreendimento.

Figura 6 - Rede pessoal da Entrevistada 6



Fonte: Elaboração própria

Tabela 6 - Perfil dos alteres da rede pessoal da Entrevistada 6

Nome	Idade	QTSC**	Profissão	Religião	Relação	Escolaridade
Renato	39	8	Dono de Trailer de lanche	Evangélico	Esposo	Ensino Fundamental Incompleto
Talita	25	*	Dona de Casa	Evangélico	Irmã	Ensino Fundamental

Nome	Idade	QTSC**	Profissão	Religião	Relação	Escolaridade
				a		Completo
Paloma	25	*	Dona de Casa	Evangélica	Irmã	Ensino Fundamental Incompleto
Heberti	30	*	Sinalização de Estradas	Evangélica	Irmão	Ensino Médio Incompleto
Claudionor	56	*	Descarregador caminhão	Evangélico	Pai	Ensino Médio Completo
Andreia	45	6	Dona de Casa/ Pastora	Evangélico	Pastora	Ensino Médio Completo
Givago	51	6	Aposentado/Pastor	Evangélico	Pastor	Ensino Médio Completo
Andreza	42	5	Esteticista	Evangélico	Amiga	Ensino Fundamental Completo
Miguel	3	*			Filho	
Davi	47	8	Porteiro	Evangélico	Cunhado	Ensino Médio Completo
Sandra	45	8	Cuidadora de Idosos	Evangélico	Cunhada	Ensino Fundamental Incompleto
Débora	23	8	Desempregada	Evangélico	Sobrinha	Ensino Médio Incompleto
Dalva	52	8	Faxineira	Não tem	Cunhada	Ensino fundamental completo
Marcela	-	10	Psicóloga	-	Amiga/ Rede cidadã	Superior Completo
Rosimeire	54	*	Desempregada	Evangélica	Mãe	Ensino fundamental completo

**QTSC - Tempo em anos em que o alter e ego se conhecem.

* Conhece desde que nasceu.

Fonte: Elaboração própria

4.4. Análises das entrevistas com os egressos do sistema prisional

Os dados relacionais apresentados acima, juntamente com as histórias de vida de cada entrevistado, permitem-nos compreender como o cárcere afeta as redes pessoais de egressos do sistema prisional e suas chances de inserção no mercado de trabalho. Um primeiro ponto mostrado pelos dados é

que esses indivíduos têm dificuldades para renovar suas redes pessoais, uma vez que seus alteres entraram na rede, em média, há 23 anos. Esse tempo elevado indica que essas redes são formadas por laços muito fortes, o que pode ser positivo, pois esses laços servem como fonte de suporte social. No entanto, é também menos eficiente do ponto de vista da literatura, que destaca a importância dos laços fracos para a inserção dos indivíduos no mercado de trabalho, pois os laços mais fracos tendem a ser condutor de novidades e informações frescas em relação a oportunidades de trabalho. Por outro lado, redes com laços fortes tendem a ser repetitivas do ponto de vista informacional. Se os sujeitos entrevistados não renovam suas redes com novos laços, ou seja, laços que teriam um caráter de laço fraco e seriam formados mais recentemente, eles têm ainda mais dificuldades para acessar o mercado de trabalho, o que se soma ao já preocupante efeito que o preconceito tem sobre a vida dessas pessoas.

Além disso, analisando os casos apresentados, percebemos como as redes pessoais das mulheres são ainda mais fechadas, ou seja, possuem uma densidade relacional maior - o que é um indício da presença de laços mais fortes.

Essa forma que as redes pessoais dos egressos possuem também é fruto do próprio medo do preconceito. Como é evidenciado nos relatos, existe o medo de que as pessoas fiquem sabendo sobre o passado no cárcere, o que leva esses sujeitos a evitarem certos tipos de relações sociais para não se exporem. Em alguns casos, eles sequer pedem ajuda aos amigos e conhecidos em temas relacionados ao mercado de trabalho, pois ao fazê-lo podem ter seu passado revelado, caso o empregador interessado tenha acesso à sua ficha criminal. Isso demonstra outro efeito perverso que o preconceito tem sobre as oportunidades de inserção desses sujeitos no mercado de trabalho: o medo do preconceito fecha ainda mais suas redes pessoais.

Por outro lado, o primeiro emprego pode ter um efeito de rejuvenescimento sobre as redes pessoais dos ex-detentos, aumentando as possibilidades de futuras inserções no mercado de trabalho. Como se percebe em algumas das redes analisadas, os alteres que entraram mais recentemente nas redes são justamente aqueles que os entrevistados conheceram no primeiro emprego após o cárcere. Embora nos casos analisados esses

entrevistados não tenham colhido os frutos desse rejuvenescimento das redes, é lógico esperar que esses novos contatos feitos no primeiro emprego após a saída da prisão tenham efeitos positivos em sua trajetória profissional. Isso ocorre porque esses laços mais recentes têm características mais próximas de laços fracos, ou seja, podem ser fontes de informações novas sobre oportunidades e vagas de trabalho.

Tabela 7 - Idade, tempo que conhece e escolaridade dos alteres das redes pessoais

Entrevistado	Nº alteres na rede	Tempo conhece os alteres (média de anos)	Idade média de alteres (anos)	% com Fundamental completo/in completo	% com Médio completo/in completo	% com Superior completo/in completo
Entrevistado 1	11	22.36	42.27	9.09%	81.82%	9.09%
Entrevistado 2	15	13.8	39.27	20%	60%	20%
Entrevistado 3	11	32.64	39.18	72.73%	18.18%	0%
Entrevistada 4	9	21.11	34.44	33.33%	55.56%	11.11%
Entrevistado 5	10	22.7	36.22	33.33%	55.56%	11.11%
Entrevistada 6	15	17.33	38.36	50%	42.86%	7.14%
Entrevistada 7	7	33.57	44.86	42.86%	42.86%	0%

*A trajetória da sétima entrevistada não foi analisada, ela respondeu apenas ao questionário sociométrico.

Fonte: Elaboração própria

Entretanto, a hipótese levantada nesta tese é sobre a elevada importância dos laços fortes nas redes sociais de egressos do sistema prisional brasileiro, principalmente pelo fato de que tais indivíduos pertencem, em sua maioria, às classes sociais mais pobres. Ao observar apenas os exemplos deste capítulo, fica evidente como o apoio familiar e comunitário é fundamental para que esses egressos consigam se (re) inserir no mercado de trabalho, mesmo que em trabalhos esporádicos e sem garantias trabalhistas.

Para essa população, os laços fortes muitas vezes representam o único apoio disponível após a saída do cárcere. Por isso, é de extrema importância pensar que esses indivíduos e as comunidades em que vivem raramente dispõem de recursos sociais e econômicos para fornecer possibilidades de inserção no mercado de trabalho em empregos formais, com salários elevados e proteção pelas leis trabalhistas.

Contudo, os laços fortes no caso de egressos do sistema prisional brasileiro funcionam como mecanismo de apoio moral e econômico para que estes indivíduos consigam se ressocializar fora da prisão e evitem que retornem a atividades criminosas. Desse modo, temos dois pontos interessantes tanto para esses indivíduos quanto para toda a sociedade: a inserção no mercado de trabalho, mesmo que de forma precária, e a prevenção da reincidência criminal. Assim, quanto maiores forem as oportunidades de trabalho remunerado para esses egressos, maiores são as chances de evitarem o retorno às atividades criminosas. Socialmente, isso reduz as taxas de crime e os gastos com o sistema de justiça criminal, além de contribuir economicamente, especialmente se considerarmos a precariedade econômica das comunidades em que esses indivíduos residem.

Chama atenção nas redes pessoais analisadas o fato de que o percentual de evangélicos é sempre maior do que o de católicos. Isso pode ser reflexo da mudança do perfil religioso dos brasileiros, com o crescimento do segmento evangélico, principalmente nas camadas mais pobres da população. Por serem mais fechadas e próximas aos fiéis, as comunidades evangélicas costumam ser uma fonte de ajuda e suporte social para os fiéis mais pobres no Brasil, daí o crescimento dessa corrente religiosa nas classes mais baixas.

No entanto, é necessário saber se isso significa maiores chances de inserção no mercado de trabalho para aqueles que passaram pelo sistema carcerário. Entre os casos registrados neste capítulo, apenas o Entrevistado 1 sofreu uma maior influência da comunidade evangélica. Ele fez um curso de teologia dentro do presídio e durante o período da pesquisa mencionou sonhar em criar sua própria congregação cristã e tornar-se pastor evangélico, embora ainda trabalhe como lavador de carros e motos. Os demais entrevistados relataram que, apesar da presença dos evangélicos nas prisões, não tiveram ajuda dessas comunidades para reinserção no mercado de trabalho.

Tais resultados sobre o papel das igrejas evangélicas na reinserção de egressos do sistema prisional no mercado de trabalho indicam duas situações: ou os egressos não conseguem obter vantagens através do capital social que as redes sociais formadas por fiéis podem oferecer, ou as próprias redes sociais formadas por esses evangélicos, de comunidades carentes, não possuem recursos suficientes que possam ser utilizados pelos membros da rede.

Dessa forma, mesmo com a renovação das redes sociais de egressos por meio de sua inserção nas redes sociais das igrejas que frequentam, os recursos escassos dessa população fazem com que os laços fracos não tenham a mesma força que os achados de Granovetter supunham. Por isso, reitero que, para essa população de egressos, a força dos laços fortes é mais importante do que a dos laços fracos, se pensarmos nos recursos disponíveis nas redes que podem ser utilizados pelos indivíduos egressos para entrar no mercado de trabalho.

Tabela 8 - Religião e relação com os alteres das redes pessoais

Entrevistado	% Evangélicos	% Católicos	% Sem religião	% Familiares	% Amigos	% Cônjuge/ companheiro
Entrevistado 1	54.55%	9.09%	36.36%	27.27%	63.64%	9.09%
Entrevistado 2	26.67%	20%	33.33%	13.33%	80%	6.67%
Entrevistado 3	27.27%	18.18%	45.45%	27.27%	45.45%	9.09%
Entrevistada 4	77.78%	11.11%	0%	44.44%	44.44%	11.11%
Entrevistado 5	44.44%	22.22%	22.22%	70%	22.22%	0%
Entrevistada 6	85.71%	0%	7.14%	60%	13.33%	6.67%
Entrevistada 7	100%	0%	0%	28.57%	42.86%	14.29%

*A trajetória da sétima entrevistada não foi analisada, ela respondeu apenas ao questionário sociométrico.

Fonte: Elaboração própria

A tabela 9 apresenta um resumo de todas as entrevistas realizadas com egressos do sistema prisional. Em relação às razões que levaram os

entrevistados a ingressar no mundo do crime, a tabela mostra que três (3) deles citaram o envolvimento com o tráfico de drogas ilícitas como a principal motivação. A outra metade dos entrevistados afirmou que as relações familiares conturbadas e as amizades na adolescência foram as principais razões. Essas respostas estão em consonância com as teorias do Curso de Vida na Criminologia (Benson, 2012; Ancião, 1985; e Gottfredson & Hirschi, 1990), que indicam que muitas carreiras criminosas começam na adolescência devido às relações sociais desenvolvidas nessa fase da vida e à fragilidade dos laços familiares.

Observa-se que, entre os entrevistados, o maior tempo de prisão não foi um fator determinante para determinar se o indivíduo está ou não desempregado atualmente. Em vez disso, a escolaridade, juntamente com as oportunidades dentro e fora da prisão, desempenha um papel crucial para determinar a situação profissional de cada um desses indivíduos.

Dois casos em particular chamam a atenção: o do Entrevistado 1, que passou uma década na prisão, tem escolaridade mais elevada do que os demais entrevistados, teve acesso a oportunidades de estudo na prisão e hoje trabalha informalmente e sonha em mudar de vida, principalmente se tornando pastor evangélico; e o da Entrevistada 6, que tem uma escolaridade bem inferior à do Entrevistado 1, passou apenas dois anos na prisão, mas conseguiu investir em um pequeno empreendimento por meio de oportunidades fora da prisão e hoje colhe os frutos desse trabalho, como a compra de uma casa própria e a expansão de seu negócio.

Esses dois casos ilustram como as oportunidades de estudo dentro e fora da prisão, especialmente com cursos profissionalizantes, podem resultar em melhores chances de inserção no mercado de trabalho. No caso da Entrevistada 6, os cursos profissionalizantes, juntamente com o acesso a recursos financeiros disponibilizados por meio de empréstimos bancários, ajudaram-na a ter sucesso como microempreendedora, gerando renda para ela, seu marido e outras duas pessoas contratadas por ela. Isso sugere que as mudanças ocorridas no mercado de trabalho brasileiro nas últimas décadas e o incentivo ao empreendedorismo por meio da facilitação do acesso a crédito para populações mais pobres, incluindo a maioria dos egressos do sistema prisional, podem ajudar a impulsionar a economia das comunidades mais

carentes, oferecendo chances de sucesso econômico individual ou familiar tão grandes quanto ou maiores do que aquelas obtidas por meio do emprego formal com carteira assinada. Portanto, o incentivo ao empreendedorismo local de pequeno e micro porte pode gerar impactos econômicos e sociais significativos para comunidades que anteriormente não dispunham de recursos ou oportunidades de trabalho para seus residentes.

Em relação ao papel da assistência social ou religiosa no período em que estiveram presos ou já egressos do sistema penal, apenas um egresso relatou ter recebido apenas assistência religiosa, enquanto dois egressos relataram ter recebido apenas assistência social, principalmente do programa PrEsP e da ONG Rede Cidadã. Dois egressos relataram ter tido assistência de ambas, enquanto apenas um considerou que não recebeu qualquer tipo de assistência, nem durante o período em que esteve preso, nem quando saiu da prisão.

No momento da entrevista, três entrevistados disseram estar desempregados, sendo que dois realizavam trabalhos esporádicos, conhecidos como "bicos". Dois entrevistados disseram estar trabalhando: a Entrevistada 6, que é pequena empresária no ramo de *fast food*, e o Entrevistado 1, que tem um emprego informal como lavador de carros e motocicletas.

Em relação à percepção dos egressos acerca do papel do Estado nas questões de oportunidade de profissionalização e acesso a trabalho, os entrevistados do sexo masculino consideraram que apenas nas prisões do tipo parceria público-privado em Minas Gerais (PPP) existe uma verdadeira oportunidade para os detentos aprenderem um ofício e trabalharem dentro da prisão. Já as entrevistadas do sexo feminino relataram que nas prisões femininas havia oportunidades de profissionalização, inclusive com cursos oferecidos pelo SENAI.

Contudo, os resultados demonstram que o papel institucional do Estado por meio das penitenciárias e do programa PrEsPE, da ONG Rede Cidadã e das igrejas evangélicas não foi efetivo em criar oportunidades de inserção no mercado de trabalho formal para a totalidade dos entrevistados. Isso levanta a questão de como o papel institucional do Estado, de ONGs e de instituições religiosas interessadas na ressocialização do preso pode ser mais efetivo, uma vez que em todos os casos analisados nenhum entrevistado disse estar

trabalhando com carteira assinada no momento da entrevista e apenas uma entrevistada declarou-se autônoma.

Outro ponto importante a ser destacado aqui é a menção que muitos entrevistados fizeram ao declararem suas percepções sobre as penitenciárias geridas por parcerias público-privadas. Ao leitor pode parecer que tais modelos de prisão são melhores que os modelos geridos apenas pelo Estado, mas o leitor também deve estar ciente de que essas prisões do tipo PPP não são acessíveis a qualquer preso. A transferência de um preso para uma PPP dependerá do crime pelo qual o preso foi condenado e do seu comportamento na prisão em que se encontra, por isso são presídios com número delimitado de detentos, o que pode sugerir uma facilidade em sua gestão e o acesso dos presos à educação e trabalho, diferentemente do que ocorre nas prisões estaduais que abrigam a grande maioria dos detentos.

Tabela 9 - Resumo das Entrevistas

Entrevistado	Sexo	idade	Escolaridade	Motivação p/ ingresso no crime	Tempo de encarceramento	Oportunidade de trabalho e estudo durante cárcere	Assistência social ou religiosa pós saída	Trabalho atual
Entrevistado 1	Masculino	42	Ensino médio e curso técnico em contabilidade	Envolvimento com tráfico de drogas	10 anos	Quando transferido para uma PPP	Assistência religiosa	Lavador de carros
Entrevistado 2	Masculino	38	Ensino Fundamental (8ª série)	Divergências familiares/ Amigos na adolescência	15 anos	Somente na terceira passagem pela prisão quando transferido para uma PPP	Assistência Social - ONG Rede Cidadã e PrEsP	Desempregado (Realiza trabalhos esporádicos como sergente de pedreiro)
Entrevistado 3	Masculino	43	Ensino Fundamental incompleto (3ª série)	Divergências familiares/ Amigos na adolescência	17 anos	Quando transferido para uma PPP, onde alega ter tido oportunidade de trabalho, de fazer artesanato e	Assistência Social - ONG Rede Cidadã	Desempregado

						alguns cursos.		
Entrevistada 4	Feminino	35	Ensino médio completo	Envolvimento com tráfico de drogas	2 anos	Trabalho remunerado e com garantia a a remissão de pena dentro da prisão feminina	Não relatado	Desempregado
Entrevistado 5	Masculino	40	Ensino Fundamental incompleto (1ª série)	Divergências familiares/ Amigos na adolescência	11 anos	Trabalho como faxineiro, com reciclagem e na cozinha do presídio	Assistência social e - ONG Rede Cidadã, PrEsP / Assistência religiosa	Desempregado (Realiza trabalhos esporádicos)
Entrevistada 6	Feminino	29	Ensino Fundamental incompleto (1ª série)	Envolvimento com tráfico de drogas	2 anos	Curso de informática básica pelo SENAI	Assistência social e - ONG Rede Cidadã, PrEsP / Assistência religiosa	Empreendedora na área de alimentação.

Fonte: Elaboração própria

Os relatos mostram que todos os egressos entrevistados buscaram se inserir no mercado de trabalho após a saída do cárcere, mas alguns deles desenvolveram um quadro de descrença em relação à possibilidade de conseguir uma ocupação. Isso pode levar a uma situação em que a pessoa não acredita que conseguirá uma vaga e pode influenciar suas decisões futuras, como a possibilidade de voltar ao mundo do crime. Os entrevistados nessa situação produzem narrativas que buscam justificar e embasar essa descrença. Nessas narrativas, eles citam o preconceito da sociedade contra egressos do sistema prisional, a falta de interesse do Estado e a religião como um dos poucos refúgios para essa situação, entre outros. Essa condição é a base para um fenômeno que tem crescido no mercado de trabalho brasileiro: o

"desalento"⁷. Os desalentados são indivíduos que são considerados economicamente ativos, mas desistiram de procurar emprego após uma série de tentativas frustradas. Esse fenômeno pode ser bastante comum entre ex-detentos, uma vez que muitos enfrentam dificuldades para se inserirem no mercado de trabalho devido ao preconceito da sociedade e a falta de políticas públicas que facilitem sua reintegração.

Com exceção da Entrevistada 6, todos os outros entrevistados relataram modos semelhantes de procurar emprego remunerado. As decisões de procura de emprego são completamente rotinizadas e baseadas na utilização do capital social proveniente das relações de suas redes sociais marcadas pelos laços fortes. Isso significa que qualquer tentativa de inserção no mercado de trabalho é marcada pela pessoalidade, ou seja, a confiança do empregador é voltada para quem indica o egresso para o trabalho, e não necessariamente na capacidade de trabalho do egresso em si. Com o tempo, o egresso pode conquistar a confiança de seu empregador e colegas, mas, de acordo com os relatos, quando os entrevistados perderam seus empregos, enfrentaram dificuldades em encontrar outro, uma vez que a maioria dos entrevistados estava desempregada no momento da entrevista.

Enfim, este capítulo teve como objetivo demonstrar como a história de vida dos indivíduos egressos do sistema prisional, focada em sua trajetória profissional, juntamente com uma análise de suas redes sociais, está relacionada com as oportunidades no mercado de trabalho para este público. Foi percebido que as desvantagens acumuladas por esses indivíduos, como a falta de educação, recursos econômicos limitados, moradia, problemas familiares e falta de experiência profissional, além da situação de preconceito que essas pessoas enfrentam no dia a dia, refletem em suas redes sociais e em suas chances de inserção no mercado de trabalho. Cada uma dessas características é difícil de ser superada pelos trabalhadores, como é o caso do nível educacional de cada um. Sem um trabalho eficiente e contínuo de programas do Estado e ONGs, a maioria desses entrevistados continuará "condenada" a permanecer nesta mesma situação econômica e profissional.

⁷ O Instituto Brasileiro de Demografia e Estatística publicou os resultados das taxas de desemprego no Brasil e o resultado mostra que o país possui 4 milhões de desalentados no 4º trimestre de 2022. [Desemprego | IBGE](#)

No próximo capítulo, será analisado o impacto dos fatores sociodemográficos sobre as oportunidades de (re) inserção dos egressos do sistema prisional no mercado de trabalho formal.

5. Análise Estatística

O quinto capítulo desta tese tem como objetivo analisar o impacto de fatores sociodemográficos sobre as chances de inserção dos egressos do sistema prisional no mercado de trabalho. Inicialmente, realizaremos uma análise descritiva dos dados disponíveis do Programa de Inclusão de Egressos do Sistema Prisional (PrEsP) do governo do estado de Minas Gerais para os anos de 2017, 2018, 2019 e 2020. Em seguida, utilizaremos um modelo de regressão logística para testar de maneira mais robusta uma de nossas hipóteses de pesquisa, detalhada mais abaixo.

O banco de dados utilizado nesta pesquisa foi obtido através do portal da transparência do governo de Minas Gerais. Solicitamos informações sobre os egressos do sistema prisional de todo o estado para os anos de 2017 a 2020, mas nos foi informado que não havia banco de dados com informações socioeconômicas para toda a população de egressos, por isso recebemos apenas dados dos participantes do PrEsP. Portanto, os resultados e conclusões apresentados se limitam a essa população específica. É importante mencionar que esses bancos de dados anuais foram criados apenas para uso administrativo, e apresentam alguns problemas que limitam as análises, como o grande número de dados faltantes e a falta de uma identificação para analisar um mesmo indivíduo ao longo desses anos.

Outro ponto importante a ser mencionado aos leitores é que os bancos de dados utilizados nesta pesquisa foram criados apenas para uso administrativo, não tendo sido elaborados para fins acadêmicos, o que pode limitar as possibilidades das análises. Há um grande número de dados ausentes (*missings*) em todos os bancos recebidos e não há identificação que permita a análise de um mesmo indivíduo que possa estar presente em mais de um banco de dados.

Apesar das limitações, os resultados obtidos são significativos para o entendimento das dinâmicas e características desse grupo específico, embora não possam ser generalizados para toda a população de egressos do sistema prisional de Minas Gerais. A compreensão das experiências e necessidades dos egressos do sistema prisional é fundamental para a formulação de políticas

públicas mais efetivas e inclusivas, visando à reintegração social desses indivíduos e à redução da reincidência criminal.

As duas questões de pesquisa que serão abordadas neste trabalho já foram mencionadas anteriormente na introdução e tratam das chances de inserção dos egressos do sistema prisional no mercado de trabalho, bem como da influência que o sexo e a raça/cor exercem nesse processo. Em resumo, o estudo busca identificar quais fatores socioeconômicos são fundamentais para explicar o sucesso ou insucesso dos egressos na busca por emprego, e se o gênero e a cor/raça são variáveis determinantes para esse fenômeno.

Essas questões levaram à seguinte hipótese de pesquisa que também já foi mencionada anteriormente:

Hipótese 1: Baseado na leitura de Devah Pager (2007), sexo e cor/raça são fatores fundamentais para a compreensão de como ocorre a (re) inserção dos egressos do sistema prisional no mercado de trabalho brasileiro. Ou seja, do mesmo modo que ocorre nos EUA, indivíduos brancos e do sexo masculino terão maior sucesso para reinserirem-se no mercado de trabalho.

Em suma, os resultados a seguir vão tentar responder ambas as questões mencionadas acima, a fim de comprovar ou não nossa Hipótese 1 de que fatores sociodemográficos, como sexo e raça/cor, influenciam significativamente as chances de inserção dos egressos no mercado de trabalho. É importante ressaltar novamente que os resultados encontrados não podem ser generalizados para toda a população de egressos do sistema prisional de Minas Gerais, mas são relevantes para o entendimento das dinâmicas e características desse grupo específico, bem como para orientar futuras pesquisas e intervenções nessa área.

5.1. Análise Descritiva: dados gerais

A tabela 10 apresenta o total de inscritos no PrEsP - Programa de Inclusão de Egressos do Sistema Prisional - nos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020. Observa-se um aumento de mais de 50% no número de inscrições entre os anos de 2017 e 2019, porém ocorreu uma redução de pouco mais de 11% entre os anos de 2019 e 2020. Esse declínio pode ser atribuído ao momento de crise sanitária vivido em todo o planeta devido à pandemia da COVID-19, o que pode ter afetado a capacidade do programa de receber novas inscrições nesse período.

Na tabela 11, é apresentado o total de inscritos no PrEsP separados por gênero, sendo que a categoria Homens representa mais de 93% dos inscritos. Esse resultado era esperado, devido à alta taxa de homens encarcerados em comparação com a taxa de mulheres encarceradas, o que pode refletir na taxa de egressos também ser mais alta entre os homens. No entanto, os dados analisados não apresentam informações sobre a taxa de inscrições de outros gêneros, como travestis, mulheres transexuais e homens transexuais, entre outros.⁸

Tabela 10 - Total de inscritos por ano

Ano	Total de inscritos no PrEsP
2020	9.533
2019	10.786
2018	8.927
2017	5.026

Fonte: Elaboração própria

⁸ Observação: Todos os gráficos desta seção incluíram o ano de 2019, mas nos modelos de regressão esse ano não será incluído porque a variável "Idade" apresenta um percentual alto de *missings*, 95.37%.

Tabela 11 - Sexo

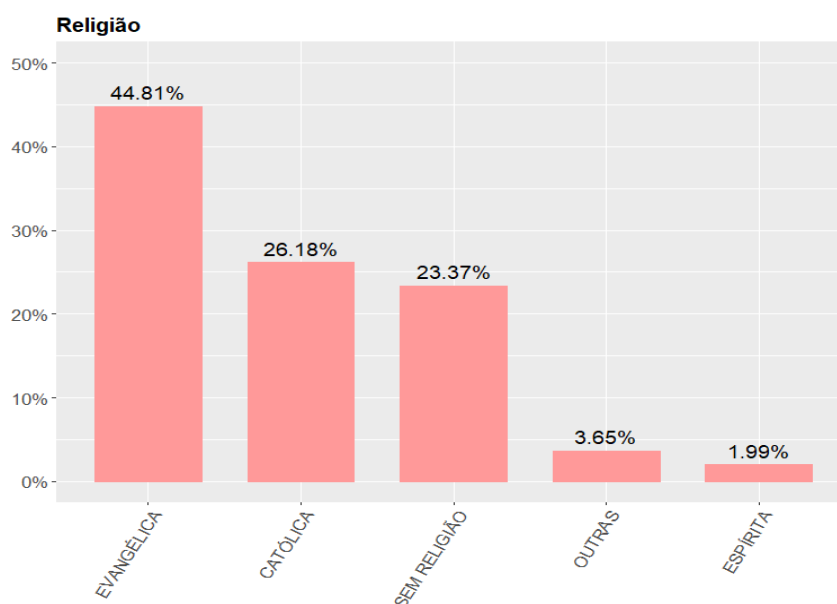
Sexo	Total de inscritos
Homens	32.083
Mulheres	2.182

Fonte: Elaboração própria

5.1.2. Religião

O gráfico 2 apresenta a distribuição da população inscrita no PrEsP por religiões. Os evangélicos representam 44,81% dos casos, o que corresponde a 18,63% a mais do que os adeptos do catolicismo, que totalizam 26,18%. Esse resultado pode ser explicado pela atuação das igrejas evangélicas nas prisões brasileiras e nas comunidades de baixa renda, o que resulta em um aumento no número de fiéis.

Uma informação relevante deste gráfico é a elevada proporção de pessoas que se declararam sem religião, com 23,37%. Não há uma explicação clara para essa taxa e os dados disponíveis não permitem verificar se essas respostas se referem a egressos que se consideram cristãos, mas não seguem nenhuma religião específica, ou seguem alguma religião de matriz africana, mas não declararam sua fé por algum motivo, ou se há um número significativo de ateus e/ou agnósticos entre esses declarantes.

Gráfico 2 - Religião

Fonte: Elaboração própria

5.1.3. Raça/Cor

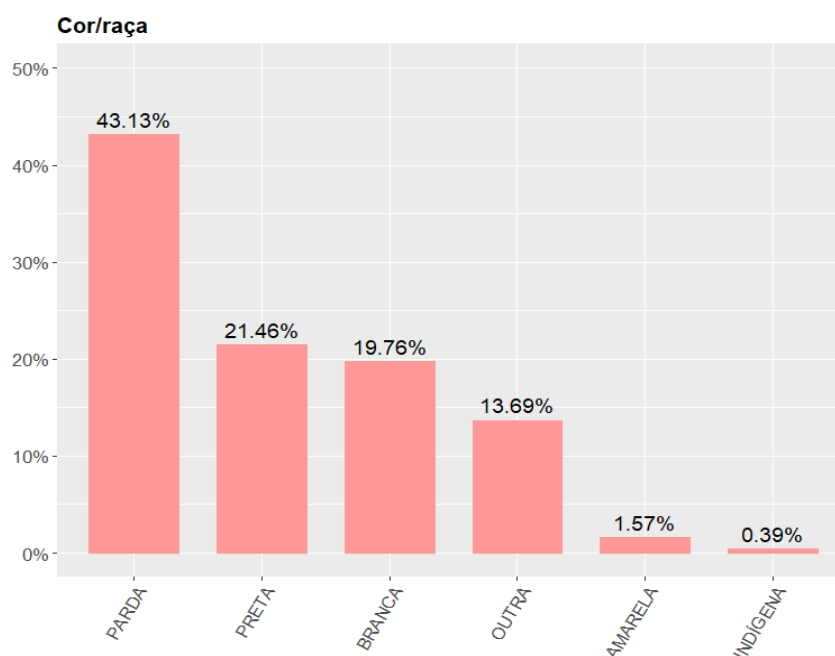
O gráfico 3 apresenta as declarações dos egressos inscritos no PrEsP em relação a variável cor/raça. Inicialmente, é interessante notar a taxa de pessoas que se declararam pardas, 43,13 % e pretas, com 21,46 %. Ou seja, um pouco mais que o dobro de egressos se declararam pardos. Ao se somar ambas as taxas teremos 64,59% da população de egressos inscritos no programa classificada como negra considerando as autodeclarações de indivíduos de cor preta e parda, de acordo com a classificação do IBGE.

Podemos comparar referidos dados com uma pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022), o qual afirma que em 2021, 820.689 pessoas estão inseridas no sistema carcerário brasileiro. Destes, 67,5% são negros, um aumento de 3,4% em relação a 2020. Ao longo dos últimos anos, o percentual da população negra encarcerada tem aumentado. A pesquisa também mostra que em 2011, 60,3% da população encarcerada era negra e 36,6% branca, em 2021, a proporção foi de 67,5% de presos negros para 29,0% de brancos. Esses dados demonstram o atual cenário do encarceramento em massa no Brasil.

O segundo ponto interessante que se nota é a quase igualdade de declarantes pretos e brancos nesta população, em que os indivíduos brancos

representam 19,76% dos respondentes. Essa igualdade pode ser enganosa, uma vez que há uma possibilidade de o declarante se considerar pardo em sua autodeclaração, o que possivelmente diminui o número de indivíduos que poderiam ser considerados como pretos nesta população.

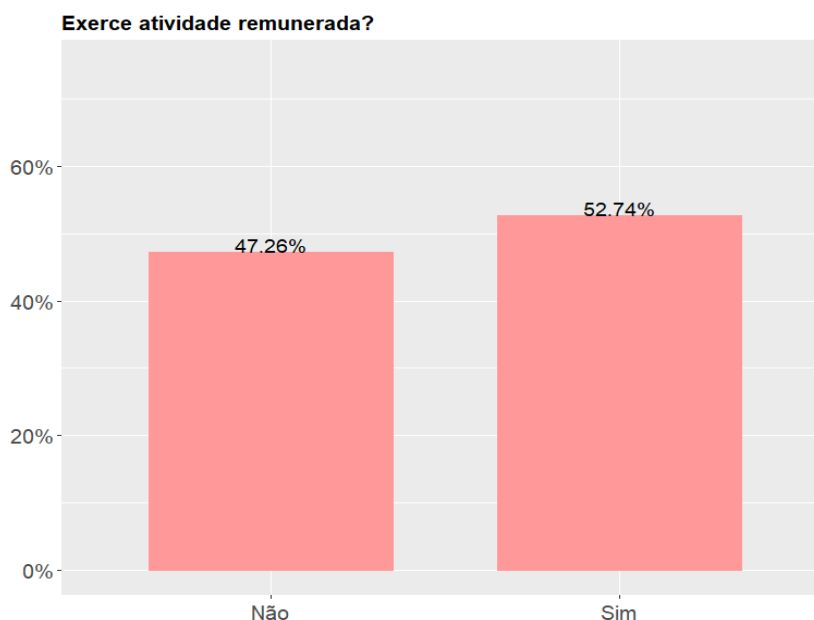
Gráfico 3 - Raça/Cor



Fonte: Elaboração própria

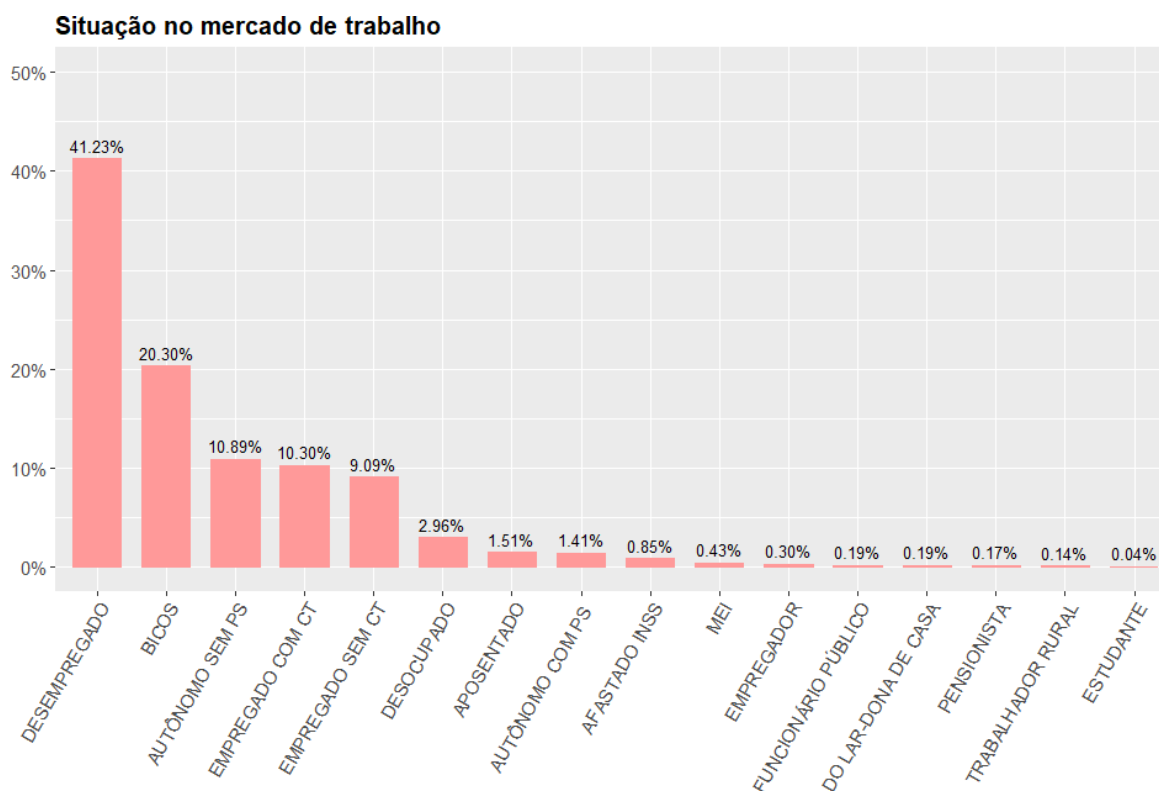
5.1.4. Inserção no mercado de trabalho

O gráfico 4, "Exerce atividade remunerada", mostra que mais da metade dos ex-detentos (52,74%) exercem alguma atividade remunerada, seja formal ou informal. Por outro lado, 47,26% dos participantes do programa não estão trabalhando. Esse número pode ser considerado alto para um programa que busca promover a inclusão social de homens e mulheres egressos do sistema prisional, já que o emprego é um fator importante para a reintegração dessas pessoas à sociedade, prevenindo assim sua reincidência no crime e retorno ao sistema prisional.

Gráfico 4 - Exerce atividade remunerada?

Fonte: Elaboração própria

No gráfico 5, "Situação no mercado de trabalho", temos uma visão mais apurada da inserção dos ex-detentos no mercado de trabalho. Percebe-se que há uma alta taxa de indivíduos que relataram estar desempregados, com 40,23% do total, seguido por egressos que trabalham esporadicamente, nos chamados "bicos", com uma taxa de 20,30%. A taxa de empregados com carteira assinada representa um pouco mais da metade da taxa anterior, ou seja, 10,30%. É interessante notar essa baixa taxa de inscritos que possuem emprego com carteira assinada, uma vez que um dos requisitos mencionados no artigo 114 para a progressão da pena de acordo com a Lei de Execução Penal é ter um emprego com carteira assinada.

Gráfico 5 - Situação no Mercado de trabalho

Fonte: Elaboração própria

No gráfico 6, é possível observar se as atividades em que as pessoas estão inseridas são de caráter formal ou informal. Entre os trabalhadores formais, consideramos os empregados com carteira assinada, autônomos com previdência social, empregadores, funcionários públicos e microempreendedores individuais (MEIs). Entre os trabalhadores informais, consideramos os que fazem trabalhos esporádicos, conhecidos como "bicos", os empregados sem carteira de trabalho assinada, trabalhadores rurais e os autônomos sem previdência social.

É importante destacar esta divisão entre os trabalhadores egressos do sistema prisional, uma vez que os trabalhadores formais têm uma maior gama de direitos assegurados por lei, principalmente os trabalhadores com carteira assinada que são protegidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.⁹

Os dados mostram que, considerando apenas aqueles que estão inseridos de alguma forma no mercado de trabalho, 76,81% dos ex-detentos

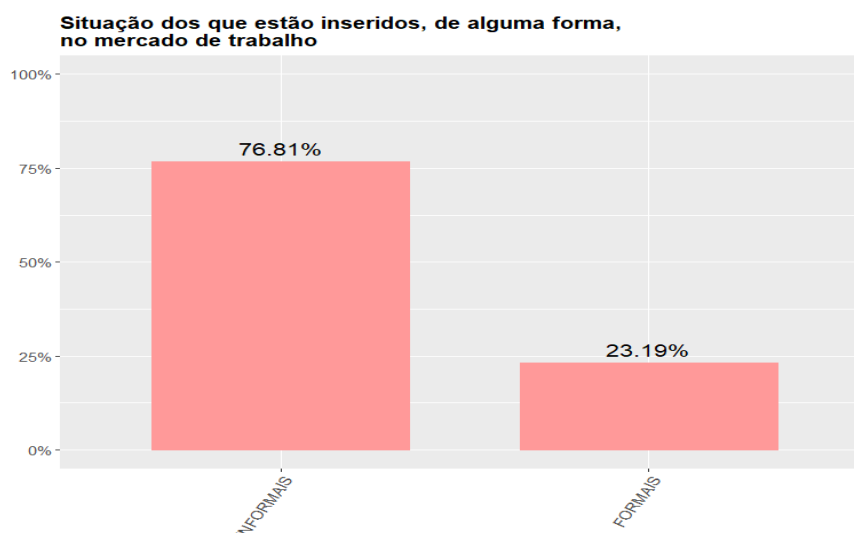
⁹ DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943.

estão em atividades informais, enquanto apenas 23,19% estão em atividades formais. Essa é uma quantidade enorme de trabalhadores em atividades informais, quase 80% dos inscritos no PrEsP no período analisado.

As atividades informais no mercado de trabalho são uma realidade para esses egressos que muitas vezes não dispõem de qualificação adequada, sofrem com o preconceito por serem egressos, entre outros marcadores sociais que de alguma forma impedem sua inserção no mercado formal de trabalho. Entretanto, parece que esse fenômeno no mercado de trabalho não ocorre apenas com os egressos do sistema prisional. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, referente ao 4º trimestre de 2022 e divulgada pelo IBGE, a população sem carteira assinada chega a 38,8% de trabalhadores informais de uma população de 84,4 milhões de trabalhadores considerados ocupados, ou seja, exercem alguma atividade remunerada, de acordo com o IBGE. Isso representa cerca de 32,7 milhões de trabalhadores informais no país.

Esses resultados da pesquisa do IBGE podem ser um reflexo das mudanças referentes à Reforma Trabalhista, implementada no Brasil em 2017, que trouxe mudanças significativas na legislação trabalhista brasileira, impactando diretamente os direitos dos trabalhadores. As alterações na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) afetaram as relações contratuais de trabalho, com maior flexibilização e precarização dos empregos, intensificando o trabalho informal.

Gráfico 6 - Situação dos que estão inseridos, de alguma forma, no mercado de trabalho



Fonte: Elaboração própria

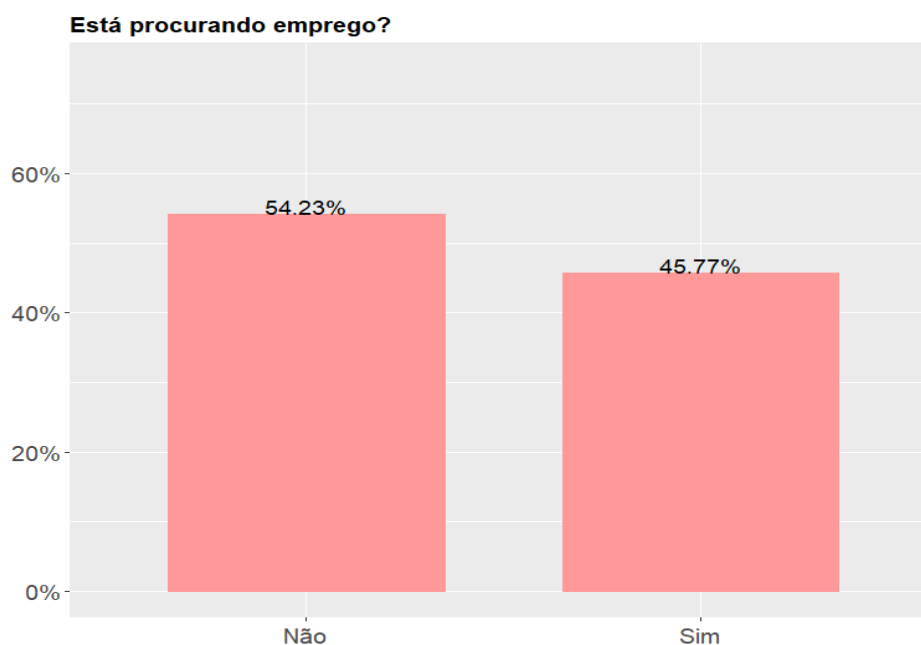
5.1.5. Procura do emprego

No gráfico 7, consta que 54,23% dos trabalhadores estão buscando emprego, enquanto 45,77% não estão. Entre aqueles que estão buscando, 41,23% estão desempregados, conforme apresentado no gráfico "Situação no mercado de trabalho". Isso indica que ainda há 13% dos egressos entrevistados que, mesmo estando empregados em atividades remuneradas, possivelmente informais, como "bicos", continuam procurando por outro trabalho, possivelmente formal, com carteira assinada. Essa situação sugere que eles buscam uma posição melhor no mercado de trabalho.

A busca por uma melhor posição no mercado de trabalho pode ser explicada pelo fato de que muitos dos egressos que participam do programa possuem baixa qualificação profissional e, por consequência, acabam ocupando postos de trabalho precários e mal remunerados. Além disso, a falta de estabilidade e segurança no trabalho informal pode levar esses indivíduos a continuarem buscando novas oportunidades de emprego. É importante ressaltar que a busca por uma melhor posição no mercado de trabalho não é fácil e muitas vezes esses egressos enfrentam dificuldades para encontrar um emprego formal que atenda às suas expectativas e necessidades financeiras. Ainda assim, a persistência na busca por uma posição melhor no mercado de

trabalho demonstra uma vontade de crescer e se desenvolver profissionalmente, o que pode contribuir para a reinserção desses indivíduos na sociedade.

Gráfico 7 - Está procurando emprego?



Fonte: Elaboração própria

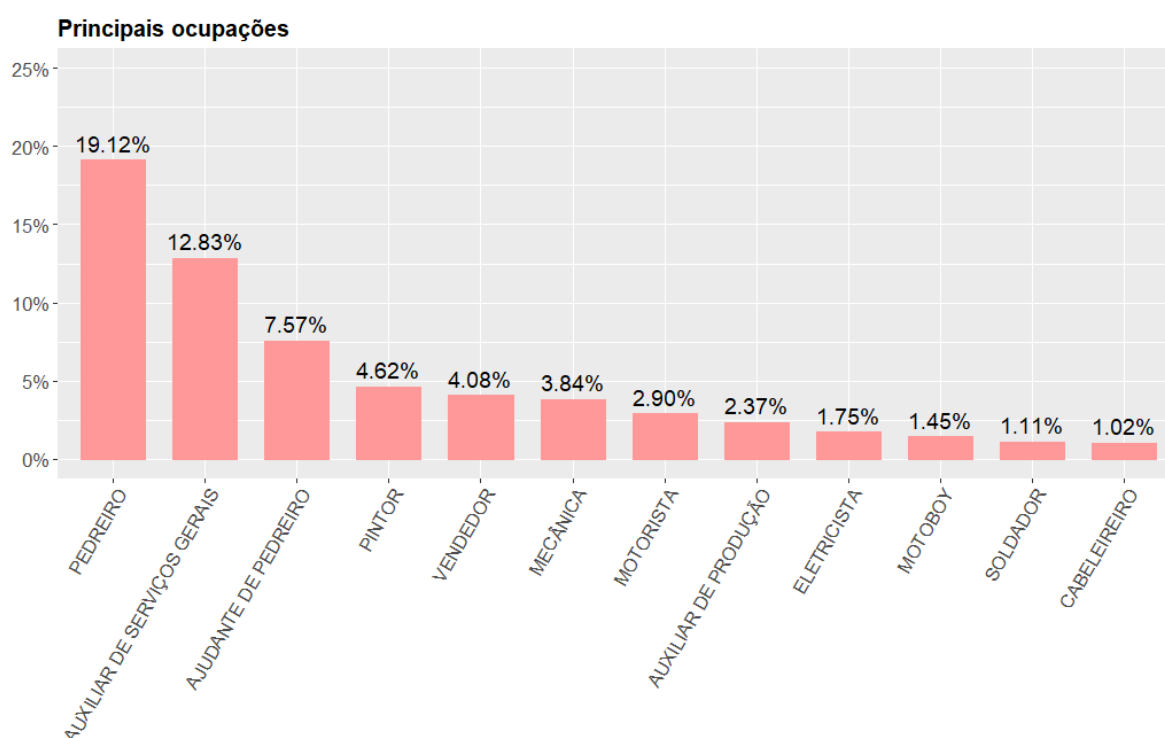
5.1.6. Principais ocupações

No gráfico 8, podem-se observar as principais ocupações dos egressos inscritos no PrEsP. Entre elas, destacam-se os pedreiros, representando 19,12% dos trabalhadores, seguidos pelos auxiliares de serviços gerais, com 12,83%, ajudantes de pedreiro, com 7,57%, e pintores, com 4,62%. É importante notar que a maioria dessas ocupações exige apenas nível escolar básico ou médio, podendo ser profissionalizadas por meio de cursos técnicos ou, em alguns casos, sem necessidade de qualificação formal. Entretanto, tais atividades costumam ter pouco prestígio no mercado de trabalho brasileiro, o que resulta em baixos salários para esses profissionais.

Além disso, é possível perceber que as principais ocupações dos egressos inscritos no PrEsP estão relacionadas ao setor de construção civil, o que reflete uma maior aceitação por esse tipo de trabalhador nesse setor. No

entanto, esse setor é altamente vulnerável a crises econômicas e oscilações do mercado, o que pode comprometer a estabilidade financeira desses trabalhadores. Por outro lado, é importante destacar que o PrEsP oferece aos egressos a possibilidade de acesso a cursos técnicos e profissionalizantes, o que pode aumentar suas chances de conseguir empregos em áreas mais valorizadas e com melhores salários.

Gráfico 8 - Principais ocupações



Fonte: Elaboração própria

5.1.7. Remuneração segundo sexo

O gráfico 9 apresenta a mediana de renda do sexo feminino de R\$ 1.000,00, enquanto a média para pessoas do sexo feminino está um pouco acima de R\$ 750,00. Por outro lado, para os egressos do sexo masculino, a mediana está em R\$ 1.250,00, e sua média confirma esse valor.

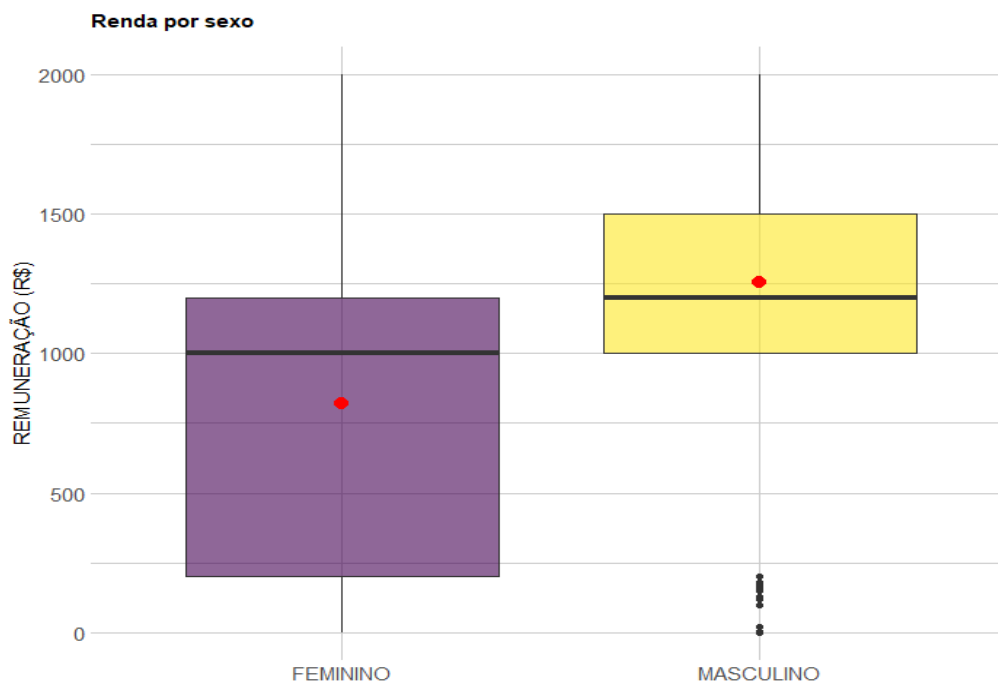
Isso significa que a mediana de renda é cerca de R\$ 250,00 maior para o sexo masculino em comparação ao feminino, e a média é cerca de R\$ 450,00

maior. Esses dados indicam que as trabalhadoras do sexo feminino são remuneradas de forma inferior aos trabalhadores do sexo masculino no mercado de trabalho. No entanto, os dados analisados não permitem concluir se essas mulheres são discriminadas por receberem salários menores do que os homens nas mesmas ocupações.

É importante destacar que uma grande parte dos declarantes do sexo masculino informou receber menos de R\$ 250,00. O que pode significar, possivelmente, a atuação desses indivíduos apenas em trabalhos esporádicos.

Além disso, é possível observar uma disparidade entre os valores máximos de renda de homens e mulheres no PrEsP. Enquanto a maior renda declarada por uma mulher foi menor que R\$ 1.250,00, a maior renda declarada por um homem foi de R\$ 1.500,00. Outra diferença entre os sexos é uma maior concentração de homens que recebem entre R\$ 1.000,00 e R\$ 1.500,00, já entre as mulheres há uma dispersão maior entre os salários recebidos, sendo que $\frac{1}{4}$ delas recebe até R\$ 500,00 mensais.

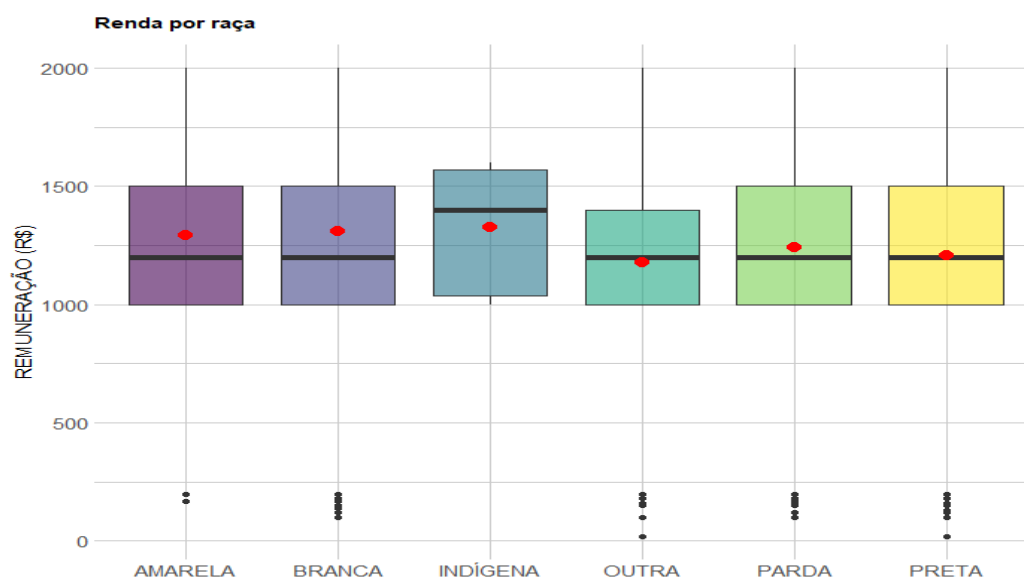
Essas diferenças sugerem que, mesmo entre os egressos do sistema prisional que conseguem ingressar no mercado de trabalho, os homens têm acesso a oportunidades de emprego mais valorizadas e melhor remuneradas do que as mulheres. Esse cenário pode refletir tanto a desigualdade estrutural de gênero no mercado de trabalho quanto à persistência de estereótipos e preconceitos em relação às mulheres egressas do sistema prisional. Além disso, é importante ressaltar que a informação de renda pode ser afetada por diversos fatores, como a presença de atividades informais ou a falta de clareza na definição do que é considerado como renda.

Gráfico 9 - Renda por sexo

Fonte: Elaboração própria

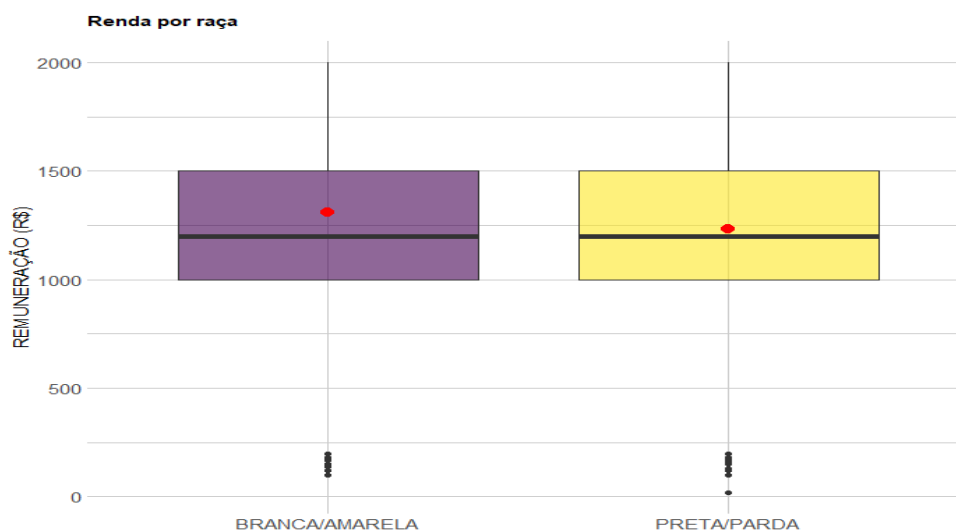
5.1.8. Remuneração segundo raça/cor

Para a análise da remuneração de acordo com raça/cor, o gráfico de *boxplot* 10 "Renda por raça/cor" apresenta uma interessante semelhança na mediana dos que se declararam "amarelos", "brancos", "pardos" e "pretos". No entanto, a média revela que os amarelos e brancos apresentam uma renda ligeiramente maior do que pardos e pretos, com uma diferença de aproximadamente R\$ 300,00 entre os grupos.

Gráfico 10 - Renda por raça/cor

Fonte: Elaboração própria

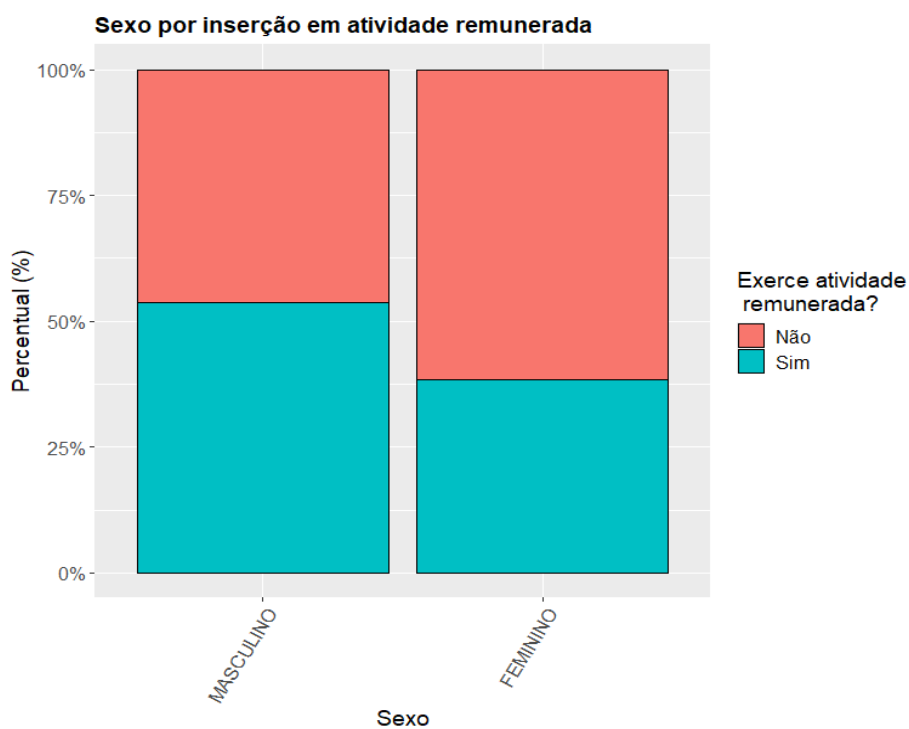
É importante destacar que uma grande parte dos entrevistados declarou receber menos de R\$ 250,00, independentemente de sua raça/cor. No gráfico 10.1, pode-se observar tanto a semelhança de renda entre os indivíduos quanto a grande quantidade de egressos que relataram ter uma renda inferior a R\$ 250,00, independentemente de sua classificação por raça/cor.

Gráfico 11 - Renda por raça/cor

Fonte: Elaboração própria

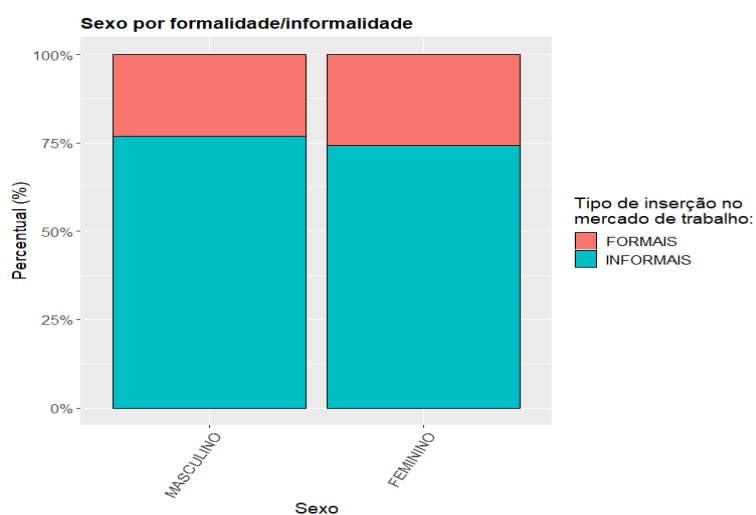
5.1.9. Sexo por inserção em atividades remuneradas

O gráfico 12 mostra uma diferença significativa na inserção no mercado de trabalho entre homens e mulheres, com 54% dos homens exercendo atividades remuneradas, formais ou não, contra apenas 39% de mulheres. Essa disparidade indica que, nesta população de egressos, o sexo influencia na inserção no mercado de trabalho.

Gráfico 12 - Sexo por inserção em atividade remunerada

Fonte: Elaboração própria

Já o gráfico 13 apresenta a distribuição de trabalhadores por tipo de trabalho (formal ou informal) e gênero. Observa-se que a maioria dos trabalhadores, tanto homens quanto mulheres, estão em ocupações informais, com uma leve superioridade entre os homens, que representam pouco mais de 75% dos trabalhadores do mercado informal. É importante ressaltar que o trabalho informal geralmente oferece menos proteção social e menos oportunidades de ascensão profissional do que o trabalho formal. Esses dados apontam para o PrEsP a necessidade de incentivar a formalização do trabalho e melhorar a inserção das mulheres no mercado de trabalho.

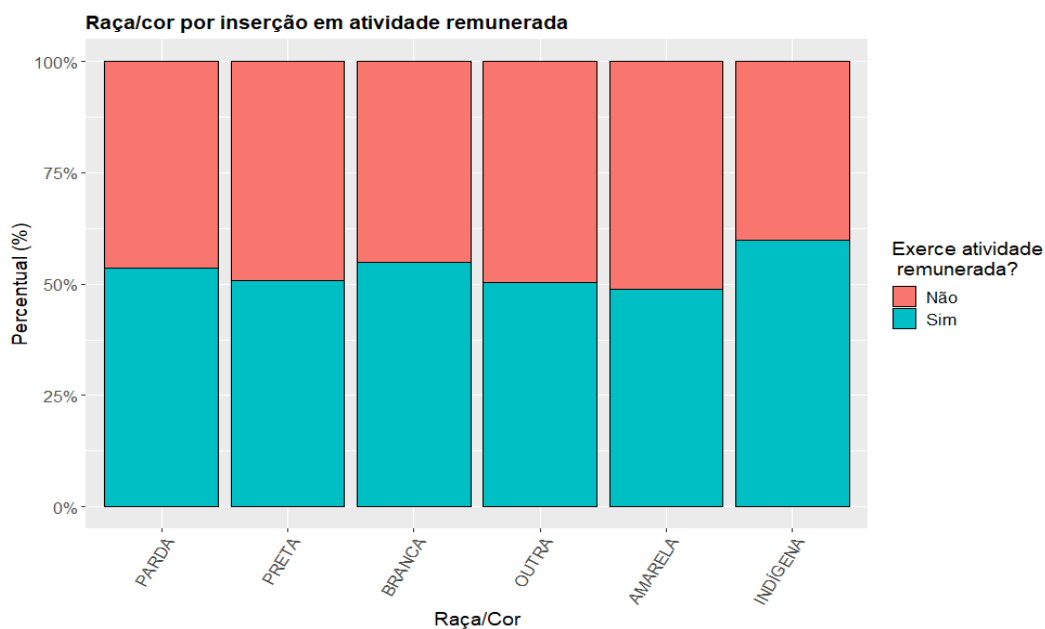
Gráfico 13 - Sexo por formalidade/informalidade

Fonte: Elaboração própria

5.1.10. Raça/cor por inserção em atividades remuneradas

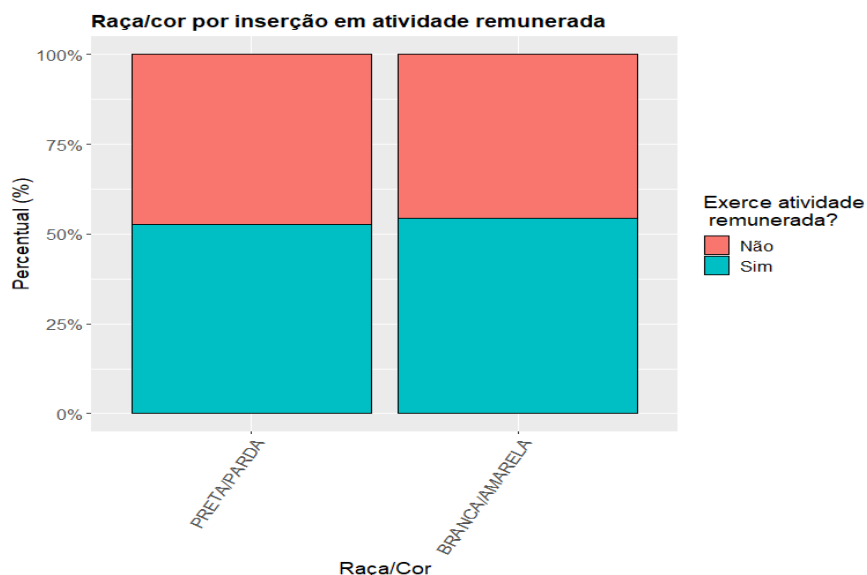
O gráfico 14 apresenta os dados referentes à inserção em atividades remuneradas de acordo com a raça/cor dos egressos participantes do programa. Observa-se certa igualdade entre os grupos, com 50% dos declarantes pretos em atividades remuneradas, 53.7% de pardos, 54.9% de brancos e 48.9% de declarantes amarelos.

Gráfico 14 - Raça/cor por inserção em atividade remunerada



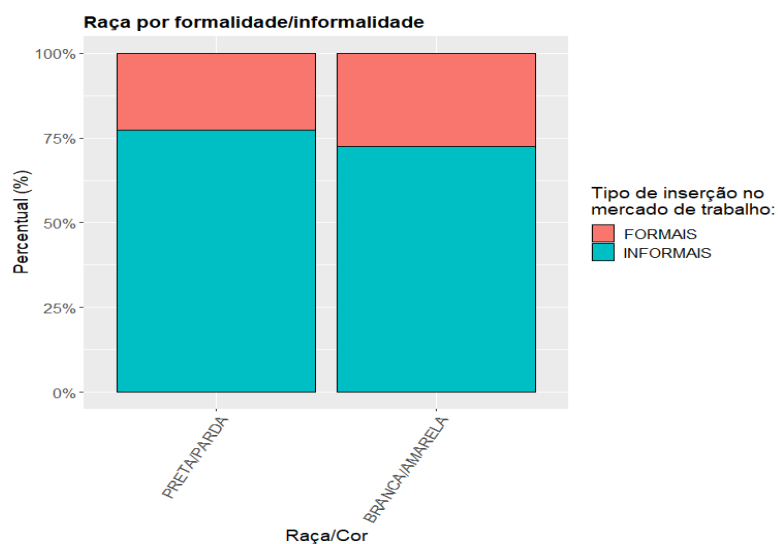
Fonte: Elaboração própria

No gráfico 15 é possível visualizar melhor essa igualdade ao agrupar brancos e amarelos em um mesmo grupo e pretos e pardos em outro. Já no gráfico 16 é possível comparar esses mesmos grupos quanto à formalidade/informalidade das atividades remuneradas. Verifica-se que o percentual de ocupantes de trabalhos informais é bastante alto para os dois grupos, com mais de 75% para o grupo preto/pardo.

Gráfico 15 - Raça/cor por inserção em atividade remunerada

Fonte: Elaboração própria

Esses dados indicam que a maioria dos egressos do sistema prisional inscritos no PrEsP, independentemente de sua raça/cor, está inserida em trabalhos informais, que oferecem menos proteção social e menos oportunidades de ascensão profissional do que o trabalho formal. É importante destacar que a informalidade pode ser um fator que contribui para a vulnerabilidade social e a reincidência criminal desses indivíduos.

Gráfico 16 - Raça/cor por formalidade/informalidade

Fonte: Elaboração própria

5.2. Modelagem estatística: o modelo e a hipótese de pesquisa

Nesta seção, faremos uma análise mais robusta para testar nossa primeira hipótese de pesquisa. Inspirada no trabalho de Devah Pager (2007), a hipótese parte da premissa de que sexo e raça/cor são fatores fundamentais para entender como ocorre a (re) inserção dos egressos do sistema prisional no mercado de trabalho brasileiro. De forma similar ao que foi observado nos Estados Unidos, espera-se que egressos do sexo masculino e brancos tenham mais êxito em sua (re) inserção no mercado de trabalho brasileiro.

Hipótese nula: não existem diferenças nas chances entre egressas mulheres e egressos homens e entre egressos pretos e egressos brancos se inserirem no mercado de trabalho.

Hipótese alternativa: há diferenças nas chances entre egressas mulheres e egressos homens e entre egressos pretos e egressos brancos se inserirem no mercado de trabalho.

Para testar essa hipótese, utilizamos de um modelo de regressão em que a variável dependente (resultado) é se o egresso “exerce alguma atividade remunerada ou não”. Como essa é uma variável binária (sim ou não), o modelo utilizado é adequado para este tipo de análise. Além da variável raça/cor e sexo, que são nossos principais interesses, utilizamos mais algumas variáveis de controle, como idade, escolaridade, religião, ter ou não filho e possuir deficiência. Todas essas variáveis de controle podem ter impacto direto ou indireto sobre as chances de uma pessoa se inserir no mercado de trabalho.

O modelo de regressão logística pode ser representado da seguinte forma, Em que β_0 é o intercepto e ϵ é o erro do modelo:

$$\text{exerce atividade remunerada} \sim \beta_0 + (\text{idade}) + (\text{sexo}) + (\text{raça}) + (\text{escolaridade}) + (\text{religião}) + (\text{deficiência}) + (\text{filho}) + \epsilon$$

Para rodar o modelo usamos o banco do PrEsP de 2018. A escolha por este banco se deu, pelo fato da menor ocorrência de *missings* nas variáveis usadas no modelo.

5.2.1. Testando o efeito de raça e gênero

Os resultados do modelo nos permitem rejeitar a hipótese nula de que não haveria diferenças nas chances entre egressas mulheres e egressos homens e entre egressos pretos e egressos brancos se inserirem no mercado de trabalho. Como se vê na tabela 12 abaixo, considerando um nível de significância de 0.05 (5%), egressos pretos têm 15% menos chances de estarem inseridos no mercado de trabalho do que egressos brancos. Os coeficientes para pardos, amarelos e outros não apresentaram significância. Já quando olhamos para o sexo, as diferenças nas chances são ainda maiores. Egressos do sexo masculino têm 102,5% mais chances de estarem inseridos no mercado de trabalho do que egressos do sexo feminino - considerando um nível de significância de 5%.

Esses resultados corroboram nossa hipótese de pesquisa, que afirma existir uma desigualdade nas chances entre homens e mulheres e entre pretos e brancos se inserirem no mercado de trabalho.

Os resultados do modelo também nos permite entender o impacto de outras variáveis sobre as chances dos egressos exercerem alguma atividade remunerada. Em relação à variável educação, egressos que possuem ensino fundamental incompleto ou completo ou ensino médio incompleto têm 92,5% mais chances de estarem exercendo alguma atividade remunerada do que egressos analfabetos. Egressos com ensino médio completo têm 167,1% mais chances e egressos com superior incompleto ou mais têm 238,1% mais chances de estarem inseridos no mercado de trabalho.

Em termos de religião, os evangélicos têm 14,8% menos chances de estarem exercendo atividade remunerada do que católicos. Já os sem religião têm 25% menos chances. O coeficiente para a variável Outra Religião não deu significativo.

Os evangélicos costumam vir de grupos mais pobres da população. E mesmo com uma rede de apoio formada pelos fiéis da mesma igreja, eles têm menos chances de encontrarem um trabalho remunerado do que os católicos.

Egressos que não possuem filhos têm 24,9% menos chances de estarem inseridos no mercado de trabalho do que aqueles que possuem filhos, possivelmente devido ao fato de empregadores pensarem que pessoas com famílias e filhos são mais responsáveis que pessoas solteiras e sem filhos. Egressos com algum tipo de deficiência têm 40,2% menos chances de estarem inseridos no mercado de trabalho do que egressos que não têm nenhum tipo de deficiência.

Tabela 12 - Resultados do modelo de regressão logística

Variável	Std.error	Odds Ratio
Intercepto	0,218	0,404** *
Idade	0,003	0,998
Amarela (Ref: Branca)	0,184	0,845
Outra (Ref: Branca)	0,073	0,855
Parda (Ref: Branca)	0,078	0,971
Preta (Ref: Branca)	0,061	0,851*
Masculino (Ref: Feminino)	0,095	2,025** *
Fundamental incompleto ou completo e Médio incompleto (Ref: Analfabeto)	0,156	1,925** *
Médio completo (Ref: Analfabeto)	0,168	2,671** *
Superior incompleto ou mais (Ref: Analfabeto)	0,211	3,381** *
Evangélica (Ref: Católico)	0,057	0,852**
Outra (Ref: Católico)	0,110	0,870
Sem religião (Ref: Católico)	0,067	0,750** *

Variável	Std.error	Odds Ratio
Sem filho (Ref: tem filho)	0,051	0,751** *
Com deficiência (Ref: sem deficiência)	0,153	0,598** *

Significância: 0 '****' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

Neste trabalho estamos considerando uma significância de 0.05.

Fonte: Elaboração própria

Contudo, esse capítulo demonstrou em um primeiro momento, através do uso do banco de dados de inscritos no PrEsP - Programa de Inclusão de Egressos do Sistema Prisional - para os anos 2017, 2018, 2019 e 2020, o acúmulo de dificuldades que a passagem pelo sistema prisional leva para a vida de um trabalhador, deixando-o, na maioria das vezes, a margem do mercado de trabalho formal, tendo que optar por trabalhos pouco valorizados, sem direitos trabalhistas e temporários para se sustentarem e sustentarem suas famílias. Isso quando conseguem algum trabalho.

Em um segundo momento, utilizamos o banco de dados de inscritos no PrEsP para o ano de 2018 para confirmar a hipótese primeira desta pesquisa, baseado no trabalho de Devah Pager (2007). O resultado da regressão logística apresentou-se de forma a corroborar essa hipótese, ou seja, alguns grupos sociais têm maiores dificuldades de se inserirem no mercado de trabalho do que outros, como pessoas pretas, mulheres e deficientes.

No próximo capítulo, apresentaremos as conclusões desta tese, que aborda o mercado de trabalho para egressos do sistema prisional.

6. Considerações Finais

Essa tese de doutorado aborda a relação entre o mercado de trabalho e os egressos do sistema prisional. Para isso, a pesquisa se dividiu em três etapas: uma pesquisa bibliográfica da literatura nacional e internacional sobre o tema, uma análise descritiva socio métrica e da história profissional dos egressos do sistema prisional que foram entrevistados durante a pesquisa de campo e, por fim, uma análise estatística dos bancos de dados fornecidos pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP) com informações sobre os egressos inscritos no Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional (PrEsP).

A introdução apresenta as perguntas de pesquisa e quatro hipóteses que foram investigadas neste trabalho e que serão discutidas na conclusão. Relembrando as principais perguntas de pesquisa:

1. Quais fatores socioeconômicos são fundamentais para o (in)sucesso dos egressos do sistema prisional na busca por um trabalho?
2. Como estão estruturadas as redes sociais desses egressos de modo a contribuir para a compreensão acerca do (in) sucesso da busca por emprego e reinserção no mercado de trabalho?

Após a introdução, os capítulos 2 e 3 apresentam uma análise da literatura pertinente ao assunto, com o objetivo de justificar as principais perguntas desta pesquisa e elaborar suas hipóteses.

O capítulo 2 é dividido em duas seções. Na primeira, são apresentados os aspectos sócio-históricos do surgimento e funcionamento dos mercados, utilizando como base as análises de três importantes teóricos da sociologia econômica: Max Weber, Durkheim e Karl Polanyi. Na segunda seção, é abordado o tema da empregabilidade sob a ótica da nova sociologia econômica e estudos sobre o mercado de trabalho. Nessa seção, são destacados estudos que discutem os limites e possibilidades dessa nova sociologia econômica nos estudos sobre o mercado de trabalho e o desemprego. Também são apresentados trabalhos que associam o tema empregabilidade à ação racional,

ou seja, às decisões de indivíduos que buscam uma oportunidade de trabalho e de empregadores que decidem quem contratar. Além disso, é discutido como são os discursos acadêmicos e não acadêmicos sobre a definição do termo empregabilidade. Por fim, são apresentados trabalhos que demonstram como variáveis como capital humano, capital cultural e capital social são importantes determinantes para a compreensão do tema empregabilidade.

O capítulo 3 está dividido em cinco seções. A primeira apresenta uma breve introdução sobre o tema do mercado de trabalho para egressos do sistema prisional. Na segunda seção, busca-se apresentar a percepção que os pesquisadores têm sobre a realidade social dos egressos do sistema de justiça criminal. A terceira seção exibe uma análise de trabalhos em que as pesquisas focam nos processos de busca por trabalho por parte desses egressos quando possuem fichas criminais. Na quarta seção, apresentam-se estudos que demonstram como é o processo decisório dos empregadores ao empregarem (ou não) egressos do sistema prisional. Na última seção, exponho alguns estudos de caso sobre como ocorre à intermediação entre os egressos e o mercado de trabalho.

No capítulo 4, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com indivíduos egressos para que, através de um modelo de análise de suas trajetórias profissionais, fosse possível compreender, sobretudo, como eram formadas suas redes de relações pessoais, que também foram captadas, demonstradas e analisadas no capítulo.

Com os resultados e análises obtidos no capítulo 4, podemos concluir que, para o grupo analisado na pesquisa, as hipóteses 2, 3 e 4, descritas novamente abaixo, podem ser assim analisadas:

Hipótese 2: Em relação às redes pessoais dos egressos do sistema prisional, a hipótese é que os chamados laços fortes são mais importantes para que o egresso do sistema prisional consiga uma oportunidade no mercado de trabalho do que os chamados laços fracos, uma vez que as redes sociais na qual esse egresso pode fazer parte (parentes, vizinhos, amigos da comunidade) estão mais interessados na reinserção no mercado de trabalho para esse indivíduo, pois a comunidade também se beneficiará socioeconomicamente. Os laços fracos somente serão mais efetivos se existirem programas governamentais que facilitem o acesso ao emprego a esses indivíduos através da entrada de novos membros nas redes sociais destes egressos.

Em relação à hipótese 2, os resultados demonstram que as redes pessoais dos egressos do sistema prisional analisados mostram que essas redes são formadas quase que exclusivamente por laços fortes. Desse modo, com a quase total ausência de laços fracos, as informações sobre oportunidades de trabalho para aqueles que não estão empregados ou não possuem um trabalho são mais escassas.

Entretanto, esses laços fortes presentes em todas as redes pessoais analisadas indicam que, apesar da falta de novas informações e oportunidades, eles funcionam como um forte ponto de apoio social e moral para os egressos, ajudando a evitar o retorno ao sistema prisional e a obter algum trabalho, mesmo que seja esporádico, de baixo status social, com baixa remuneração e muitas vezes informal.

Assim, em contraponto à análise de Mark Granovetter, os resultados desta tese indicam que os laços fortes são mais efetivos do que os laços fracos para essa população em particular. No entanto, os laços fracos podem ser mais efetivos em casos em que o egresso do sistema prisional participa de programas, projetos ou políticas públicas governamentais que o auxiliem a se (re) inserir no mercado de trabalho.

Para aumentar as taxas de sucesso desses indivíduos no mercado de trabalho, uma das opções dos gestores de políticas públicas é utilizar o modelo norte-americano que propõe o uso de intermediadores entre o egresso e o empregador. Esse intermediador funciona como um setor de recursos humanos para empresas, principalmente útil para empresas pequenas que não possuem esse setor. O intermediador também é útil para o trabalhador egresso, pois tende a levar mais confiança para a relação entre empregado e empregador. Isso ocorre porque os empregadores costumam ter receio de contratar um novo empregado devido aos custos trabalhistas e de treinamento, preferindo contratar indivíduos que nunca tiveram passagem pelo sistema de justiça criminal.

Hipótese 3: O tipo de mercado de trabalho que se apresenta para os egressos do sistema prisional é, sobretudo, marcado por funcionar de forma personalista, diferentemente do que ensina Max Weber (1991). Assim, variáveis como fraternidade e amizade são importantes nas redes de relações que formam esses mercados. Em outras palavras, as redes de empregabilidade dos egressos onde circulam informações

e recursos que os ajudam a ingressarem no mercado de trabalho não são marcadas pela impessoalidade e racionalidade no sentido weberiano das relações sociais. Desse modo, o que explica a ineficiência dessas redes são as limitações em termos socioeconômicos dos seus integrantes, que por sua vez, influenciam na composição e alcance dessa rede, no tipo de informação e recursos que circulam (no caso do mercado de trabalho serão informações e oportunidades de emprego de baixo status social e remuneração).

De forma semelhante, a hipótese 3 pode ser comprovada da seguinte forma: como a quase totalidade das redes pessoais demonstradas no capítulo 4 é formada por laços fortes, em que as relações sociais desses egressos são quase que exclusivamente com familiares e amigos de longa data, o mercado de trabalho que se apresenta para esses egressos funciona de forma personalista. Em outras palavras, esses indivíduos, ao procurarem emprego, acabam buscando oportunidades de (re) inserção no mercado de trabalho em suas comunidades, em seus próprios bairros, nas regiões onde residem. Essas oportunidades, como demonstrado nas análises das trajetórias profissionais desses indivíduos, são muitas vezes baseadas em amizade e relações fraternas, em vez de uma verificação de suas habilidades ou formação para a obtenção de um trabalho, o que seria comum em um mercado de trabalho impessoal. Por isso, as entrevistas demonstraram que os trabalhos obtidos por esses egressos são quase sempre informais, de baixa remuneração e sem direitos trabalhistas.

Hipótese 4: Com base na teoria da racionalidade limitada de March e Simon (1958), os egressos do sistema prisional tendem a buscar empregos através de decisões já rotinizadas, mesmo que essas decisões não tenham tido sucesso em buscas anteriores por emprego. Além disso, o trabalho encontrado muitas vezes tem baixa remuneração e falta de direitos trabalhistas. Isso ocorre principalmente devido às limitações socioeconômicas que esses indivíduos enfrentam, como a pobreza e a necessidade imediata de encontrar um emprego, o que os impede de dedicar tempo e recursos para elaborar novas soluções que possam resultar em empregos melhores.

O capítulo 4 também pode ser utilizado na abordagem e confirmação da hipótese 4, lembrando que essas hipóteses foram testadas apenas para esse grupo estudado nesta Tese. De acordo com as análises das entrevistas, as decisões tomadas por esses indivíduos para conseguirem um trabalho são

rotinizadas, ou seja, sempre seguem um mesmo modo de operação há anos, seja pelo apoio de ONGs, ou do PrEsP, seja pela indicação de familiares e amigos. Assim, por falta, muitas vezes, de condições financeiras para aperfeiçoarem-se profissionalmente, ou melhorarem sua abordagem pessoal junto aos empregadores, esses trabalhadores egressos não conseguem elaborar novas soluções para conseguirem novos e melhores oportunidades de trabalho.

Uma solução possível para se aumentar as opções sobre a atuação no mercado de trabalho para esse grupo específico de trabalhadores e demais trabalhadores das classes mais pobre é a utilização de programas de microcréditos que podem contribuir para o crescimento e sofisticação do mercado de trabalho local, especialmente em comunidades mais pobres, onde se encontram a grande maioria dos egressos do sistema prisional. Um exemplo de programa de microcrédito exitoso é o programa CrediAmigo do Banco do Nordeste (BNB), analisado em um estudo de caso por Higgins e Neves.

De acordo com o Higgins e Neves (2015), o programa CrediAmigo do BNB atuou para financiar a “população de baixa renda que sobrevive no setor informal da economia” através de 314 unidades de atendimento presente em 1.878 municípios brasileiros, principalmente no Nordeste, sendo apenas 24 fora dessa região.

Segundo Higgins e Neves (2015), o relativo sucesso do programa pode ser explicado devido ao seu desenho institucional, em que um corpo burocrático profissional formado pelos funcionários de carreira do banco, que através do insulamento burocrático do BNB protegendo-o frente aos agentes privados atuantes no mercado; e a parceria com a Oscip, Instituto Nordeste Cidadania (INEC) criado pelo próprio BNB, que atua como um *alter ego* burocrático deste Banco, o que lhe permite uma maior flexibilidade de atuação, diferente das limitações de seus próprios funcionários de carreira.

Segundo Varella, Parente e Faheina (2017), o programa contribuiu para a superação da pobreza dos beneficiários. Os resultados mostraram que entre 50% e 60% dos indivíduos que contraíram crédito pelo programa superaram as linhas de pobreza praticadas no Brasil. O programa também aumentou a velocidade desta superação, pois indivíduos com mais de cinco anos no programa elevaram suas chances de sair da pobreza entre 36% e 41%.

Voltando a hipótese 1 desta tese temos:

Hipótese 1: Com base na leitura de Devah Pager (2007), sexo e cor/raça também são fatores fundamentais para a compreensão de como ocorre a (re) inserção dos egressos do sistema prisional no mercado de trabalho brasileiro. A hipótese é que indivíduos de cor/raça branca e do sexo masculino terão mais chances de se reinserirem no mercado de trabalho do que indivíduos de cor/raça negra e do sexo feminino.

O capítulo 5 analisa o impacto de fatores sociodemográficos sobre as oportunidades de (re) inserção dos egressos do sistema prisional no mercado de trabalho legal. Inicialmente realizei uma análise descritiva, a partir dos dados do PrEsP - Programa de Inclusão de Egressos do Sistema Prisional - para os anos 2017, 2018, 2019 e 2020 do governo do estado de Minas Gerais, posteriormente faço uso de um modelo de regressão logística para testar de maneira mais robusta a primeira hipótese de pesquisa.

Os resultados da regressão logística corroboram a primeira hipótese de pesquisa, que afirma existir uma desigualdade nas chances entre homens e mulheres e entre pretos e brancos se inserirem no mercado de trabalho. Em outras palavras, algumas características sociais dos indivíduos, somadas ao fato de serem egressos do sistema prisional, dificultam sua inserção no mercado de trabalho, numa espécie de reforço de acúmulo de desvantagens como demonstrado pelos autores Sampson e Laub (1997).

Em síntese, esta tese de doutorado em sociologia traz uma análise descritiva aprofundada das experiências de indivíduos que saíram da prisão e buscam se reinserir na sociedade por meio do trabalho. O estudo levanta questões relevantes sobre os desafios que esses egressos enfrentam para encontrar empregos e serem aceitos no mercado de trabalho. Embora não tenha tido intenção inferencial, seus resultados podem ser de grande importância para orientar futuras pesquisas sobre a relação entre o sistema prisional e o mercado de trabalho, bem como para o desenvolvimento de políticas públicas e estratégias empresariais que promovam a inclusão e a igualdade de oportunidades para egressos do sistema prisional.

7. Referências Bibliográficas

ALBERTO, Maria Angélica. A Noção de Empregabilidade: Origens e Usos. Trabalho & Educação – vol.14, nº 2 – Jul / Dez – 2005.

ALVES-MAZZOTTI, Alda J.; GEWANDSZNAJDER, Fernando. O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

ANDRADE, Pereira Andrade. Neoliberalismo: Crise econômica, crise de representatividade democrática e reforço de governamentalidade. Novos estudos, CEBRAP. SÃO PAULO. 109-135. JAN.–ABR. 2019.

AULETTA, K.: 1982, The Underclass (Random House, New York).

AZEVEDO, Daniel Araujo & SOUZA, Rafaelle Lopes. A Perspectiva das Empresas na Contratação de Egressos do Sistema Prisional. Anais do 43º Encontro Anual da ANPOCS. 2019. <http://anpocs.com/index.php/encontros/papers/43-encontro-anual-da-anpocs/spg-6/spg32-1>. Acesso em 08/06/2020.

BECKER, Gary. Human capital: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education. New York: NBER/Columbia University Press, 1964.

BENSON, M. L. (2012). Crime and live course: an introduction (2nd ed.). New York: Routledge.

BERNHARDT, A., H. BOUSHEY, L. DRESSER, and C. TILLY, eds. 2008. The gloves-off economy: Workplace standards at the bottom of America's labor market. Ithaca, NY: ILR Press.

BOBO, Lawrence, Devon JOHNSON, and Susan A. SUH. 2000. Racial Attitudes and Power in the Workplace: Do the Haves Differ from the Have-Nots? Pp. 491-522 in Prismatic Metropolis: Inequality in Los Angeles, edited by Lawrence Bobo, Melvin Oliver, James Johnson Jr., and Abel Valenzuela Jr. New York: Russell Sage Foundation.

BOURDIEU, P. As formas de capital. Em J. Richardson (Ed.) Manual de Teoria e Investigação em Sociologia da Educação (New York, Greenwood), 241-258. 1986.

_____. Le capital social – notes provisoires. Actes de la Recherche en Sciences Sociales, Paris, n.31, p.2-3, jan. 1980.

_____. Reprodução cultural e reprodução social. In: MICELI S. (Org.). A economia das trocas simbólicas. 2. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1987.

_____. PASSERON, J-C. Reproduction in education, society and culture. London: Sage Publications, 1977.

BLUMSTEIN, Alfred and Kiminori NAKAMURA. 2009. Redemption in the Presences of Widespread Criminal Background Checks. *Criminology* 47(2): 327-59.

BRADBURN, N. M. 1983. "Response Effects." Pp. 289 – 328 in *Handbook of Survey Research*, edited by P. Rossi, J. Wright, and A. Anderson. New York: Academic Press.

BRASIL. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=15>. Acesso em: 22 de outubro de 2022.

BRASIL. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019. Disponível em: <http://http://www.forumseguranca.org.br/wpcontent/uploads/2019/09/Anuario-2019-FINAL-v3.pdf>. Acesso em 30 de maio de 2020.

BRASIL – GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. (2009). Programa de Reintegração Social do Egresso do Sistema Prisional (PrEsP). In: *Prevenção Social à Criminalidade: a experiência de Minas Gerais*. Belo Horizonte: [s.n], p.167-188.

BUSHWAY, Shawn D. 1998. The Impact of an Arrest on the Job Stability of Young White American Men. *Journal of Research in Crime and Delinquency* 35: 454-79.

COLEMAN, J. S. Social capital in the creation of human capital. *American Journal of Sociology*, v.94, 1988. Supplement, p.S95-S120.

_____. *Foundations of social theory*. Cambridge, MA: Belknap Press of Harvard University Press, 1994.

Council of State Governments. (2005). *Report of the Reentry Policy Council: Charting the safe and successful return of prisoners to the community*. New York: Author.

D'ARISBO, Anelise (UFRGS e IFRS) & MARTINS, Bibiana Volkmer (UFRGS). O discurso da empregabilidade e a individualização do processo de ingresso no mercado de trabalho IV Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais – Porto Alegre, RS, Brasil, 19 a 21 de Outubro de 2016.

DURKHEIM, Émile. (1984), *As regras do método sociológico*. 11 ed. São Paulo, Editora Nacional.

_____. (1975), *Sociologia e ciências sociais*, in: *A ciência social e a ação*, São Paulo, Difel, pp. 125-142 (1ª ed. 1909).

_____. (1983), Lições de sociologia: a moral, o direito e o Estado. São Paulo, T. A. Queiroz/ USP.

_____. (1995), Da divisão do trabalho social. São Paulo, Martins Fontes.

ELDER, G. H. (1985). Perspectives on life course. Ithaca, NY. Cornell University Press.

FLIGSTEIN, N. e DAUTER, L. The sociology of markets. Annual Review of Sociology, vol. 33, 2007, pp. 105-138.

FREITAS, Alexandre B. Traços brasileiros para uma análise organizacional. In: MOTTA, F. P.; CALDAS, M. (Org.). Cultura organizacional e cultura brasileira. São Paulo: Atlas, 1997.

GOTTFREDSON, M. R., & HIRSCHI, T. (1990). *A general theory of crime*. Stanford University Press.

GRANOVETTER, Mark. (1990), The old and the new Economic Sociology: a history and an agenda. In: FRIEDLAND, R. & ROBERTSON, A.F. (Eds). Beyond the marketplace: rethinking economy and society. [New York: Aldine de Gruyter, p. 89-112.

_____. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. RAE electron. Vol.6 nº 1 São Paulo Jan./June 2007.

_____. (1985), Economic action and social structure: the problem of embeddedness. American Journal of Sociology, 91(3): 481-510.

_____. (1990), The old and the new Economic Sociology: a history and an agenda. In: FRIEDLAND, R. & ROBERTSON, A.F. (Eds). Beyond the marketplace: rethinking economy and society. New York: Aldine de Gruyter, p. 89-112.

_____. (1973), The strength of weak ties. American Journal of Sociology, 78(6): 1360-1380.

_____. Getting a job: a study of contacts and careers. 2ª ed. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

GROGGER, Jeffrey. 1995. The Effect of Arrests on the Employment and Earnings of Young Men. The Quarterly Journal of Economics 110(1): 51-71.

GUIMARÃES, Nadya Araujo. Empresariando o trabalho: os agentes econômicos da intermediação de empregos, esses ilustres desconhecidos.

Dados: revista de Ciências Sociais, v.51, n.2, p.275-311, 2008.

_____. A sociologia dos mercados de trabalho, ontem e hoje. *Novos Estudos*, CEBRAP, n 85, nov. 2009, pp. 151-170.

_____. Como sair do desemprego? Laços fortes e laços fracos na procura de trabalho em São Paulo. Comunicação ao IX Congresso da Brasa — Brazilian Studies Association, Tulane University, New Orleans, USA, em 27-29 mar. 2008.

_____. A Procura de Trabalho. *Novos Estudos*. 93. Julho 2012.

HELAL, Diogo Henrique. Flexibilização organizacional e empregabilidade individual: proposição de um modelo explicativo. *Cadernos EBAPE.BR – Volume III – Número 1 – Março 2005*.

HELAL, Diogo Henrique & ROCHA, Maíra. O discurso da empregabilidade: o que pensam a academia e o mundo empresarial. *CADERNOS EBAPE. BR*, v. 9, nº 1, artigo 8, Rio de Janeiro, Mar. 2011.

HIGGINS, Silvio Salej e RIBEIRO, Antonio Carlos Andrade. *Análise de redes em Ciências Sociais – Brasília: Enap, 2018*.

Higgins, S. S., & Neves, J. A. B.. (2016). Insulamento burocrático, inserção social e políticas públicas no Brasil: o caso do CrediAmigo. *Revista De Sociologia E Política*, 24 (Rev. Sociol. Polit., 2016 24(59)), 3–23. <https://doi.org/10.1590/1678-987316245901>

INTERSEÇÕES [Rio de Janeiro] v. 18 n. 2, p. 408-430, dez. 2016 – SOUZA, SILVEIRA & SILVA, A Influência de programas de apoio a egressos do sistema prisional na redução da reentrada prisional. DOI: 10.12957/irei.2016.26575.

KALLEBERG, A. e SORENSEN, A. “The sociology of labor markets”. *Annual Review of Sociology*, vol. 5, 1979, pp. 351-79.

KANAZAWA, S. and M. C. STILL: 2000, ‘Why Men Commit Crimes (and Why They Desist)’, *Sociological Theory* 18, 434-447.

KANT DE LIMA, Roberto. Cultura jurídica e práticas policiais: a tradição inquisitorial. In: *Ensaio de antropologia e de Direito: acesso à justiça e processos institucionais de administração de conflitos e produção da verdade jurídica em uma perspectiva comparada*. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2009.

KIRK, David S.; WAKEFIELD, Sara. Collateral consequences of punishment: a critical review and path forward. *Annual Review of Criminology*, n. 0, 2018.

LAM, Helen and HARCOURT, Mark. *The Use of Criminal Record in*

Employment Decisions: The Rights of Ex-offenders, Employers and the Public. *Journal of Business Ethics* 47: 237-252, 2003.

LIKER, J. K.: 2002, Wage and Status Effects for Employment on Affective Well-being among Exfelons, *American Sociological Review* 47, 264-283. Minehan, M.: 1997, War on Crime Presents Challenges for Employers, *HRMagazine*, 184.

LOPOO, Leonard M. and Bruce WESTERN. 2005. Incarceration and the Formation and Stability of Marital Unions. *Journal of Marriage and the Family* 67(3): 721-34.

LYNCH, J. P., & SABOL, W. J. (2001). *Prisoner reentry in perspective*. Washington, DC: The Urban Institute.

MACHADO, Lucília. Educação básica, empregabilidade e competência. *Trabalho & Educação – Revista do Nete/UFMG*, Belo Horizonte, n.3, p.15-31, jan./jul. 1998.

MADEIRA, L. M. Mudanças no sistema de justiça criminal brasileiro nas duas últimas décadas: rumo a um Estado Penal? Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/279848537_Mudancas_no_Sistema_de_Justica_Criminal_Brasileiro_nas_Duas_Ultimas_Decadas_Rumo_a_um_Estado_Penal>. Acesso em: 30/05/2020.

MARCH, J.; SIMON, H. A. *Organizations*. New York: Wiley, 1958.

_____. A Teoria do equilíbrio da organização in Etzioni, Amitai (Organizador). *Organizações Complexas Estudo das organizações em face dos problemas sociais*. Ed. Atlas. 1ª Edição – São Paulo, Brasil, 1971, pp. 70 – 78.

MERTON, Robert K. 1949. Discrimination and the American Creed. Pp. 99–126 in *Discrimination and the National Welfare*, edited by Robert M. Maclver. New York: Harper and Row.

MINCER, Jacob. *Schooling, experience, and earnings*. New York: NBER/Columbia University Press, 1974.

MIZRUCHI, Mark S. *Análise De Redes Sociais: Avanços Recentes e Controvérsias Atuais*. RAE. VOL. 46. Nº3 JUL./SET. 2006.

NADER, Fernanda Milne-Jones; OLIVEIRA, Lúcia Barbosa. *Empregabilidade: uma análise histórica e crítica*. In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – EnANPAD, 31, 2007, Rio de Janeiro-RJ, Anais. Rio de Janeiro: Anpad, 2007. 1 CD-ROM.

NEVES, J. A.; FERNANDES, D. C. *Estrutura Ocupacional, Autoridade Gerencial e Determinação de Salários em Organizações Fordistas: o Caso da Indústria de Transformações no Brasil*. *Revista de Administração Contemporânea*, v.06, n.1, jan./abr. 2002.

OLIVEIRA. Sidinei Rocha & PICCININI, Valmiria Carolina. *Mercado de trabalho:*

múltiplos (des) entendimentos. rap — Rio de Janeiro 45(5):1517-538, Set./out. 2011.

PAGER, Devah. *Marked: race, crime, and finding work in an era of mass incarceration*. The University of Chicago Press, Chicago 60637 The University of Chicago Press, Ltd., London. 2007 by The University of Chicago.

PAGER, Devah and QUILLIAN, Lincoln. *Walking the Talk? What Employers Say Versus What They Do*. AMERICAN SOCIOLOGICAL REVIEW, 2005, VOL. 70 (June: 355–380).

PAIXÃO, Antônio Luiz. *Recuperar ou punir? Como o Estado trata o criminoso*. São Paulo: Cortez, 1987.

PARSONS. Talcott. *La estructura de la acción social*. Madri: Guadarrama, 1968.

PASTORE, José. *Trabalho para ex-infratores*. São Paulo: Editora Saraiva, 2011. pp. 158.

PECK, J., and N. THEODORE. 2008. *Carceral Chicago: Making the ex-offender employability crisis*. *International Journal of Urban and Regional Research* 32 (2): 1-31.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Rio de Janeiro. IBGE.

PETERSILIA, Joan. *When prisoners come home: parole and prisoners reentry*. Oxford, 2003.

PETTIT, Becky and Christopher J. LYONS. 2007. *Status and the Stigma of Incarceration: The Labor-Market Effects of Incarceration, by Race, Class, and Criminal Involvement*. Pp. 203-226 in *Barriers to Reentry? The Labor Market for Released Prisoners in Post-Industrial America*, editors Shawn Bushway, Michael A. Stoll, and David F. Weiman. New York: Russell Sage Foundation.

PETTIT, Becky; WESTERN, Bruce. *Mass imprisonment and the life course: Race and class inequality in US incarceration*. *American sociological review*, v. 69, n. 2, p. 151-169, 2004.

PIQUERO, A. R., A. BLUMSTEIN, R. BRAME, R. HAAPANEN, E. P. MULVEY and D. S. NAGIN: 2001, *Assessing the Impact of Exposure Time and Incapacitation on Longitudinal Trajectories of Criminal Offending*. *Journal of Adolescent Research* 16, 54–74.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nosso época*. Tradução de Fanny Wrabel. - 2. ed.- Ria de Janeiro: Compus, 2000.

_____. *The livelihood of man*. New York; San Francisco; London: Academic press, 1977.

PURSER, Gretchen. "STILL DOIN' TIME:" CLAMORING FOR WORK IN THE DAY LABOR INDUSTRY. *WorkingUSA: The Journal of Labor and Society* · 1089-7011 · Volume 15 · September 2012. pp. 397-415.

RAUD-MATTEDI, Cécile. (2005), A construção social do mercado em Durkheim e Weber: análise do papel das instituições na Sociologia Econômica Clássica. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 57: 127-142.

RAILEY, M. G., & PETERSON, G. W. (2000). The assessment of dysfunctional career thoughts and interest structure among female inmates and probationers. *Journal of Career Assessment*, 8, 119–129.

ROBBINS, Lionel. (1932), *An essay on the nature and significance of Economic Science*. New York, New York University Press.

ROSEN, L. S.: 2002, 'Background Screening and Safe Hiring: An Introduction', *Occupational Health and Safety* 71(4), 16-20.

SABOL, William J. 2007. Local Labor-Market Conditions and Post-Prison Employment Experiences of Offenders Released from Ohio State Prisons. Pp. 257-303 in *Barriers to Reentry The Labor Market for Released Prisoners in Post-Industrial America*, editors Shawn Bushway, Michael A. Stoll, and David F. Weiman. New York: Russell Sage Foundation.

SCHULTZ, T. W. *O Capital Humano: investimentos em educação e pesquisa*. Tradução de Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SCHULTZ, Theodore W. Investment in human capital. *American Economic Review*, v.51, p.1-17, Mar. 1961.

SCHUMAN, Howard and Michael P. JOHNSON. 1976. Attitudes and Behaviors. *Annual Review of Sociology* 2:161-207.

SILVA, Marcelo Almeida de Carvalho; COSTA, Alessandra de Sá Mello; LEMOS, Ana Heloisa da Costa. Ameaças, Promessas, Recomendações? A Contribuição de uma Popular Revista de Negócios para a Construção Ideológica do Discurso sobre Empregabilidade. *MEnEO*, VIII, Gramado/RS, 2014.

SILVA, Marcelo Kunrath; ZANATA JR., Rui. "Diz-me com quem andas, que te direi quem és": uma – breve – introdução à análise de redes sociais. *REVISTA USP* • São Paulo • n. 92 • p. 114-130 • dezembro/fevereiro 2011-2012.

SMITH, Sandra Susan and BERKELEY BROEGE, Nora C. R. Searching For Work with a Criminal Record. Department of Sociology University of California, March, 2012.

SMITH, D. M., & WOODBURY, S. A. (1999). Low-wage labor markets: The business cycle and regional differences. Retrieved February 28, 2006, from <http://aspe.hhs.gov/hsp/lwlm99/smithwood.htm>. Acessado em 08/06/2020.

SOUZA, Rafaelle Lopes e SILVEIRA, Andréa Maria. Mito da ressocialização: programas destinados a egressos do sistema prisional. *SER Social*, Brasília, v. 17, n. 36, p. 163-188, jan.-jun./2015.

STEINER, Philippe. *A Sociologia Econômica*. São Paulo, Atlas, 2006.

STEMEN, Don. *The Prison Paradox: More Incarceration Will Not Make Us Safer*. New York: Vera Institute of Justice, 2017.

SULLIVAN, D.: 1998, Employee Violence, Negligent Hiring, and Criminal Records Checks: New York's Need to Reevaluate its Priorities to Promote Public Safety', *St. John's Law Review* 72, 591-605.

SWEDBERG, Richard. (1994), Markets as social structures. In: SMELSER, Neil & SWEDBERG, Richard (Eds). *The handbook of Economic Sociology*. New York: Princeton University Press; Russel Sage, p. 255-282.

_____. & GRANOVETTER, Mark. (1992), Introduction. In: GRANOVETTER, Mark; SWEDBERG, Richard (Eds). *The Sociology of economic life*. Princeton: Princeton University Press, pp. 1-26.

VARELLA, Santiago; PARENTE, Silvana; FAHEINA, Conceição. *Inclusão produtiva urbana por meio do Microcrédito: o caso do programa CrediAmigo*. Casoteca de Gestão Pública. Série de Casos WWP. ENAP, 2017.

VELTHUIS, Olav. (1999), The changing relationship between economic sociology and institutional economics: from Talcot Parsons to Mark Granovetter. *The American Journal of Economics and Sociology*, 58(4): 629-649.

VERNICK, S. H., & REARDON, R. C. (2001). Career development programs in corrections. *Journal of Career Development*, 27, 265-277.

Victoria A. SHIVY, J. Juana WU, Anya E. MOON, and Shay C. MANN, Jo G. HOLLAND and Christine EACHO. Ex-Offenders Reentering the Workforce. *Journal of Counseling Psychology*, 2007, Vol. 54, No. 4, 466–473.

WACQUANT, Loic. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*, Rio de Janeiro: Editora Revan – Coleção Pensamento Criminológico, 2013.

_____. O lugar da prisão na nova administração da pobreza. *Novos estudos-Cebrap*, n. 80, p. 9-19, 2008.

WALMSLEY, Roy. (2013). *World Prison Population List* (tenth edition), London: International Centre for Prison Studies. Disponível em: http://www.prisonstudies.org/sites/prisonstudies.org/files/resources/downloads/wppl_10.pdf. Acesso em 30 de maio de 2020.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade. Fundamentos da Sociologia Compreensiva*. Volume 1. Brasília, Editora UnB, 1991.

_____. Os três aspectos de autoridade legítima. in Etzioni, Amitai (Organizador). *Organizações Complexas Estudo das organizações em face dos problemas sociais*. Ed. Atlas. 1ª Edição – São Paulo, Brasil, 1971, pp. 17-25.

_____. *Economia y sociedade*. Editado por WINCKELMANN, Johannes. Nota preliminar de ECHEVARRÍA, José Medina. México/Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1964. I. Ed. Em alemão: 1922.

WESTERN, Bruce. *Punishment and Inequality in America*. New York: Russell Sage Foundation. 2006.

WESTERN, Bruce, Leonard M. LOPOO, and Sara MCLANAHAN. 2004. *Incarceration and the Bonds between Parents in Fragile Families*. Pp. 21-45 in *Imprisoning America: The Social Effects of Mass Incarceration*. New York: Russell Sage Foundation.

WHYTE, William Foote. *Sociedade de Esquina*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005.

WICKER, A. W. 1969. *Attitudes versus Actions: The Relationship of Verbal and Overt Behavioral Responses to Attitude Objects*. *Journal of Social Issues* 25:41–78.

WOLFF, Maria Palma; ROSA, Sônia Biehler. *Políticas de atenção ao egresso no Rio Grande do Sul*. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2006.

8. Apêndice

8.1. Roteiro com perguntas orientadoras: Pesquisa O Mercado de Trabalho para Egressos do Sistema Prisional em Minas Gerais

Pergunta de pesquisa: **Quais fatores socioeconômicos são fundamentais para o (in) sucesso dos egressos do sistema prisional na busca por um trabalho?**

1. CONTE-ME SOBRE SUA VIDA?

- De onde você veio? Onde nasceu?
- Quem são seus pais? Com que eles trabalhavam?
- Você chegou a estudar? Onde? Até qual série?

2. FALE-ME SOBRE SUA VIDA PROFISSIONAL E DOS SEUS TRABALHOS ANTES DE SER ENCARCERADO.

- Quando começou a trabalhar?
- Onde e com o que já trabalhou? Estudou para ter essa profissão?
- Já teve carteira de trabalho assinada?
- Sua renda era suficiente para você e sua família?
- Por quanto tempo já ficou desempregado?
- Qual o motivo de sua prisão? Qual a relação da sua prisão com sua vida profissional?

3. COMO FOI A VIDA PROFISSIONAL DENTRO DA PRISÃO?

- Aonde você chegou a ficar encarcerado? Por quanto tempo?
- Havia oportunidades de estudo ou trabalho dentro do presídio? O que chegou a fazer ou aprender e que hoje considera útil em sua vida profissional?

4. VIDA PROFISSIONAL APÓS A SAÍDA DA PRISÃO E ESTRATÉGIAS PARA CONSEGUIR UM NOVO TRABALHO:

- Há quanto tempo saiu da prisão?
- Houve algum apoio do Estado ou alguma ONG para te auxiliar na saída da prisão? Alguma te ajudou a conseguir um trabalho? Por quanto tempo ficou nesse trabalho? Por que saiu?
- Está trabalhando atualmente? Com o que?
- Por quanto tempo está/ficou à procura de um novo emprego? Já conseguiu algum trabalho com carteira assinada depois de sair da prisão?
- Faz “bicos”? Como são e quanto tempo normalmente dura?
- Normalmente, como você faz para tentar conseguir um novo trabalho? (Família, amigos, ONGs, Estado, conhecidos, igreja).
- Acha que os resultados são positivos?
- Para você, qual o motivo de não te darem uma oportunidade?

5. ENCERRAMENTO DA ENTREVISTA: PERFIL DO ENTREVISTADO

- Qual seu nome completo?
- Idade?
- Qual sua escolaridade? Possui cursos profissionalizantes? Quais?
- Qual sua religião?
- Qual sua cor/raça?
- Qual sua idade?
- Onde mora atualmente? Com quem mora?
- Com o que trabalha atualmente?
- Qual sua renda mensal? Acha que ela é suficiente para você e sua família?
- Gostaria de acrescentar algo que considere importante sobre nossa conversa?

8.2. Questionário Sociométrico

1ª parte: Gerador de Nomes

Gerador 1 – Quando você tem algum problema pessoal, quais são as pessoas que você procura para conversar e pedir uma ajuda, um conselho?

Gerador 2 – Nós interagimos com muitas pessoas ao longo de nossas vidas. Com algumas nós interagimos quase todos os dias. Pois bem, quem são as pessoas com as quais você costuma interagir diariamente, tanto pessoalmente quanto via redes sociais, por exemplo, via *whatsapp*?

Gerador 3 – No nosso dia-a-dia há momentos em que costumamos estar ocupados com o trabalho, mas também há momentos de lazer, momentos em que praticamos algum esporte, jogamos conversa fora com os amigos ou vamos à Igreja, por exemplo. Pois bem, quem são as pessoas com as quais você mais interage nos momentos de lazer ou nos momentos em que você não está trabalhando?

Gerador 4 – Imagine que você esteja desempregado. Pois bem, quem são as pessoas próximas de você que você procuraria para pedir ajuda nesse tipo de situação?

2ª parte: Questões sobre as relações entre os *alteres*

1 – A e B se conhecem? Se sim, eles interagem.

1.1 – Muito?

1.2 – Pouco?

3ª parte: Questões para coleta de atributos dos *alteres*

1 – Você sabe, mais ou menos, quantos anos A tem?

2 – Qual a religião de A? Evangélico ou católico?

3 – Você tem alguma relação de parentesco com A? Qual?

4 – Qual a profissão de A?

5 – Qual a escolaridade de A?